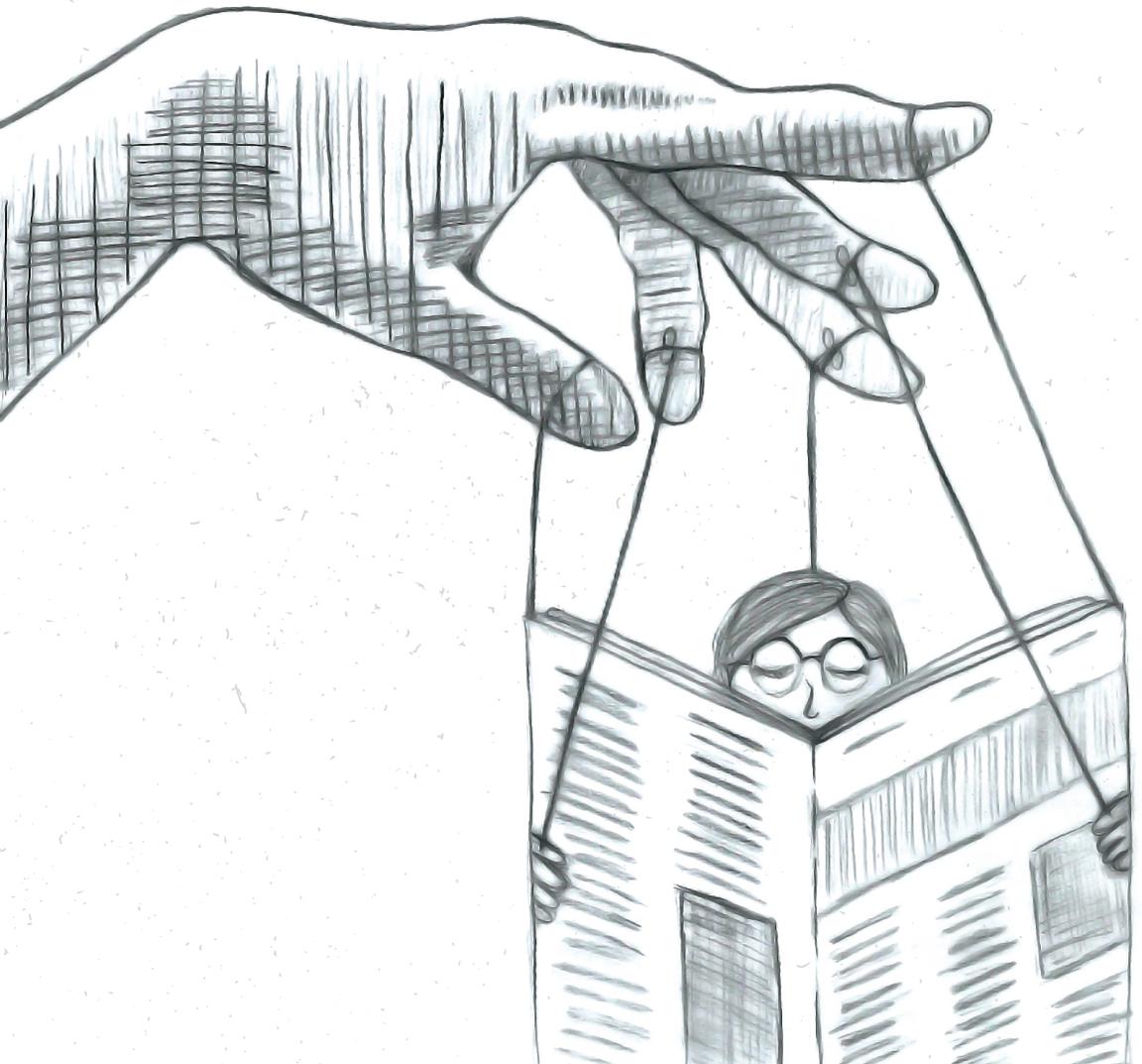


Rafaela Queiroz Ferreira Cordeiro

A construção discursiva dos eventos pela mídia

A nomação e a representação dos discursos



A construção discursiva dos eventos pela mídia

Rafaela Queiroz Ferreira Cordeiro

A construção discursiva dos eventos pela mídia

A nomeação e a representação dos discursos

Recife/2016

Catlogação na fonte:
Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

C794c Cordeiro, Rafaela Queiroz Ferreira.
A construção discursiva dos eventos pela mídia : a nomeação
e a representação dos discursos [recurso eletrônico] / Rafaela
Queiroz Ferreira Cordeiro. – Recife : Ed. UFPE, 2016.

Inclui referências e apêndices.

Originalmente apresentada como dissertação da autora
(mestrado – UFPE Centro de Artes e Comunicação, Programa de
Pós-graduação em Letras. Recife, 2011) sob o mesmo título.

ISBN 978-85-415-0882-7 (online)

1. Bakhtin, M. M – (Mikhail Mikhailovich), 1895-1975 – Crítica
e interpretação. 2. Análise do discurso. 3. Redação de textos
jornalísticos. 4. Comunicação escrita. I. Título.

401.41

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2017-034)

Todos os direitos reservados aos organizadores: *Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.*

Aos meus *afetos*.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPQ, por ter me concedido uma bolsa de estudo durante a realização do mestrado.

À minha orientadora, Dóris Cunha, por ter acreditado no meu potencial e na minha capacidade de realizar um bom trabalho, desde a época da iniciação científica.

À minha Pós-Graduação em Letras da UFPE e, em especial, a Jozaías Santos e Diva Rego por não medirem esforço em me ajudar.

Aos professores que conheci no mestrado, pela oportunidade de novos aprendizados, especialmente Nelly Carvalho, Karina Falcone, Cristina Teixeira e Judith Hoffnagel.

Aos professores José Rodrigues, Ana Lima, Márcia Mendonça, Brenda Andrade e Anco Márcio pelas discussões fomentadas em suas aulas na época da graduação.

Aos meus pais, Dirac Cordeiro e Fátima Queiroz, e irmãos, Lorena Queiroz e Thiago Queiroz, por sempre depositarem confiança nos trabalhos que eu faço.

Às minhas avós, Terezinha Moutinho e Lúcia Queiroz, pelos elogios diários.

Às amigas – Juliana Andrade, Flávia Botelho, Heber Costa, Adriana Moreira, Monique Alves, Xênia Soares, Ludmila Porto, Liliane Cintra, Tayana Menezes e Simone Reis: obrigada pelas inúmeras lições de vida que me proporcionaram aprender.

Aos amigos da graduação: Gabriela Souto Maior, Nadiana Lima, Virgínia Pessoa, Lílian Melo, Sueli Trevisan e Rita Kramer.

Às minhas queridas Beatriz Braga, Eduarda Montenegro, Carla Cavalcanti, Ellen Cocino e Rita Fernandes por sempre escutarem carinhosamente os meus devaneios e depositarem uma confiança acolhedora nas minhas palavras.

Aos meus amigos de longa data: Rebeka Jacques, Rebeka Maciel, Patrícia Magalhães, Tarciana Andrade, Tássia Spinelli, Aída Alcoforado, Luana Menezes, Leonardo Lima, Luciano Cavalcanti, Lúcia Calabria, Marina Costa, Renata Lobo, Andrezza Gonçalves, Lavínia Rocha, Paloma Amorim, Aníbal Soares, Roberta Regis, Vitória Calafange, Mércia Moraes, Luciana Hazin e Juba Aguiar. Não fosse pelo incentivo, teria sido impossível concluir este trabalho.

“A palavra é metade de quem fala e metade de quem ouve.”
Montaigne

PREFÁCIO

O objeto de estudo deste livro, *a mídia*, interessa a várias áreas de conhecimento e poderia ser considerado banal para o campo das análises de discurso. No entanto, Rafaela Queiroz traz novas abordagens e novas problemáticas para o estudo do discurso, dos sentidos e da mídia. Originalmente uma dissertação de mestrado que tive o prazer de orientar e de apresentar agora a um público mais amplo, esse trabalho tem méritos de uma tese de doutorado. Foi recomendado para publicação integral no formato de livro pela banca examinadora, por uma comissão constituída por professores do Programa de Pós-graduação em Letras da UFPE e por um parecerista externo. Importante acrescentar que o objeto da pesquisa é familiar à autora, tendo em vista que analisou discursos da mídia na sua monografia de conclusão do curso de Jornalismo e nos trabalhos de Iniciação científica, durante os dois anos em que participou de nossa pesquisa como aluna do curso de Letras. Nesses trabalhos, Rafaela Queiroz já mostrava sua vocação acadêmica, questionando o papel das mídias na construção dos eventos sociais, observando o discurso midiático como mediador jamais neutro entre os discursos que ele difunde, que ele representa ou cita, e os discursos aos quais ele se dirige. A reflexão aqui desenvolvida procura compreender como as imagens dos eventos discursivos são construídas e modificadas no tempo e espaço, ao longo da sua circulação pelos diferentes grupos da mídia.

Destacarei os aspectos que considero mais relevantes da pesquisa de Rafaela Queiroz. Em primeiro lugar, a abordagem dialógica. Embora a noção de dialogismo seja, atualmente, banalizada, ela é incontornável uma

vez que, como postula reiteradamente Bakhtin, entre aquele que fala e o seu objeto, o discurso encontra sempre o discurso de outrem. Além dessa dimensão, a dialogicidade manifesta-se também na relação com o destinatário, empírico ou potencial, a quem o enunciador dirige-se de forma que todo dizer é constituído nesse diálogo de antecipação da compreensão responsiva do destinatário. É importante lembrar que o dialogismo não é um instrumento descritivo entre outros e que Bakhtin não propõe categorias de análise para o estudo das diferentes atualizações da noção. Um dos méritos desse trabalho é a forma como Rafaela Queiroz estuda esse dialogismo, ou seja, analisando o processo de nomear e as formas de representação dos discursos de outrem nos textos da mídia. Ressalto que a escolha adequada do corpus contribuiu para o êxito do trabalho. Foram selecionados textos jornalísticos publicados pela *Folha de S. Paulo* (SP), pelo *Jornal do Commercio* (PE) e pelo jornal suíço *20 Minuten (on-line)*, entre 12 de fevereiro de 2009 e 13 de março de 2010, sobre “o caso Paula Oliveira”, uma advogada brasileira, supostamente grávida, residente na Suíça, que disse ter sido atacada por três homens que pareciam skinheads, causando grande comoção nacional e um quase incidente nas relações diplomáticas entre o Brasil e a Suíça.

A autora faz um estudo original do processo de nomear, a partir dos trabalhos de linguistas franceses, fundamentados na teoria dialógica. Nessa perspectiva, o processo é concebido como constitutivamente marcado pela alteridade, contestando a visão de autonomia dos sistemas lexicais e de reificação da palavra da língua. Rafaela Queiroz mostra em análises finas e consistentes que por meio das palavras e formulações exprime-se um “ponto de vista”. Mostra também que a atividade de nomação “participa da construção e representação dos eventos sociais”, na medida em que são escolhas (mais ou menos conscientes), entre diferentes paradigmas de nomeações, que revelam valores, sentimentos, “ideologias”.

Em seguida, considerando que a notícia é um relato e como tal implica “personagens”, cujos discursos são retomados e representados pelo jornalista, Rafaela Queiroz analisa as formas de representação do discurso outro, observando os efeitos de sentidos produzidos pela escolha das vozes convocadas e pelo processo de reacentuação dos dizeres ao longo da

divulgação do evento. No seu trabalho de interpretação, evidencia a relação entre as vozes convocadas e a posição discursiva dos jornais. Desvela também como a mídia constrói os “fatos” que estão sendo noticiados, legitima instituições e pessoas, direciona a leitura desses “fatos”. Rafaela Queiroz conclui: “transformando acontecimentos em eventos dignos de serem noticiados, os meios de comunicação são grandes agenciadores discursivos da atualidade [...], instaurando o surgimento de novos discursos e retomando outros já “desgastados” pelos numerosos debates durante a história; recorrendo a lembranças; retomando imagens; enquadrando os fatos sob certos vieses axiológicos e, muitas vezes, levando-os ao agendamento diário na vida das pessoas e provocando o surgimento de outros semelhantes em um constante porvir”.

Gostaria finalmente de ressaltar que esse curto prefácio não revela a riqueza das reflexões teóricas e das análises, o domínio conceitual e a qualidade da escrita da autora. Por essa razão, só me resta sugerir a leitura, que considero indispensável, sobretudo para os estudantes e profissionais da área de Letras, Linguística e Comunicação Social.

Dóris de Arruda C. da Cunha

Professora Titular da UFPE e Pesquisadora

INTRODUÇÃO

Desde o fim da ditadura militar – e com o lento avanço do país rumo à democracia – a imprensa brasileira, cujo campo de atuação passou a ser regido por ideais de liberdade de expressão (DINES; VOGT; MELO, 1997), tem se tornado uma instituição de forte caráter denunciativo. No entanto, o inegável avanço tecnológico com o passar dos anos e a consequente profissionalização dos jornalistas, entre outros fatores, contribuíram para enquadrar ainda mais os veículos de comunicação como empresas prestadoras de serviços. Embora de grande credibilidade e importância na constituição e manutenção do cenário de um país, seu perfil – mais próximo do corporativismo – aponta para a existência de uma mídia guiada por imperativos econômicos: a informação geralmente confunde-se com o sensacionalismo. Por outro lado, o engajamento partidário é acentuado, de modo que seus objetivos tornaram-se mais ambíguos.

A imagem de um jornalismo associado a uma instituição mercadológica, política e econômica competitiva talvez tenha se intensificado nestes últimos anos. De acordo com Giddens (1991), aspectos como o “distanciamento tempo-espaço”, a profunda reflexividade das práticas sociais e a crescente influência do capitalismo nas interações humanas, apesar de terem início na modernidade, trazem implicações para a atualidade. Segundo Debord (2003), a vida social moderna, caracterizada não só pela busca indiscriminada do que é novo e diferente, mas também por assumir um caráter de reflexividade contínuo sobre as atividades e o conhecimento, de rotinização do cotidiano, com o pensamento voltado para o futuro, tem sido responsável pela contínua modificação das interações

humanas, impelidas ao consumismo universal. Objetos, assuntos, sentimentos e atitudes são transformados em produtos, comercializados e banalizados pela mídia.

Então, inserido nesse universo do consumo, com fins de rentabilidade e geração de audiência, não é de se espantar, portanto, que o jornalismo construa os “fatos”¹ – também, mas não só! – como produtos sensacionalistas. Aliás, produzir a informação em escala industrial para sua rápida difusão não é apenas mérito, mas ato necessário quando se busca alcançar espaços mais longínquos. Ditando alguns acontecimentos como representantes da “ordem do dia”, atribuindo-lhes relevância simplesmente por terem o privilégio de configurar na primeira página dos jornais, a informação tornou-se um dos principais objetos de consumo dos sujeitos, e, conseqüentemente, importante fonte de lucro das empresas de comunicação.

Sob a ótica do apelo ao virtual, aos padrões de vida globalizados, modelos de consumo homogeneizados, à satisfação máxima das íntimas necessidades humanas, os veículos de comunicação passaram a demonstrar uma maior inclinação para abordar temas grandiosos, controversos, e até banais, pois o alvo é bater recordes de audiência e/ou vendagem. Favorecendo o avanço de imagens espetaculares (DEBORD, 2003), cujas matérias-primas vão dos escândalos às misérias (BAUDRILLARD, 2005), a mídia reflete e refrata a nossa sociedade do consumo. Para Merton e Lazarsfeld (2000), seu status, sua onipresença social e credibilidade diante do público permitiram-lhe desempenhar o papel de mediadora da realidade.

Assim, o jornalismo não garante um livre acesso a tudo aquilo que ocorre no mundo (NEVEU, 2006). Ao “divulgar”² conteúdos, seleciona os mais importantes, atribui prestígios a alguns, desqualifica outros, produz informações – transformando-as em acontecimentos dignos de serem noticiados – põe certos eventos em circulação, promove uma explosão informacional de determinados “fatos”. Seja conferindo-lhe status de destaque

1 Empregamos “fatos” entre aspas porque não tomamos essa expressão da mesma forma que os jornalistas e os manuais de comunicação. Para tanto, essa noção será discutida mais adiante.

2 Também fizemos uso do verbo “divulgar” entre aspas porque partimos da ideia de que o jornalismo não simplesmente veicula a informação, mas a constrói segundo seus interesses. Do mesmo modo, refletiremos sobre essa noção posteriormente.

na primeira capa ou entre as chamadas principais do jornal ou na manchete do noticiário da TV ou em algumas editorias, seja no caso de uma cobertura “obrigatória” pautada pela concorrência com outros veículos, o jornalista empregará estratégias para noticiar a informação, construindo-a segundo princípios e valores da empresa em que trabalha.

Em boa parte dos veículos de comunicação, a produção das notícias se dá a partir de critérios de noticiabilidade, definidos pelo viés ideológico da empresa. De acordo com Lage (2006a), a notícia passa por uma rede de filtros e de profissionais, a saber: as fontes que intervêm no relato do evento; os repórteres, na apuração e escrita; os editores, na seleção e/ou omissão de algumas partes dos “fatos”. Após esse longo processo, embora ocorrido em um pequeno intervalo de tempo, as notícias não podem ser lidas como narrativas que se atêm à descrição dos eventos; elas são constituídas de discursos carregados de valores, de sujeitos que se posicionam diante dos eventos e das vozes sociais em circulação.

Inserida, portanto, em uma rede interdiscursiva, a mídia constrói imagens sobre os eventos e as pessoas, representando-os para o público às vezes de maneira contraditória. Em uma mesma notícia, por exemplo, encontramos uma gradação de tópicos abordados e narrados: as informações que ficam em segundo ou terceiro planos – ausentes do lide e sublide – podem nos revelar que aspectos foram apagados ou o porquê dos veículos de comunicação buscarem minimizar os possíveis efeitos desses elementos. O jornalista, agregado à instância maior do jornal, é um dos grandes responsáveis por construir os mais variados tipos de acontecimentos na vida das pessoas. Dessa maneira, os “fatos” noticiados pela mídia vão sendo constituídos de diferentes pontos de vista, alguns inclusive divergentes, responsáveis por construir várias imagens dos eventos e dos sujeitos neles envolvidos.

Considerando esses aspectos, esta pesquisa tem por objetivo principal analisar como os eventos e os atores envolvidos são construídos³ discursivamente pela mídia, isto é, quais imagens vão sendo tecidas ao longo da

3 Não se trata de discutir acerca de uma “verdade” que subjaz ao evento ocorrido, uma vez que podem existir numerosas verdades conforme os diversos pontos de vista.

cobertura do evento, enfatizando algumas questões, silenciando outras, veiculando estereótipos, enraizando valores. Para isso, analisamos um *corpus* sobre o caso Paula Oliveira, ocorrido de fevereiro de 2009 a março de 2010, em que, segundo foi divulgado, uma advogada brasileira grávida disse ter sido atacada na Suíça por três homens que pareciam skinheads. Além de ter seu corpo marcado pela sigla SVP, iniciais em alemão do Partido do Povo Suíço, ela afirmou ter perdido os gêmeos que esperava. Esse evento, caracterizado como xenófobo, teve uma reviravolta e passou a ser noticiado como um ataque forjado pela própria Paula Oliveira.

Para nossa investigação, elegemos um *corpus* formado por notícias, artigos, editoriais, colunas, entrevistas etc. que tratam do caso citado. Esses gêneros, selecionados da *Folha de S. Paulo* (FSP) e do *Jornal do Commercio* (JC), foram coletados de 12 de fevereiro de 2009 a 13 de março de 2010 – período em que o evento mobilizou uma maior atenção midiática, embora os discursos sobre esse acontecimento tenham se concentrado, a partir de uma explosão de informações, nos primeiros meses de 2009, aparecendo com pouca recorrência posteriormente. Escolhemos a FSP porque, conforme dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC) e da Associação Nacional de Jornais (ANJ), ele é avaliado como o periódico de maior circulação do país⁴. Já o segundo periódico foi selecionado porque é veiculado no estado de Pernambuco; uma vez que a protagonista do evento é pernambucana, consideramo-lo importante para a composição do nosso *corpus*.

Além desses periódicos, analisamos notícias veiculadas pelo jornal suíço *20 Minuten (on-line)*⁵, referentes ao mesmo período, em virtude da relevância de observar também como se deu a construção do evento naquele país, no qual, aliás, foi o contexto espacial e temporal do caso estudado.

Os textos da *Folha de S. Paulo* e do *Jornal do Commercio* foram selecionados a partir dos sites desses periódicos, embora os conteúdos não englobem aqueles divulgados *on-line*, pois o material faz parte dos textos publicados nas edições impressas dos jornais, obtidos na íntegra por meio

4 Estas informações estão disponibilizadas no Portal da Imprensa da *Uol* (PORTAL..., 2010) e no site da ANJ (MAIORES..., 2010).

5 Elegemos analisar o jornal suíço *20 Minuten (on-line)*, porque este disponibiliza de forma gratuita as suas notícias, enquanto outros periódicos exigem um pagamento e/ou sua assinatura.

do “acesso ao assinante” disponibilizado no site de cada um⁶. Já os textos do jornal suíço *20 Minuten (on-line)*, em virtude da impossibilidade de obtê-los sob a forma impressa, haja vista seu suporte ser a *web*, coletamos os textos veiculados na internet.

Durante a cobertura do caso Paula Oliveira, observamos que os jornais atribuíram distintas nomeações⁷ a ele e aos sujeitos nele envolvidos, construindo-o em função do acento dado a alguns discursos, representando-o também a partir das vozes, isto é, dos sujeitos que foram selecionados – como familiares, representantes políticos, colunistas, entre outros – para comentar sobre o evento. Partindo da hipótese de que as imagens dos atores são construídas e reconstruídas ao longo do momento discursivo, do processo de nomeação e da circulação dos discursos, as seguintes questões foram elaboradas para o nosso estudo:

Como o evento é construído pela mídia? Como os atores são nominados?

Quais são as vozes convocadas e legitimadas⁸ pela mídia para a construção da imagem dos atores?

6 Apesar de o conteúdo *on-line* ser em geral semelhante ao impresso, trazendo às vezes sutis diferenças, ele não foi analisado neste trabalho; detivemo-nos no material publicado sob a forma impressa, o qual é posteriormente disponibilizado nos sites dos periódicos mencionados.

7 Optamos por empregar preferencialmente o termo *nomeação* ao invés de *nomeação* ou *nominalização* para demarcar a nossa perspectiva teórica baseada principalmente nos estudos de Siblot, nos de Moirand, dentre outros, os quais são citados ao longo deste livro; diferenciando-nos de outras correntes de estudo da palavra, como a da lexicografia, as quais não consideram a *alteridade* e o *dialogismo* como fundantes do ato de dar nome.

8 Embora o estudo da legitimação esteja muito além dos nossos objetivos, é necessário explicar brevemente o que entendemos por esse fenômeno. Nesse sentido, adotamos aqui a noção de Falcone (2008), a qual toma a legitimação, seja de um sujeito, um grupo social, um discurso, uma instituição etc., como um fenômeno dinâmico que sofre a influência de diversas práticas sociais. De caráter instável, a legitimação não se encontra apenas na esfera jurídica e não se caracteriza como algo ou uma verdade dada a priori: ela é construída e partilhada socialmente. Esse fenômeno, inserido em uma rede discursiva de constante embate ideológico, legitima alguns sujeitos e, em contraposição, desvaloriza outros. Contudo, já que esse processo não é estanque, novas práticas discursivas podem permitir a legitimação de outros grupos sociais. A esse respeito, conferir a tese de Karina Falcone, intitulada *(Des)legitimação: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social* (2008), a qual retoma a reflexão proposta por Habermas e acrescenta a esse estudo uma visão sociocognitiva.

Como se manifesta na materialidade linguística as imagens dos eventos discursivos no tempo e espaço, ou seja, nos jornais do sudeste, nordeste e em um jornal suíço?

Para responder a essas questões, fundamentamo-nos na teoria/análise dialógica de Bakhtin (1993, 2003, 2005, 2006) e Bakhtin e Volochinov (1930, 2006), teóricos russos que enfatizam o papel intersubjetivo da linguagem. Nessa perspectiva, cada discurso é uma resposta, retoma um já-dito e antecipa outros discursos ainda por vir (BAKHTIN, 2005). O dialogismo não se restringe a uma mera função “citativa” de um discurso ao mencionar outro. Esse fenômeno constitui cada um de nós: “as relações dialógicas [...] são um fenômeno quase universal, que penetra toda a linguagem humana e todas as relações e manifestações da vida humana, em suma, tudo o que tem sentido e importância” (BAKHTIN, 2005, p. 42). Esses autores se baseiam em uma visão segundo a qual o homem não existe fora da relação com o outro, que, por sua vez, se dá por meio da linguagem. Em outras palavras, todos nós somos constituídos por discursos outros que carregam axiologias, refletindo e refratando o contexto social no qual estamos inseridos (BAKHTIN, 1993).

Nesse panorama teórico, atribuímos fundamental importância ao estudo da palavra, caracterizada como o signo ideológico por excelência (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006). Habitada pelo outro, prestando-se a diversos propósitos comunicativos, a força e o poder desse material ideológico provém do fato de que ela carrega, além dos tons dos sujeitos que a empregam, uma ampla memória social. Nominar Paula Oliveira, ora como *a brasileira*, ora como *a pernambucana*, por exemplo, vai além de uma simples denominação. Siblot (1998, 2007) distingue a *denominação* da *nominação*: a primeira revela uma concepção resultativa do ato, enquanto a segunda parte do processo de idas e vindas. Quando nos reportamos a um objeto, estamos ao mesmo tempo aderindo a uma ou mais visões de mundo; e, ao nominar, escolhemos uma voz, entre muitas outras, para inscrever os termos que vamos usar (SIBLOT, 1998). Sendo assim, o processo de nominação de um evento e de uma pessoa também leva os sujeitos a atualizar os sentidos das palavras, ratificar

imagens, sobrepor outras, comunicar axiologias, acentuar valores e pontos de vista.

Além desse teórico francês, utilizamos como aparato teórico alguns estudos sobre a mídia jornalística desenvolvidos por Moirand (1999, 2001, 2006, 2009a, 2009b etc.), Authier-Revuz (1995, 2004, 2007) e Cunha (2001, 2008a, 2008b, 2009, 2010 etc.), linguistas que se inserem em uma perspectiva enunciativa de base bakhtiniana. E, para situarmos sociologicamente a mídia em função do contexto da sociedade atual, retomamos Giddens (1991), Debord (2003), Gregolin (2003), entre outros.

Ressaltamos ainda que o evento foi analisado em função do que Moirand (2009) caracteriza como *momento discursivo*⁹ e não considerando um gênero de discurso particular. Por esse motivo, não focamos somente na notícia e no artigo de opinião, embora esses gêneros sejam em maior número; pelo contrário, fizemos uma investigação geral dos textos que trataram do caso Paula Oliveira, visto que, para Siblot (1998, 2007) e Moirand (2004, 2007a, 2009a), as nomações são construídas ao longo do tempo e espaço, podendo ser validadas ou refutadas pelas declarações feitas sobre o evento, pelos dizeres reportados de distintos mundos sociais e pelas formas de como são representadas as vozes.

Logo, a nossa investigação engloba: (1) as escolhas das palavras empregadas pelos sujeitos e/ou jornais; (2) os discursos que circularam e as vozes que se posicionaram sobre o caso – especialmente os discursos transversais ligados às instituições e questões políticas – para identificar de que maneira esses discursos e essas vozes construíram diferentes imagens sobre o evento e os protagonistas envolvidos; (3) a (re)acentuação discursiva no tempo e espaço dos três jornais; (4) os elementos comuns, como as expressões nominais; e (5) a história tecida pelas palavras. Esses aspectos, apesar de aqui citados separadamente, estão em interação.

É importante mencionar ainda que dividimos as nossas análises em três focos discursivos, isto é, em três grandes blocos temáticos que guiaram

9 Embora este conceito seja discutido mais adiante, já apontamos de antemão que, segundo Moirand (2009), o momento discursivo caracteriza-se por se manifestar em uma ampla variedade de gêneros de discurso e pela heterogeneidade de sujeitos convocados pela mídia para tratar de um assunto.

a construção do caso Paula Oliveira no período em que foi noticiado: (1) um ataque chocante, de grande violência, realizado contra uma mulher grávida; (2) a repercussão política, instaurando discussões sobre temas como intolerância a estrangeiros e clamando-se por valores nacionalistas junto aos brasileiros; (3) a reviravolta do evento, com a revelação da gravidez simulada e do ataque forjado.

Dentre os nossos resultados, verificamos que os três jornais selecionados – a *Folha de S. Paulo*, o *Jornal do Commercio* e o *20 Minuten (on-line)* – apresentaram semelhanças e diferenças no processo de nomeação e na forma de construir o evento durante as coberturas sobre o caso, em função dos discursos que procuraram acentuar. Isso mostra que a análise da interação dos discursos dos jornalistas com os das vozes convocadas para abordar o evento, além das palavras e formulações empregadas pelos diversos sujeitos, algumas legitimadas pelos periódicos, estão relacionadas às visões de mundo dos veículos de comunicação e aos públicos leitores aos quais se dirigem.

Ao todo, este livro está dividido em cinco capítulos: no primeiro, abordamos a teoria/análise dialógica de Bakhtin e seu “Círculo”, no qual expomos alguns pressupostos teóricos – como língua, linguagem, signo, palavra, discurso, enunciados e gêneros –, fundamentais para compreender como se dá a construção social do mundo pela linguagem. No segundo, trazemos estudos da área da sociologia e comunicação, desenvolvidos por Giddens (1991), Debord (2003), Neveu (2006), dentre outros, para situarmos o contexto de funcionamento do jornalismo no mundo atual. No terceiro, abordamos diferentes perspectivas sobre os gêneros da imprensa escrita, com ênfase nas peculiaridades enunciativas da notícia e do artigo de opinião. No quarto, discutimos o ato de nominar como um processo axiológico marcado pela alteridade e as formas de representação do discurso outro, aspecto que interfere na inter-relação entre as vozes. No quinto, apontamos os trechos mais significativos das nossas análises. E, ao final, tecemos algumas considerações sobre as análises, a partir da retomada das questões que nortearam a realização deste trabalho, e levantamos alguns pontos de reflexão para estudos futuros.

A TEORIA DIALÓGICA DE BAKHTIN E SEU “CÍRCULO”: ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS PARA O ESTUDO DO DISCURSO

Bakhtin (1895-1975) e seu “Círculo”¹⁰ tornaram-se famosos pelas contribuições inovadoras trazidas no âmbito dos estudos linguísticos, estabelecendo principalmente que os discursos produzidos pelos indivíduos inscrevem-nos na história, isto é, na corrente ininterrupta da comunicação verbal. Os discursos respondem a um já-dito e se inserem em um contínuo devir: constituem os sujeitos, os quais, por sua vez, se apoiam neles para elaborar ideias. Estas últimas só passam a ter vida quando em contato com outras ideias – contraindo relações dialógicas – gerando vida, isto é, novas ideias (BAKHTIN, 2005). Enfatizando a natureza dialógica do pensamento humano, cuja peça-chave é o discurso e o meio plurilíngue ou o multidiscurso social do qual faz parte (BAKHTIN, 1993), o erro da linguística foi retirar o discurso do diálogo, caracterizando-o principalmente pelo aspecto formal. Propondo, assim, um novo olhar ao objeto de estudo do discurso, Bakhtin e seu “Círculo” forneceram alicerces que permitiram a construção de uma teoria do discurso, cuja influência pode ser percebida nas mais diversas áreas, como Sociologia, História e Filosofia.

Ninguém, em sã consciência, poderia dizer que Bakhtin tenha proposto formalmente uma teoria e/ou análise do discurso, no sentido em que usamos a expressão [...] mesmo consciente de que Bakhtin, Volochinov, Medvedev e outros participantes do que

10 O “Círculo” de Bakhtin foi formado por um grupo de pensadores, entre eles Volochinov (1895-1936) e Medvedev (1892-[1938]1940). Contudo, o nome *Círculo de Bakhtin* não era usado pelos seus integrantes, denominação atribuída posteriormente pelos estudiosos dos seus trabalhos (FARACO, 2006).

hoje se denomina *Círculo de Bakhtin* jamais tenham postulado um conjunto de preceitos sistematicamente organizados para funcionar como perspectiva teórico/analítica fechada [...] o conjunto das obras do Círculo motivou o nascimento de uma análise/teoria dialógica do discurso, perspectiva cujas influências e consequências são visíveis nos estudos linguísticos e literários e também nas Ciências Humanas de maneira geral (BRAIT, 2008, p. 9-10, grifo da autora).

Contribuindo, formalmente ou não, para elaborar uma teoria/análise dialógica do discurso, Bakhtin e seu “Círculo” privilegiaram o estudo do discurso em função do contexto de sua produção, e não como um sistema monológico (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006), fechado em si mesmo, como se fosse possível escutar apenas uma única voz. Pelo contrário, o discurso, produzido pelo homem na relação com o outro, instaurada por meio da linguagem, é apenas um elo de uma corrente verbal ininterrupta que retoma já-ditos e antecipa discursos futuros. Esse quadro teórico proposto é, como podemos observar, mais amplo, envolvendo também outros conceitos, como o de signo e linguagem, fundamentais para compreender este principal objeto de estudo do “Círculo” que é o discurso. Logo, para uma melhor compreensão da “teoria/análise dialógica do discurso”, referida por Brait (2008), faz-se necessário um percurso teórico maior, que envolve a explicação de *língua e linguagem; signo e palavra; enunciados e gêneros*.

LÍNGUA X LINGUAGEM

De início, enfatizamos que, na perspectiva teórica fundada por Bakhtin e seu “Círculo”, o objeto a ser estudado é a linguagem, vista como interação socio-histórica, e não a língua como um sistema fechado de formas abstratas, isolado do contexto de produção (CUNHA, 2002b). Influenciado por alguns ideais marxistas e filosóficos de Hursel, Kant, entre outros, e considerando a linguagem como um fenômeno estratificado internamente (BAKHTIN, 1993), Bakhtin propõe o estudo da língua concreta. Em *Problemas da Poética de Dostoiévski* (2005), observamos a importância que esse teórico russo dá a essa nova visão da língua, quando aborda a

necessidade de se investigar as relações dialógicas entre os discursos, as quais não podem existir no âmbito da língua como um sistema isolado e fechado. Ao fazer isso, não desconsidera o sistema, como muitos supõem; ao contrário, sugere a necessidade de uma ciência que perpassasse as fronteiras da Linguística da época, marcada fortemente pelo estruturalismo, omissa aos aspectos da vida discursiva. A essa nova disciplina proposta, Bakhtin denomina-a de *metalinguística*:

Intitulamos este capítulo “O discurso em Dostoiévski” porque temos em vista o discurso, ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso. Mas são justamente esses aspectos, abstraídos pela linguística, os que têm importância primordial para os nossos fins. Por este motivo, as nossas análises subsequentes não são linguísticas no sentido rigoroso do termo. Podem ser situadas na metalinguística, subentendendo-a como um estudo [...] daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam – de modo absolutamente legítimo – os limites da linguística (BAKHTIN, 2005, p. 181).

Essa proposta, não excluindo a materialidade da língua, busca unir ao seu estudo a dimensão extralinguística do discurso, isto é, as relações dialógicas, porque, segundo Bakhtin (1993), a linguagem só existe entre os indivíduos, os quais a utilizam para se posicionar diante dos objetos do mundo, do outro e de si mesmo. “A linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. É precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da *vida* da linguagem” (BAKHTIN, 2005, p. 183, grifo do autor). Dessa forma, a linguística, para dar conta dos aspectos vivos e dinâmicos dos discursos, deve considerar também os aspectos externos que “colorem” axiologicamente a materialidade da língua.

A linguística conhece, evidentemente, a forma composicional do “discurso dialógico” e estuda as suas particularidades sintáticas léxico-semânticas. Mas ela as estuda enquanto fenômenos puramente linguísticos, ou seja, no plano da língua, e não pode abordar, em hipótese alguma, a especificidade das relações dialógicas entre

as réplicas. Por isso, ao estudar o “discurso dialógico”, a linguística deve aproveitar os resultados da metalinguística (BAKHTIN, 2005, p. 182-183).

Instaurando diálogos também com o Formalismo, a Estilística, a Fenomenologia, a História, o Marxismo e a Estética, o “Círculo” propõe a investigação do pensamento concreto (SOUZA, 2002). Não retirando a legitimidade dessas disciplinas – considerando, inclusive, a importância delas para os contextos históricos que permitiram o surgimento desta nova ciência – a metalinguística nasce com o propósito de estudar o discurso dialógico, a base verbal da língua como um fenômeno social. Nas obras *Marxismo e filosofia da linguagem*¹¹, *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance* e *Estética da criação verbal*, Bakhtin e Volochinov (2006) e Bakhtin (1993, 2003), respectivamente, acentuam o caráter axiológico da linguagem. Contrapondo-se principalmente a correntes que dão primazia ao estudo do sistema da língua como um objeto estático e acabado – o Objetivismo Abstrato –, ou ao psiquismo dos falantes como o centro organizador da língua – o Subjetivismo Individualista –, esses teóricos russos enfatizam que no nível da língua encontramos o que é reiterável, isto é, as normas idênticas que a organizam. A linguagem, ao contrário, produzida em relação ao outro, é sempre um evento único, novo e irrepetível.

Acerca deste objeto de estudo – a linguagem – ressaltaremos ainda outro aspecto de fundamental importância: os teóricos do “Círculo” concebem a existência de *linguagens* no plural e não no singular:

Em cada momento dado coexistem línguas de diversas épocas e períodos da vida socioideológica. Existem até mesmo [as] linguagens dos dias: com efeito, o dia socioideológico e político de “ontem” e o de hoje não têm a mesma linguagem comum (BAKHTIN, 1993, p. 98).

¹¹ Embora a obra *Marxismo e filosofia da linguagem* seja publicada no Brasil como de Bakhtin e Volochinov, assumimos aqui a posição de Faraco (2006), o qual reconhece como da autoria do Bakhtin apenas os textos publicados sob o seu nome ou encontrados em seus arquivos. Por isso, só adotamos a coautoria desse livro em virtude desta última ser utilizada pela referência bibliográfica brasileira, a qual foi usada neste trabalho.

Ao falar em *linguagens* no plural – em vez de no singular – Bakhtin (1993), a partir de estudos realizados na prosa romanesca, propõe uma reflexão sobre os discursos da vida. Comparando o romance à vida comum – já que esse gênero caracteriza-se por representar o homem – esse teórico russo afirma que a linguagem apresenta-se estratificada internamente¹². De acordo com Bakhtin (1993), essa estratificação da linguagem, a qual denomina de *plurilinguismo*, ocorre em virtude de duas forças sociais que (des)estabilizam o homem: *as forças centrípetas*, voltadas para a unificação da língua; e *as forças centrífugas*, as quais buscam a diversificação da língua. As do primeiro grupo, responsáveis pela categoria da língua única, opõem-se ao plurilinguismo. Elas são a vitória de uma língua sobre outras e a canonização dos sistemas ideológicos que passam da multiplicidade de línguas diferentes para uma língua-mãe. As do segundo grupo caracterizam-se pela existência e manutenção do plurilinguismo social ao nosso redor.

Essas duas forças estão em constante embate: ao lado da unificação verbo-ideológica promovida pelas forças centrípetas, atuam as forças centrífugas, promovendo a descentralização e desunificação da língua em linguagens. Esse aspecto é de fundamental importância para Bakhtin (1993), pois, por meio do entrecruzamento vivo dessas forças, tornamo-nos participantes ativos, capazes de produzir discursos que refletem e refratam os valores da sociedade. Seja nas relações profissionais e/ou nas mais banais e cotidianas, como nas conversas de rua, os indivíduos estão sempre se posicionando, com tons de polêmica, ironia, sarcasmo, comiseração etc., “contaminando” axiologicamente as linguagens usadas. Os indivíduos, ao receberem a(s) voz(es) do(s) outro(s), produzem réplica(s) que retomam e (re)acentuam, de alguma maneira, aquilo que foi dito. Conforme Bakhtin (1993, p. 100), as linguagens não se constituem “um meio neutro que se torne fácil e livremente a propriedade intencional do falante [...] [estão] povoada[s] ou superpovoada[s] de intenções de outrem”.

12 Para Bakhtin (1993), o romance possui todos os aspectos que fazem parte da vida socio-histórica: tem várias linguagens, denominadas por ele de *plurilinguismo*; distintas vozes ou pontos de vista, denominadas de *plurivocalidade*; além de múltiplos gêneros, o qual chama de *pluriestilismo*.

Um dos teóricos do “Círculo”, Volochinov (1930), adotando um viés de ênfase sociológica, traz outra contribuição epistemológica para o estudo da linguagem. Para ele, esse objeto de estudo se estrutura na luta de classes. Esse aspecto, atrelado à organização social do trabalho, é tido como uma das principais forças responsáveis pelo aparecimento e contínuo desenvolvimento da linguagem. Ressaltando, assim como Bakhtin (2005), o elemento dinâmico da linguagem, Volochinov explica que ela não é “fornecida de uma vez por todas” (VOLOCHINOV, 1930, p. 65), determinada por regras gramaticais. Ao contrário, é um produto da vida social que carrega valores, não sendo, portanto, fixa, nem petrificada.

A lógica da língua não é absolutamente a da repetição de formas identificadas a uma norma, mas sim uma renovação constante [...] *A realidade da língua constitui também sua evolução.* Entre um momento particular da vida de uma língua e sua história se estabelece uma comunhão total. As mesmas motivações ideológicas reinam numa e noutra parte (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006, p. 84, grifo dos autores).

Assim, a língua está em constante evolução, refletindo e refratando a sociedade e suas mudanças, reproduzindo a distribuição hierárquica dos indivíduos em classes sociais, apresentando-se estratificada socioeconomicamente. Para Bakhtin e Volochinov (2006), esse organismo vivo carrega, durante as interações, os conflitos, as tensões históricas e culturais e as axiologias que fazem parte dos contextos sociais. Por isso, ela não se apresenta para o indivíduo como um sistema de formas normativas, cabendo-lhe aceitá-la inexoravelmente, como um objeto pronto: “a língua vive e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes*” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006, p. 128, grifo dos autores). Logo, para os sujeitos, o importante é o que torna o signo linguístico adequado às condições de uma situação concreta dada, ou seja, o uso da linguagem na situação socio-histórica em que eles se encontram.

DO SIGNO À PALAVRA

Partindo do princípio de que a forma linguística configura-se em um signo variável e flexível e não como um sinal imutável e sempre idêntico a si mesmo, o processo de compreensão não pode ser confundido com o de identificação. De acordo com Bakhtin e Volochinov (2006, p. 97),

enquanto uma forma linguística for apenas um sinal e for percebida [...] somente como tal, ela não terá [...] valor linguístico. A pura “sinalidade” não existe, nem mesmo naquelas fases em que um indivíduo está no processo inicial de aquisição da linguagem.

Por outro lado, a sinalização de trânsito, por exemplo, pede uma decodificação do sujeito e não uma interpretação, porque cada um dos sinais indica uma função determinada. Se não houvesse essa “imutabilidade” no sinal de trânsito, cada indivíduo o interpretaria de uma forma diferente.

Assim sendo, enquanto o sinal é inerte, morto e imutável, o signo caracteriza-se pela sua dinâmica. Carregado de movimento, é condicionado, mas não determinado, visto que ele reflete e refrata os valores da sociedade. Conforme Bakhtin e Volochinov (2006), o forte caráter ideológico presente na linguagem é representado pelos signos, uma vez que são eles os encarregados de “comunicar” as axiologias sociais. Qualquer objeto pode se tornar um deles se adquirir um sentido que vai além da sua existência física. Inseridos no domínio da ideologia, estão sujeitos a avaliações – como verdadeiro, falso, certo, errado –, representando e/ou modificando o mundo a nossa volta. É importante enfatizar que eles só podem aparecer em um terreno interindividual, ou seja, é fundamental que os indivíduos formem um grupo social para que o sistema de signos se constitua.

O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também *se refrata*. O que é que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: a luta de classes [...] *em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios*. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta pluralência social do signo ideológico é um traço da maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de

valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir. O signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006, p. 47-48, grifos dos autores).

Portanto, o signo, como materialidade ideológica que reflete e refrata o mundo a nossa volta, não poderia ser concebido sem o fenômeno fundamentalmente humano que subjaz a linguagem: a interação social. É nesse processo, em que no outro se pressupõe o um¹³, que cada ato se constitui como uma resposta ao mundo, ao outro e a nós mesmos (BAKHTIN, 1993).

Conforme Bakhtin e Volochinov (2006), o signo se apoia na *palavra* para realizar sua tarefa como linguagem. Materializada em signo, ela caracteriza-se por ser um produto da interação entre os sujeitos, dando condições para que a comunicação social se realize. Essa forma mais sensível de relação social, que é a palavra, é “neutra” em relação a qualquer atribuição ideológica específica, pois pode preencher uma função qualquer, como estética ou moral ou religiosa. Usada como signo interior, ela funciona na consciência individual, no discurso interior do falante, sem necessariamente obter uma expressão externa; isso significa que, mesmo quando o nosso discurso não é exteriorizado, permanecendo no plano interior, os processos de compreensão passam por ela. “[...] o material privilegiado da comunicação na vida cotidiana é a palavra. É justamente nesse domínio que a conversação e suas formas discursivas se situam” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006, p. 37).

As palavras, enquanto signos ideológicos por excelência, penetram em todas as relações humanas, caracterizando-se por apresentar ubiquidade social. Habitada pelo outro, ela participa de todas as relações entre os indivíduos, por isso, é o indicador mais sensível das transformações sociais. Além disso, apresenta grande força e poder, invadindo até as consciências

13 Segundo Cunha (2005b), a estética humanística de Bakhtin é sintetizada no par comunicativo “eu-outro”, isto é, todas as nossas ações e reflexões são feitas a partir dos olhos de outrem sobre nós mesmos.

que não as desejam: “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios [...] A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006, p. 42).

Por sua natureza semiótica, neutralidade ideológica, implicação na comunicação humana cotidiana, possibilidade de interiorização e presença obrigatória em todo ato consciente, ela torna-se o objeto fundamental de estudo das ideologias. Dessa forma, as leis de refração ideológica dos signos devem ser estudadas a partir dela. Ademais, compreendê-la não é decodificá-la, procurar o sentido que está inscrito nela, mas descobri-lo em cada contexto.

A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro. É como uma faísca elétrica que só se produz quando há contato dos dois pólos opostos. *Aqueles que [...] procurando definir o sentido de uma palavra, atingem o seu valor inferior, sempre estável e idêntico a si mesmo, é como se quisessem acender uma lâmpada depois de terem cortado a corrente.* Só a corrente da comunicação verbal fornece à palavra a luz da sua significação (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006, p. 137, grifo nosso).

Deste modo, a palavra, instaurando um espaço de disputa social permanente de valores, não deve ser separada do seu horizonte social se o que se busca é entender os valores axiológicos que carrega. De acordo com Bakhtin e Volochinov (2006), a palavra é dialética, social e promove o diálogo, porque ela sempre responde a alguma coisa. Carregando consigo expressões do falante e abarcando também uma memória social partilhada entre os grupos, construída historicamente, as palavras servem aos mais distintos juízos de valor e se prestam a numerosos propósitos comunicativos. Por isso só podemos entendê-las levando em consideração, pelo menos, os sujeitos, contextos e os fins a que se destinam.

Assim, partindo de uma visão social e axiológica da linguagem e atribuindo importância à investigação do contexto de uso da palavra, os

teóricos empenharam-se em construir uma arquitetônica do enunciado concreto (SOUZA, 2002), considerando a relação de alteridade, o dialogismo inerente à linguagem, os gêneros sociais como esferas de ações humanas e a circulação discursiva, esta última com foco no estudo dos discursos de outrem. Logo, desta unidade discursiva fundamental à comunicação humana que é a palavra, passaremos a caracterizar o discurso e, mais adiante, os enunciados e gêneros.

O FENÔMENO DIALÓGICO DA LINGUAGEM: O DISCURSO

Bakhtin e seu “Círculo”, caracterizando a linguagem como socio-histórica, enfatizam com frequência em suas obras a natureza heterogênea do sujeito. Como cada língua é um conjunto de linguagens, e cada um de nós se constitui em uma multiplicidade de discursos, é por meio dela que nos posicionamos diante do mundo, de outrem, de nós mesmos, dos discursos outros e dos nossos próprios discursos (CUNHA, 2003). Até nossa atividade mental – cujos pensamentos ainda não foram enunciados a um outro “exterior” e submetidos a uma orientação social complexa – é determinada pela situação imediata, pelo contexto mais amplo e pelos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, o dialogismo definiu-se não só como uma réplica do discurso em relação ao outro, ao objeto (HORIKAWA; MAGALHÃES, 2001). Desde o momento em que nascemos, nossa consciência interage com outros discursos ao nosso redor, como o da família, igreja e o da escola, os quais, interiorizados, influenciarão na maneira como nos reportamos ao mundo e a nós mesmos.

[...] É suficiente considerar que quando nós nos pomos a refletir sobre um tema qualquer, quando nós o examinamos atentamente, nosso discurso interior – que, se estamos sós, pode ser pronunciado em voz alta –, toma imediatamente a forma de um debate com perguntas e respostas, feito de afirmações seguidas de objeções; em suma, nosso discurso se autoanalisa [...] (VOLOCHINOV, 1930, p. 69).

Estabelecendo que o sujeito não existe fora da relação com o outro, a qual, por sua vez, se dá por meio da linguagem, Bakhtin (1993) afirma

que todos nós somos constituídos por discursos outros que, carregando axiologias, refletem e refratam o contexto social o qual estamos inseridos. Cada discurso responde, retoma, antecipa outros discursos (BAKHTIN, 2005). Nesse percurso, do sujeito até o outro, deparamo-nos e entramos em confronto com outros discursos e pontos de vistas. Portanto, essa relação instaurada entre os sujeitos caracteriza-se como *dialogismo*, o qual não se restringe a um simples diálogo ou a uma mera citação ou a menção explícita de outro discurso. Esse fenômeno, constituindo cada um de nós é quase universal: “as relações dialógicas [...] penetra[m] toda a linguagem humana e todas as relações e manifestações da vida humana, em suma, tudo o que tem sentido e importância” (BAKHTIN, 2005, p. 42).

Sendo assim, todo o discurso, ao se orientar para o seu objeto, encontra-se com outros discursos, com os quais interage ativamente. Todo diálogo vivo responde a um já-dito (BAKHTIN, 1993); todo discurso responde a algo solicitado por outro discurso. Ninguém é capaz de fugir dessa orientação mútua do discurso ao outro: a vida, ou melhor, o pensamento só existe quando contrai relações dialógicas com o outro. É nessa relação que ele adquire condições para se expressar; mantendo-se apenas em uma consciência individual, o pensamento ou a ideia define e morre (BAKHTIN, 2005). Só o Adão, tido como o primeiro homem a entrar em um mundo ainda não dito, poderia escapar dessa orientação mútua do discurso:

Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua-orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar (BAKHTIN, 1993, p. 88).

Para Bakhtin (1993), qualquer que seja o discurso, ele parte do diálogo corrente ou da retórica, pede uma atuação aberta e expressa pelo ouvinte e por sua resposta. Esta última participa da formação do discurso, reforçando-o ou opondo-o. “O objeto está amarrado e penetrado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações. Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente

perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações” (BAKHTIN, 1993, p. 86)¹⁴.

Nesse emaranhado discursivo, no qual estamos inseridos, o discurso “dialoga” com múltiplas vozes, esse meio plurilíngue, individualizando, ganhando forma própria a partir de um processo ativo e responsivo que considera o outro e o seu mundo particular (HORIKAWA; MAGALHÃES, 2001). Desse modo, é no processo de apropriação de vozes alheias que o homem passa a significar o mundo com o seu discurso em função do outro, a partir da linguagem.

Mesmo que os outros sejam o inferno, o homem está inelutavelmente preso ao outro naquilo que há de mais caracteristicamente humano, a linguagem. A *alteridade* é uma dimensão constitutiva do sentido. Não há identidade discursiva sem a presença do outro. Poderíamos até constituir o seguinte mote: *fora da relação com o outro, não há sentido* (FIORIN, 2003, p. 36, grifos nossos).

Enfim, o dialogismo constitutivo da linguagem dos sujeitos mostramos que, a todo o momento, construímos os nossos discursos em função de um outro, fenômeno esse que não está atrelado a uma simples troca de réplicas em uma conversação. Então, compreender um discurso, por exemplo, não se restringi a uma simples decodificação, como se o sentido estivesse inscrito nele; é preciso investigar o que existe de particular, considerando o contexto que o envolve, os sujeitos que o emprega e as posições desses sujeitos diante do que é dito.

Desdobramentos do estudo dialógico do discurso

Segundo Cunha (2004), Bakhtin e seu “Círculo” lançaram um novo olhar sobre a problemática do estudo dos discursos. A partir do viés dialógico, a

¹⁴ É importante enfatizar que o dialogismo, como um fenômeno da vida inerente às relações humanas, não pode ser reduzido ao simples diálogo ou ao conceito de *intertextualidade* elaborado por Kristeva. De acordo com Cunha (2010), em virtude de esse conceito ter sido recebido nos anos 1960, contexto em que prevalecia o estruturalismo, o dialogismo definido por Bakhtin foi diluído em uma intertextualidade caracterizada pela inserção explícita de outras vozes em um texto.

inter-relação do discurso com o discurso outro passou a adquirir importância nas investigações acerca da linguagem. Contudo, isso é relativamente recente: estudos linguísticos anteriores aos anos 80 voltavam-se para a descrição das formas abstratas – marcadas – em que um discurso cita outro discurso. Só em meados dos anos 80 que algumas abordagens enunciativas passaram a formular questões próximas das colocadas por Bakhtin e Volochinov (CUNHA, 1992): como uma enunciação poderia incluir uma outra? E de que maneira? Este postulado – de que em um enunciado é possível se ouvir outros – deu margem ao desenvolvimento de inúmeras reflexões sobre o dialogismo como constitutivo do sujeito, como as elaboradas por Authier-Revuz (2004) e Moirand (1999).

Authier-Revuz (2004), partindo do princípio dialógico do qual toda fala responde ou antecede a um já-dito, elaborou, para Cunha (2004), uma das distinções mais importantes nesse campo: a *heterogeneidade mostrada* e a *heterogeneidade constitutiva*, conceitos que ampliaram o campo de estudos para a linguística e deram origem a numerosas análises. A partir da releitura de Freud, feita por Lacan, essa teórica francesa, articulando “sujeito” e “linguagem”, afirma que existem diferentes formas de inscrever o outro no discurso, porque, a todo o momento, o sujeito está negociando com o dizer de outrem, fenômeno próprio e inerente a cada um de nós.

O outro do dialogismo de Bakhtin não é nem *o objeto* exterior do discurso (fala do discurso do outro), nem *o duplo*, não menos exterior do locutor: ele é a *condição* do discurso, e é uma *fronteira interior*, que marca no discurso a relação constitutiva com o outro. Esse ponto de vista, mantido com uma grande coerência através das questões “translinguísticas”, literárias, epistemológicas que Bakhtin aborda, parece-me apresentar uma grande atualidade (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 46, grifos da autora).

Estabelecendo uma rica reflexão sobre o dialogismo de Bakhtin, atrelada ao conceito do inconsciente de Lacan, Authier-Revuz (2004) explica que a heterogeneidade mostrada ocorre quando o sujeito utiliza formas linguísticas e tipográficas para remeter ao discurso outro. É como se o indivíduo, ao relatar o discurso de outrem, estivesse querendo dizer que esse discurso não é seu, é “dele”, como se o que é “seu” e o que é do “outro”

fosse sempre possível de ser delimitado por fronteiras. Para Authier-Revuz (2004, p. 68),

[...] a língua só se realiza atravessada pelas variedades de discurso que se relativizam umas às outras em um jogo inevitável de *fronteiras* e de *interferências*; nenhuma palavra vem neutra “do dicionário”: elas são todas “habitadas” pelos discursos em que viveram “sua vida de palavras”, e o discurso se constitui, pois, por um *encaaminhamento dialógico*, feito de acordos, recusas, conflitos, compromissos... pelo “*meio*” dos outros discursos (grifos da autora).

Já a heterogeneidade constitutiva refere-se à presença do outro nos nossos discursos sem marcas ou fronteiras entre os discursos, como no caso de textos irônicos e satíricos, cujo outro aparece mais diluído. Segundo Authier-Revuz (2004, p. 69), “todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos ‘outros discursos’ e pelo ‘discurso do outro’. O *outro* não é um objeto (exterior, *do qual* se fala), mas uma condição (*constitutiva*, para que se fale)” (grifos da autora).

De acordo com Cunha (2004), a primeira heterogeneidade está ligada à representação intencional do discurso outro, já que ele está delimitado por fronteiras, como por formas tipográficas e verbos atributivos; a segunda caracteriza-se por ser irrepresentável para o sujeito falante, ou seja, ela é constitutiva, inacessível ao analista que tenta reconstruir, eventualmente, partes da memória em que se insere o discurso. Esses conceitos também são retomados por Moirand (1999), a qual classifica o dialogismo em dois tipos: o *mostrado* e o *velado*. O primeiro se caracteriza por formas de representação explícita que um discurso dá de outro; o segundo, pela construção do discurso através da incorporação de outros sobre o mesmo tema de forma não marcada¹⁵.

Portanto, a heterogeneidade mostrada inscrita em uma heterogeneidade constitutiva (AUTHIER-REVUZ, 2004) ou um dialogismo mostrado

15 Assim, para Authier-Revuz (2004), das formas mais claramente marcadas do discurso – heterogeneidade mostrada – passando pelo *continuum* das menos marcadas, porém recuperáveis da presença do outro, chegamos, finalmente, à presença do outro, às palavras dos outros, às outras palavras – heterogeneidade constitutiva – em toda parte, sempre presentes no discurso, independente de uma abordagem linguística.

em um dialogismo constitutivo (MOIRAND, 1999), desdobramentos da teoria/análise dialógica de Bakhtin e seu “Círculo”, mostra-nos que o fenômeno do dialogismo é de caráter mais amplo; ele inclui relações travadas entre discursos, enunciados, palavras, ideias. Os sujeitos, inseridos em uma corrente de comunicação verbal ininterrupta, têm suas falas sempre antecedidas e precedidas por outras. É nesse sentido que compreende-se a circulação discursiva: cada enunciado elaborado na comunicação é uma importante unidade para compreender o todo. No dia-a-dia, os indivíduos lidam com fragmentos de discursos, isto é, enunciados soltos e aparentemente autônomos. Entretanto, eles estão misturados e sempre interagindo com outros enunciados fragmentados de outros discursos. “*A estrutura da enunciação é uma estrutura puramente social. A enunciação como tal só se torna efetiva entre falantes. O ato de fala individual (no sentido estrito do termo ‘individual’) é uma *contradictio in adjecto*” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006, p. 132, grifos dos autores).*

Nessa perspectiva, passaremos agora aos conceitos de *enunciado* e *gêneros*, os quais serão apresentados de forma articulada, em virtude de os teóricos russos não se preocuparem com uma classificação dicotômica e exaustiva. Isso será feito para que as ideias apresentadas sejam compreendidas como parte de um todo coerente que é a arquitetônica teórica fundada pelo “Círculo”.

DOS ENUNCIADOS AOS GÊNEROS DOS DISCURSOS

Contrário a uma abordagem rigorosamente estrutural do texto, Bakhtin nega a existência de relações dialógicas entre os textos, a partir de uma perspectiva meramente linguística. Segundo Cunha (2005b), para os teóricos russos o que importa não é exatamente a palavra em “si”, mas o funcionamento da circulação discursiva, na qual a importância da entoação¹⁶ da voz na enunciação direciona-nos para o seu sentido. Observando o ser

16 A *entoação* ou *entonação*, a qual Bakhtin e seu “Círculo” se referem, não é encontrada apenas no plano da linguagem verbal oralizada; ela ocorre também no texto escrito, a partir das escolhas de certas formulações, como por meio do uso de adjetivos, para dizer o outro; das (re)acentuações

como social e histórico, Bakhtin e Volochinov (2006) assumem que há uma certa estabilidade na língua: como se sabe, as palavras não podem ser amontoadas aleatoriamente e constituir uma unidade discursiva. Há certas regras determinadas pelas gramáticas das línguas que definem, ou, pelo menos norteiam, a formação estrutural dos períodos. Além disso, é necessário um grupo social para que a língua se constitua como um objeto de entendimento, mesmo que em um nível mais superficial, pois, se não existisse uma norma estável, como ocorreria a comunicação verbal? Ao mesmo tempo, enfatiza-se a história e a cultura como valores para o e no homem; este último se atualiza e tem atualizado esses valores constantemente, os quais são (res)significados nas diversas situações de enunciação.

A história, a cultura e, conseqüentemente, o ser humano estão em permanente reconstrução, porque se inserem numa prática de significação que, exercitada nas interações sociais, desestabiliza as verdades e os dogmas definidos pelas ciências tradicionais (HORIKAWA; MAGALHÃES, 2001, p. 17).

Bakhtin e seu “Círculo”, tomando a linguagem não só como mediadora do real, mas, principalmente, como fundadora da intersubjetividade/dialogicidade humana, elaboraram ideias que constituíram a base de uma teoria do *enunciado*, uma vez que essa unidade compreende o evento único, concreto e irrepetível que fundamenta a existência da linguagem. Os enunciados, como formas específicas que integram as diversas esferas das atividades humanas, definidas como gêneros dos discursos, englobam os acontecimentos segundo uma visão ética, estética, filosófica, sociológica, dialógica, psicológica e histórica (SOUZA, 2002). Por meio dessa reflexão, os teóricos integraram o estudo da forma e do conteúdo, elementos que, antes dissociados, estão em interação orgânica na língua.

Elaborando uma teoria em torno da arquitetura do enunciado concreto, Bakhtin e seu “Círculo” assinalam o enunciado¹⁷ como tudo que tem

das palavras dos enunciados retomados e inseridos em novos contextos enunciativos; dentre outros aspectos.

17 Nas leituras das obras do “Círculo”, observamos o emprego, em alguns momentos, de *enunciação* como o ato de representação do enunciado, e *enunciado* como a realização da enunciação.

valor social. Uma inscrição numa pedra, por exemplo, é um diálogo com outros enunciados; não aparecendo isoladamente, ela é sempre uma resposta a algo já-dito (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006). Desse modo, o social e o individual estão em relação – não há um sem o outro: além de uma relativa estabilidade, dada pela forma linguística, os aspectos históricos e sociais vão penetrando nas relações humanas, sendo apropriados intersubjetivamente. Por isso, na visão dos teóricos russos, o sentido estaria inscrito no próprio enunciado e o contexto, nesse caso, desempenharia um papel de máxima importância para a compreensão do todo. Da mesma forma, Maingueneau (2004) assinala a relevância do contexto, ao afirmar que este último não é apenas uma moldura que enquadra o discurso.

De acordo com Volochinov (1930), há uma interação orgânica entre (1) a organização econômica da sociedade, (2) a comunicação social, (3) a interação verbal, (4) os enunciados e (5) as formas gramaticais da linguagem, aspectos que englobam a natureza ideológica, sociológica, linguística e dialógica do todo do enunciado concreto. Esse teórico russo ainda enfatiza que existem dimensões articuladas ao “todo” do enunciado: (1) o microdiálogo ou diálogo interior; (2) o diálogo exterior; e (3) o diálogo infinito onde não há como se prever nem a primeira nem a última palavra. Por conseguinte, encontramos a natureza dialógica da linguagem na dimensão do enunciado que é criado enquanto um acontecimento e uma interação verbal entre os sujeitos.

Nesse “todo” do enunciado encontramos os elementos extralinguísticos e/ou metalinguísticos e/ou dialógicos, pois, por meio deles, os enunciados se vinculam a outros em uma cadeia de comunicação ininterrupta (BAKHTIN;

Contudo, adotamos aqui a ideia de que esses termos estão associados, não sendo possível falar de um sem o outro. Por isso, não nos preocupamos aqui em defini-los separadamente. Uma grande contribuição a esse respeito é oferecida pelo livro *Introdução à teoria do enunciado concreto do Círculo Bakhtin/Volochinov/Medvedev* de Geraldo Tadeu Souza (2002): “essa distinção entre produto e processo não encontra eco na obra do “Círculo”, onde o todo do enunciado concreto compreende o produto – o material verbal – e o processo – a situação – em interação orgânica. Para o “Círculo”, o enunciado concreto é um elo da cadeia de comunicação verbal, ou seja, ele é produto – um acontecimento único na existência – e processo – uma unidade da cadeia de comunicação verbal – simultaneamente” (SOUZA, 2002, p. 47-48). Esse autor ainda afirma que, em geral, as confusões terminológicas se dão devido à flutuação entre os termos utilizados pelo próprio Bakhtin e o “Círculo” e, também, em virtude dos conflitos instaurados por alguns tradutores, intérpretes e comentaristas dos russos quanto à apropriação e ao uso de determinados conceitos.

VOLOCHINOV, 2006). É nesse sentido que os teóricos russos abordam a singularidade e unicidade do enunciado: mesmo englobando um já-dito, ele se vincula a outros enunciados, apresentando então um caráter absolutamente irrepetível, podendo instaurar novos sentidos entre os sujeitos. Se isso não fosse possível, as práticas sociais não poderiam ser (res)significadas, momentos históricos, criticados e novas perspectivas de interações sociais (como as mediadas pelos novos aparatos tecnológicos), problematizadas.

Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma *fração* de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política etc.). Mas essa comunicação verbal ininterrupta constitui, por sua vez, apenas um momento na evolução contínua, em todas as direções, de um grupo social determinado. [...] Não se pode, evidentemente, isolar a comunicação verbal dessa comunicação global em perpétua evolução (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006, p. 128, grifo dos autores).

Dessa maneira, os enunciados, inseridos em um grande simpósio universal, diálogo infindo, dificilmente aparecem sozinhos: estão sempre remetendo e interagindo com outros, por isso não devem ser analisados isoladamente, mas na relação que mantêm com outros em um contexto social mais amplo: “uma análise fecunda das formas do conjunto de enunciações como unidades reais na cadeia verbal só é possível de uma perspectiva que encare a enunciação individual como um fenômeno puramente sociológico” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006, p. 131).

Todavia, é evidente que os elementos linguísticos, os lexicais, por exemplo, indicam e orientam a interpretação de cada enunciado. No entanto, o seu sentido só será “desvendado” com o auxílio do contexto, pois este oferece “pistas” sobre a prática enunciativa. Segundo Maingueneau (2004), o contexto fornece informações importantes sobre a realização dos enunciados, como a situação particular, o lugar e momento específicos, os enunciadore, as perspectivas e o(s) propósito(s) comunicativo(s)¹⁸.

18 Conforme Maingueneau (2004), pode-se dizer que há três tipos de contextos: (1) o contexto situacional, ou seja, o ambiente físico da enunciação; (2) o contexto que engloba as sequências verbais

Para Bakhtin e Volochinov (1926), o enunciado é composto basicamente de uma parte verbal e uma extraverbal, as quais não podem ser tomadas isoladamente. A primeira, englobando os elementos que constituem a forma composicional, está interagindo com a segunda que, por sua vez, compreende: (1) o horizonte espacial comum; (2) a situação por parte dos enunciadores; e (3) a avaliação. A esse último aspecto, os teóricos russos atribuem importância especial, uma vez que é a partir das entoações e dos julgamentos de valor – axiologias – que os sujeitos organizam suas ações e seus comportamentos.

Vinculados às diversas esferas humanas, em relações nem sempre pacíficas – muitas vezes entrando em acordo ou desacordo com outros enunciados já-ditos e ainda porvir –, Bakhtin (2003) caracteriza os conjuntos dos enunciados como *gêneros do discurso*. Segundo esse pensador russo, os gêneros são construídos nas diferentes esferas das atividades humanas, pois são acompanhados e, sobretudo, constituídos pela linguagem. Essa definição traz uma nova perspectiva para o estudo dos gêneros, visto que antes eram classificados como épico, lírico e dramático (CUNHA, 2002a). Essa divisão ocorria porque anteriormente categorizavam-se os gêneros como literários, fixos, imutáveis e com regularidades textuais na forma e no conteúdo. Hoje, os estudos linguísticos em geral, influenciados por essa nova concepção de atividade humana, definem o gênero como uma prática social, formada por enunciados.

Segundo Cunha (2007), desde Aristóteles e Hegel se discute sobre os gêneros. Antes conceituados como formas abstratas e normativas, hoje a linguística adota o conceito de Bakhtin (2003) de *gênero como atividade da esfera humana*, haja vista que os enunciados são plásticos, dinâmicos, mutáveis, maleáveis, caracterizados como produtos específicos da interação verbal. Além disso, os gêneros se caracterizam por apresentar uma temática, um estilo e um tom composicional, condições essas que os perpassam, moldando-os a todo o momento. Como toda produção de linguagem está ligada a uma atividade humana, há tantas formas de gêneros

encontradas antes ou depois do enunciado que será interpretado; e (3) os saberes anteriores à enunciação, como o conhecimento de mundo ou enciclopédico.

quanto atividades (BAKHTIN, 2003). Dessa forma, ao se realizarem nas atividades humanas, compreendendo a dinâmica da interação verbal efetivada por meio dos discursos, os gêneros são inesgotáveis, não podendo ser contados; além das atividades humanas e dos discursos serem muitos, novas atividades ou novos discursos, isto é, novos gêneros podem surgir com o tempo.

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa (BAKHTIN, 2003, p. 279).

Assim, há um sem-número de gêneros porque também há um sem-número de atividades humanas que envolvem a linguagem. No domínio jurídico, temos vários gêneros, tais como a petição, o interrogatório; no jornalístico, a reportagem, a entrevista, a carta do leitor, o artigo, a coluna, o horóscopo, os quadrinhos; na sala de aula, a redação, o resumo, a resenha, o questionário; no dia-a-dia, a conversa informal, o bilhete, a carta, o diário, o telefonema, a lista; em um bar, o cardápio, a comanda, a conta; e assim por diante, entre muitos outros¹⁹, englobando uma cadeia infinita. E todos nós aprendemos a falar por gêneros, visto que eles são os suportes das enunciações! Além disso, conforme Maingueneau (2004), quando participamos dos gêneros, desempenhamos diferentes papéis: numa sala de aula, o aluno precisa saber em que momentos falar, calar, perguntar; já numa peça teatral, esse mesmo aluno deverá se comportar diferente, nesse caso, como espectador.

Os gêneros do discurso organizam nossa fala da mesma maneira que organizam as formas gramaticais (sintáticas). Aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, presentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo

¹⁹ É importante destacar que esses domínios não são isolados ou estanques, mas estão em relação mútua com outros domínios, cujos gêneros também transitam e interagem.

discursivo), a dada estrutura composicional, prever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações. Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível (BAKHTIN, 2003, p. 302).

Por isso, seguindo o princípio de que nos “comunicamos por gêneros” (BAKHTIN, 2003), quando falamos ou escrevemos, não estamos os fazendo de forma aleatória: nós projetamo-los para uma audiência, no que se refere aos seus conhecimentos e valores que influenciarão suas apreciações para com o que está sendo dito ou escrito; essa projeção caracteriza direta e decisivamente nossa produção. Falamos ou escrevemos não apenas para sermos compreendidos, mas para suscitar uma resposta. Conforme Bakhtin (2003), o gerar uma resposta é condição imprescindível do enunciado, o qual pode ser verbal ou não, percebida no momento da interação ou não – atitude responsiva ativa ou compreensão responsiva ativa –, contanto que provoque algum sentimento ou reação no outro.

Ancorados nas diferentes esferas das atividades humanas, acompanhados e, sobretudo, constituídos pela linguagem, os gêneros caracterizam-se, segundo Bakhtin (2003) em função (1) do propósito comunicativo; (2) do contexto mais amplo; (3) da situação mais imediata; (4) dos sujeitos envolvidos; (5) do estilo composicional; (6) da abordagem temática²⁰; dentre outros. Além desses aspectos, não podemos esquecer da natureza dialógica do enunciado, a qual se manifesta especialmente por meio da produção conjunta entre os enunciadores e da cadeia contínua de enunciados. Afinal, nossos textos estão permeados pelos textos dos outros, de maneira que não somos os primeiros nem os últimos a abordar um tema; tudo já foi dito de alguma maneira sobre tudo. “O enunciado é um elo na cadeia da

20 Segundo Bakhtin e Medvedev (1928 apud SOUZA, 2002), o gênero percorre um caminho especial de construção e acabamento de um todo temático e não só um todo composicional – ele “tenta”, mas não obtém no sentido que entendemos por “todo” como algo fechado; desse modo, o acabamento composicional é possível, mas o temático na realidade não o é, pois a abordagem temática está sempre em evolução e em interação com outros gêneros do discurso. “O enunciado, seu estilo e sua composição são determinados pelo objeto do sentido e pela expressividade, ou seja, pela relação valorativa que o locutor estabelece com o enunciado” (BAKHTIN, 2003, p. 315).

comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro” (BAKHTIN, 2003, p. 300). Os ecos de um enunciado a outro são tão importantes de serem considerados em uma análise discursiva quanto os sujeitos envolvidos na interação e a compreensão responsiva.

Criados pela coletividade e aprendidos nas relações sociais, os gêneros são formados por conjuntos de enunciados mais ou menos estáveis. A expressão “mais ou menos” marca a plasticidade desses tipos em meio ao que deve permanecer para serem reconhecidos e utilizados facilmente na sociedade. De um lado, são maleáveis porque são passíveis de modificação conforme as mudanças das suas condições de produção, finalidade e recriação pelos sujeitos. Do outro, possuem alguns traços, como o estilo composicional, mais ou menos “padronizados” para facilitar o uso, a identificação e produção. Ademais, vale salientar aqui outra caracterização dos gêneros: Bakhtin (2003) divide-os em *primários* e *secundários*: os primeiros correspondem às trocas verbais espontâneas, realizadas na esfera da comunicação cotidiana; os segundos, formados a partir dos gêneros primários, englobam as trocas culturais mais complexas, como o romance e o discurso científico. “Para ele [Bakhtin], a natureza do enunciado está na inter-relação entre os gêneros primários e secundários e no processo histórico de formação dos gêneros secundários” (HORIKAWA; MAGALHÃES, 2001, p. 28).

Apesar de serem sociais, os enunciados, os quais englobam os gêneros, também são individuais por que carregam os acentos e as entonações dos indivíduos. Para esclarecer esse conceito, Bakhtin (2003) compara o enunciado à oração: enquanto esta última é repetível quantas vezes quiserem seus enunciadores, uma vez que está no nível linguístico, o enunciado, ao contrário, é irrepitível porque engloba os aspectos que envolvem a comunicação verbal, como o contexto situacional de tempo e espaço do momento, os participantes e sujeitos envolvidos, as relações entre eles, os efeitos de sentidos nos enunciadores, os fins comunicativos, entre outros relevantes para o momento enunciativo. “A oração, como unidade da língua, não consegue condicionar diretamente uma atitude responsiva ativa. É só ao tornar-se enunciado completo que adquire tal capacidade” (BAKHTIN, 2003, p. 306).

Logo, embora retomemos os enunciados outros já-ditos e antecipemos aqueles em porvir, os nossos discursos serão únicos, singulares, representantes do evento histórico (CUNHA, 2006). Cada um carrega pontos de vista distintos, permitindo nos mostrar diferentes visões sobre o mundo. Como afirma Bakhtin e Volochinov (2006, p. 113), “na realidade, o ato de fala, ou [...] seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante”.

Por conseguinte, ao estudar um discurso, é importante ter a noção de alguns elementos para compreender o funcionamento e a circulação dos enunciados, como o contexto, isto é, as condições reais que suscitaram o surgimento desses enunciados; as pessoas que participaram da enunciação; a orientação social que se refere à classe social dos sujeitos envolvidos e que determina, por sua vez, como se deu a entonação da voz, os gestos, a relação dos enunciadores e a avaliação que cada enunciador faz do contexto e do outro com o qual interage. Submetidos a certas regras de organização, em função de determinados grupos sociais, o discurso, embora orientado no tempo e espaço, a cada retomada será submetido a novos enquadramentos, o que permite a instauração de novos sentidos.

O processo da fala, compreendida no sentido amplo como processo de atividade de linguagem tanto exterior como interior, é ininterrupto, não tem começo nem fim. A enunciação realizada é como uma ilha emergindo de um oceano sem limites, o discurso interior. As dimensões e as formas dessa ilha são determinadas pela situação da enunciação e por *seu auditório*. A situação e o auditório obrigam o discurso interior a realizar-se em uma expressão exterior definida, que se insere diretamente no contexto não verbalizado da vida corrente, e nele se amplia pela ação, pelo gesto ou pela resposta verbal dos outros participantes na situação da enunciação (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006, p. 129, grifo dos autores).

De tudo que foi exposto, podemos, enfim, afirmar que os enunciados constituem as unidades de discurso e a comunicação se dá através dos discursos organizados em gêneros, diferentes em função do contexto histórico, da situação espaço-temporal, posição social e das relações entre

os participantes (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006). Apesar de serem relativamente estáveis, são plásticos e caracterizam-se também por apresentarem a vontade discursiva individual e a entoação expressiva que um enunciador atribui sobre um tema. Desse modo, concluímos que Bakhtin e seu “Círculo” não deixaram de considerar o lado subjetivo do indivíduo na comunicação, definindo-a não só como de caráter social. Além disso, como estamos sempre nos constituindo pelo outro – por meio de discursos outros – a alteridade é uma instância importante para se compreender os sentidos.

A SOCIEDADE MEDIATIZADA

A proposta de discutirmos a sociedade e o funcionamento da mídia decorre da necessidade de articular a abordagem discursiva com algumas perspectivas sociológicas para melhor compreender o contexto socio-histórico da mídia. Dessa forma, trazemos para a discussão alguns estudos realizados por sociólogos e pesquisadores da área de comunicação. Embora existam divergências entre alguns dos conceitos debatidos, é interessante para nós observarmos investigações de outras áreas, enriquecendo o nosso cenário de estudo e fazendo-nos compreender noções como *fato*, *notícia* e *real*.

Tem-se questionado se a mídia reflete o real ou se o real reflete a mídia. Essa discussão, entretanto, não parece ter respaldo. De fato, respondê-la exige um aprofundamento filosófico sobre o que seria “esse real”: reprodução do que os humanos vêm criando há anos? (Re)criação sobre o que já foi erguido pelos nossos ancestrais? Ora, como foi dito anteriormente, a linguagem é marcada pela alteridade e, por isso, é constituída sempre em função de um outro. É por meio dela que nos posicionamos em relação ao mundo a nossa volta, refletindo-o e refratando-o. Essa dinâmica social, favorecida pela linguagem, permite-nos afirmar que isso que denominamos de *real* não é acessado objetivamente: cada palavra é um julgamento de valor e todo objeto de discurso pode ser visto de diferentes pontos de vista. O que a mídia chama de real é sempre constituído a partir de um lugar único de quem escreve, com seus valores. Há ainda toda uma rede de discursos que enquadra, filtra e orienta a maneira como esse dito *real* chegará até nós.

Podemos trazer a esse respeito outra questão: a língua não é transparente e não reflete o mundo. Entre o sujeito e o objeto de discurso há todo um universo de “olhares”, de discursos outros sobre o mesmo objeto. Ademais, em um mesmo momento histórico, os sujeitos veem o(s) mundo(s) em diferentes perspectivas, porque apesar de sociais são únicos, singulares. É possível ainda ir mais além: podemos afirmar, baseando-nos em Bakhtin (1993), que cada momento social tem a sua linguagem, o que possibilita ao mesmo indivíduo posicionamentos diferentes diante de semelhante situação ocorrida em intervalos temporais distintos.

Com a intensificação do fenômeno da globalização, a partir dos anos 70 (HALL, 2005), o indivíduo passou a ter novas compreensões acerca do mundo. As escalas de tempo e espaço tornaram-se mais “frouxas”, pois as sociedades estão mais integradas tanto fisicamente quanto virtualmente. Os eventos passaram a ter impactos globais. E essas consequências modificaram não só aquilo que está exterior a cada um de nós; a aceleração dos processos mudou a forma como o ser humano sente o mundo, percebe-o e se posiciona nele. O impacto das tecnologias da informação, estas últimas cada vez mais atreladas às práticas sociais do mundo atual, levou também o ser humano a refletir profundamente sobre o papel que ocupa na sociedade.

Há nas práticas cotidianas que vivemos um questionamento constante de modos de viver a vida social que têm afetado a compreensão da classe social, do gênero, da sexualidade, da idade, da raça, da nacionalidade etc., em resumo, de quem somos na vida social contemporânea (MOITA LOPES, 2003, p. 15).

Desde a segunda metade do século XX, o mundo tem se deparado com um sujeito deslocado dos contextos de tempo e espaço. Escalas antes delimitadas, o indivíduo contemporâneo tem experimentado não só um deslocamento físico-temporal em relação à sociedade, intensificado a partir das práticas virtuais, mas também um profundo sentimento de perda subjetiva (HALL, 2005). De acordo com Hall (2005), esta perda de si, isto é, de um sentido estável acerca de si mesmo, e do lugar ocupado socialmente e culturalmente, constitui um duplo processo de descentração do

sujeito. Assim, a partir desse período instala-se (ou agrava-se) uma crise de identidade²¹, pois o indivíduo passa a questionar o que ela realmente significa e o porquê da sensação de sua perda. “Conhecimento e verdade parecem evoluir em direções opostas. Quanto maior o conhecimento, bem ilustrado na atualidade pela revolução da informática, menor a compreensão da existência” (SILVA, 2005, p. 8).

Essa percepção de que o homem perdeu algo que o identificava e unia a uma essência carregada desde o seu nascimento, ou a uma *identidade*, conforme alguns teóricos dos estudos culturais como Stuart Hall (2005), se deve à crença de que no mundo Iluminista se acreditava em uma sociedade como um todo coerente e unificado. Nesse período, as identidades se supunham fixas e estáveis; cada pessoa apresentava um centro imutável que compreendia o cerne do sujeito. Esse núcleo interior nascia e se desenvolvia com ele, permanecendo idêntico ao longo de sua existência (HALL, 2005). Hoje se comenta que nunca houve essa unificação do indivíduo. “Dentro de todos nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (HALL, 2005, p. 13).

Assim, a ideia cartesiana de um sujeito absoluto, racional e soberano, presente no mundo Iluminista, talvez nunca tenha existido. De qualquer forma, a imagem de um sujeito fragmentado e clivado parece atual porque as sociedades modernas são atravessadas por “antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes ‘posições de sujeito’ – isto é, identidades – para os indivíduos” (HALL, 2005, p. 17). Acrescenta-se a isso, as crises de tradições e paradigmas (GIDDENS, 1991); a efervescência tecnológica; a abundância de novos suportes midiáticos; e, como consequência, tem-se a reestruturação das práticas sociais ao longo de descontinuidades espaciais e temporais, interferindo no modo de como o sujeito vê a si mesmo e ao outro.

Entretanto, os conflitos interiores sempre existiram; a diferença é que hoje eles mostram-se mais evidentes. Conforme Hall (2005), o sujeito

21 A referência à terminologia *identidades* está relacionada à contextualização do pós-modernismo, segundo o teórico Stuart Hall (2005). Esta, contudo, não é estudada por nós.

pós-moderno sente-os mais profundamente do que aquele do Iluminismo em virtude das transformações estruturais nas sociedades, trazidas em sua grande maioria pela globalização. Com o impacto das grandes tecnologias da informação, o mundo adquiriu fronteiras globais, antes locais; os eventos passaram a ser noticiados instantaneamente à sua ocorrência. O espaço e o tempo tornaram-se, assim, simbólicos e os sistemas de significação e representação cultural se multiplicaram. A brevidade do tempo acelerou ainda mais as trocas e os consumos. Os mercados da moda se massificaram e não só quanto aos bens de consumo, como vestiários, mas principalmente no tocante aos estilos de vida. De acordo com Piovezani Filho (2003, p. 51),

Volatividade e efemeridade nos serviços, nas ideias e nos desejos, e instantaneidade e descartabilidade das mercadorias são duas tendências do refinamento do capitalismo nos tempos modernos. Em detrimento da ética, aflora a estética capitalizada, a era é a da imagem, do parecer e do aparecer. Torna-se necessário ater-se à mudança estética estabelecida com relação às forças que emanam da cultura do consumo de massa: a mobilização da moda, da arte *pop*, da televisão e de outras formas de mídia de imagem; os estilos de vida urbana vertem-se em parte da vida cotidiana do capitalismo (grifo do autor).

Inseridos nesse panorama global, capitalista, pós-moderno, pós-industrial, qual seja sua classificação²², em que predomina a clivagem dos sujeitos, aliada a fomentação de suas necessidades e seus desejos pela indústria cultural, existe a mídia – este grande “panóptico” da atualidade, para usar essa expressão como empréstimo de Foucault (apud BARONAS, 2003). O panóptico, que funciona segundo um viés de controle e disciplina, é comparado à mídia devido ao poder que ela adquiriu com o passar dos anos. Fazendo parte de uma rede de interdependências sociais, ela torna os eventos “vivos”. Os acontecimentos existem porque ela os coloca sob a ótica dos sujeitos. Entretanto, ao mesmo tempo em que se nutre dos eventos,

22 Neste trabalho não nos deteremos em uma terminologia específica para classificar a sociedade atual, pois esse aspecto envolve discussões entre distintas perspectivas teóricas, objetivo que foge do nosso trabalho.

transformando-os em produtos a serem consumidos, ela os enquadra conforme diversos pontos de vista, relatando matizes do que aconteceu. Ademais, nessa comunicação, não só o acontecimento é comercializado: o sujeito também se torna um produto (PIOVEZANI FILHO, 2003).

Antes de adentrar nesse “mundo” atual – qual seja a sua etiqueta – é necessário um trajeto ainda maior, para compreender os impactos dessas mudanças sentidas pelo indivíduo. O sociólogo Giddens (1991), ao abordar as consequências da modernidade, faz uma reflexão sobre os efeitos que esse novo contexto tem trazido para os indivíduos, implicações que têm seus desdobramentos no “pós-moderno” de hoje. Por isso, a necessidade de se retomar um pouco da vida social moderna, caracterizada não só pela busca indiscriminada da inovação e diferença, mas por assumir um caráter de reflexividade contínuo sobre as aprendizagens, atividades sociais e o conhecimento: “a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1991, p. 39).

Durante a modernidade, as tradições não deixaram de existir. Contudo, assumiram outro caráter diante da rotinização do cotidiano, sem possuir relação alguma com o passado. Assim, é necessário agora que a tradição seja comprovada pelo conhecimento que, por sua vez, não precisa da validação da primeira. Ademais, segundo Giddens (1991), em virtude da alta reflexividade da era moderna sobre as práticas sociais²³, o conhecimento deixou de estar vinculado à certeza de algo dado, certo, confirmado, visto que, logo depois, ele pode não mais existir e ser contestado, examinado, novamente investigado. Nesse contexto, ao se romper com o passado, mantém-se apenas aquilo que possa ser justificado em um futuro porvir: a “futurologia” entra em campo, isto é, os futuros que são possíveis ou desejáveis ou disponíveis sobrepõem-se a importância de se restituir ou mapear o passado. Este último é considerado não com um fim

23 Embora Giddens (1991) afirme que o mundo atual caracteriza-se pela intensa reflexividade sobre as práticas, esta só ocorre em virtude do movimento dinâmico da linguagem, a qual permite que os sujeitos reflitam e refratem os valores sociais do mundo (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006). Esse ponto, todavia, não é considerado pelo sociólogo.

em si mesmo, mas como uma nova ordem que valoriza um tempo adiante. Usa-se a história para fazer várias histórias.

De acordo com Giddens (1991), a dissolução de uma história como teleologia, relacionada à reflexividade dos conhecimentos e a emergência de um pensamento voltado para o futuro, levou à criação de novos universos de experiências. Para esse sociólogo, o dinamismo deste “novo mundo”, cujas fronteiras espaciais e temporais deslocam-se constantemente, provocando a reorganização das relações sociais e uma maior reflexividade sobre as práticas, trouxe impactos profundos para as instituições e as suas organizações: alguns grupos mostram-se mais propensos a acumular poder do que outros e, o conhecimento, antes isolado espacialmente ou hierarquicamente, insere-se em uma rede de influência múltipla. Isso, atrelado ao deslocamento dos saberes, a partir das descobertas sucessivas nos diversos campos, permite a supervalorização de algumas práticas tidas como novas, modernas, tecnológicas, em detrimento daquelas mais tradicionais – moderno e antigo foram adquirindo, em geral, conotações positivas e negativas, respectivamente.

A força desses aspectos na reordenação das instituições modernas se deve a crescente influência do capitalismo e industrialismo nas interações entre os seres humanos (GIDDENS, 1991), organizadas cada vez mais segundo condições artificiais e mercadológicas. A produção em abundância, muitas vezes carente de qualidade, exige, do outro lado, um consumo constante, obrigatório – o fim tornado o objetivo primeiro. Para Debord (2003), esse dever sobre a vida social – de consumir mais e mais – substitui o “ser” pelo “ter”, fazendo com que toda realidade individual seja também social. Feito em escala universal, o produto tornou-se um valor fundamental, muitas vezes abstrato, pauta de interesse entre os países: do excedente de sobrevivência, ele consagra-se por um fetichismo exacerbado. O índice de valor do produto não se restringe ao uso ou a mínima satisfação das necessidades mais básicas: oferece ao indivíduo a contemplação dos seus desejos mais íntimos. Assim, o produto-mercadoria não se limita à sobrevivência: enriquece-a alimentando o imaginário humano, impondo, através das suas privações, valores que se encontram na sua representação.

Com efeito, o que a mídia nos seus mais diversos suportes vende ao sujeito não é um produto, mas a possibilidade de um acesso na forma de fantasia. Desse modo, não há sublimação, mas uma repreensão pela falta de algo que o sujeito efetivamente não necessita. Os indivíduos são controlados na sociedade não somente por meio da consciência ou da ideologia, o que produziria uma espécie de dessubjetivação do sujeito, mas também no corpo e com o corpo, o que produz um sujeito disciplinarizado (BARONAS, 2003, p. 89).

No mundo midiaticizado, sentimentos como revolta, aceitação, insatisfação, afetos, tornaram-se também objetos de consumo pelas sociedades. Apresentados como elementos de um catálogo, onde os produtos mostram-se independentes das ações humanas, a sociedade contemporânea subsiste a partir da criação e manutenção de necessidades que se impõem reais, modeladas pela história. Essas “pseudonecessidades”, como as caracteriza Debord (2003, p. 37), chegam até nós pelos meios de comunicação social, que, como se sabe, são os principais “divulgadores” das culturas, dos eventos, das informações em geral. Inseridos no âmbito de forte apelo ao virtual, aos estilos de vida globais, padrões homogeneizados de consumo, esses veículos demonstram uma maior inclinação para assuntos de grandiosidade, inéditos, polêmicos, de caráter denunciativo, e até “banais” se esses lhes renderem algum ponto a mais de audiência/vendagem. Contribuindo para o avanço de imagens “espetaculares”, muitas vezes soltas e desconexas (DEBORD, 2003), a maioria desses veículos se insere na ótica da difusão da (nossa) realidade do consumo. Escândalos, misérias, sofrimentos, felicidades tornaram-se algumas de suas gêneses e matérias-primas (BAUDRILLARD, 2005).

As relações entre a mídia e os saberes da sociedade tornaram-se tão imbricadas que a obsessão pelo espetáculo forjado no efêmero e nas pseudonecessidades não está apenas nas telas da TV, do computador, nos periódicos impressos ou *on-line*: encontra-se na rotinização do cotidiano das pessoas. Aliado a isso, o processo de inovação-obsolescência dos conhecimentos e das técnicas (GREGOLIN, 2003), “o distanciamento tempo-espaco” (GIDDENS, 1991, p. 18), a reflexividade dos conhecimentos, o esvaziamento da tradição e a instauração de novas formas de relações

sociais, acelerados pelos meios de comunicação, atribuíram um caráter de ordenação das práticas espacialmente presentes ou não (GIDDENS, 1991). Ora, o mundo de “lá fora” também é o mundo do dia-a-dia das pessoas, mesmo que se apresente sob a forma de acontecimentos espetacularizados, destinados ao mero consumo pelo público: “o espetáculo é, ao mesmo tempo, parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação” (DEBORD, 2003, p. 14).

Desempenhando o papel de mediadora da realidade, a mídia faz reconstruções históricas que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representações da realidade concreta (GREGOLIN, 2003); legitima instituições e pessoas; participa ativamente na construção de imaginários sociais; atua na maneira como os indivíduos percebem-se em relação a si mesmos e em relação aos outros; critica a sociedade em que se insere, afastando-se algumas vezes de seus imperativos estritamente econômicos; fomenta discussões; vigia a aplicação de certas normas; pune aquilo que é tido como o erro; produz acontecimentos; e, não menos importante, constrói os “fatos” por meio da linguagem, porque esta permite refletir e refratar o mundo. Enfatizamos aqui o uso por nós de *construir* diferente do de *divulgar*: o primeiro pressupõe uma ativa participação desses veículos, enquanto o segundo, um trabalho passivo de reprodução do que seria esse “fato”.

Assim, para nós, os meios de comunicação não divulgam simplesmente os “fatos”: eles são construídos sob determinados vieses axiológicos, carregando posicionamentos e julgamentos de valor veiculados pelas palavras empregadas, projetados conforme a imagem que tem do seu público, lançando-o às vezes sob a forma de espetáculo. Barbosa (2003), de outra perspectiva teórica, aborda a ideia de montagem do acontecimento realizado pela mídia:

Uma vez produzido no interior de uma prática que se pauta pelo emprego de estratégias de manipulação do real e pelo sensacionalismo, o acontecimento é, antes de tudo, produto de uma montagem e de escolhas orientadas [...], que lhe garantem o efeito de acontecência, a impressão do vivido mais próximo daqueles que o vivem. Produto dos meios de comunicação, esse novo

acontecimento é projetado, lançado e oferecido ao público sob a forma de espetáculo [...] (BARBOSA, 2003, p. 116).

Logo, embora os “fatos” sejam constatáveis como algo que ocorreu na sociedade, como um incêndio em uma fábrica, o desflorestamento da Amazônia, a colisão entre duas carretas, a tentativa de assassinato contra um famoso presidente americano etc., cada um deles é construído de forma diferente. Apesar de ser o mesmo acontecimento, cada veículo agregará valores diversos à cobertura desse “fato”, noticiando-o de forma distinta ou não, conforme também os interesses que partilham com o seu público-alvo. Isso mostra-nos o papel ativo da mídia como um dos grandes agenciadores discursivos da atualidade: ela “alimenta” uma rede dialógica de interdiscursos, traduzidos em visões de mundo e julgamentos de valores que se sobrepõem. A partir de seus trajetos, os meios de comunicação tecem representações sobre os eventos e as pessoas, às vezes de cunho globalizador, atribuindo-lhes uma unidade “ilusória”. Por isso, muitas vezes é difícil desnaturalizar a imagem de um indivíduo ou acontecimento, trabalho que leva tempo. Afinal, a mídia está sempre recorrendo a significações passadas, às vezes naturalizadas, para instaurar acontecimentos ainda porvir, simulando alguns eventos, omitindo discursos, evidenciando outros.

Passaremos, agora, a discutir sobre o funcionamento dos *medias* para auxiliar na compreensão desses veículos como importantes agenciadores discursivos da atualidade.

ALGUMAS FUNÇÕES DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Conforme Merton e Lazarsfeld (1969) há uma preocupação geral em torno da ubiquidade e do poder em potencial dos meios de comunicação de massa (MCM). Os *mass media*, como esses autores os rotulam, têm importantes funções sociais, tais como (1) atribuir status e (2) reforçar as normas sociais. Em relação à primeira, as pessoas, as organizações, certos movimentos sociais, entre outros, podem receber status. Aqueles que o tiverem serão

mais valorizados, positivamente ou negativamente, em função da imagem que os MCM lhes atribuir. Esse prestígio pode ocorrer independentemente da linha editorial da empresa; contudo, é mais comum o veículo de comunicação privilegiar personalidades ou assuntos que, mesmo sem relevância social, traga-lhe alguns benefícios sociais, políticos e econômicos.

Os *mass media* conferem prestígio e crescem a autoridade de indivíduos e grupos, *legitimando seu status*. [...] O público dos *mass media* aparentemente é adepto da crença circular: “Se você realmente é importante, estará no foco de atenção da massa, e se você está no foco de atenção da massa, então com certeza você é realmente importante.” A função de atribuição de *status* penetra dessa forma na ação social organizada, legitimando certos programas, pessoas ou grupos que, por sua vez, recebem o apoio dos *mass media* (MERTON; LAZARFELD, 1969, p. 115-116, grifos dos autores).

É interessante notar acerca dessa primeira função – atribuir status, conferir prestígio – a ideia da espetacularização da mídia defendida por Debord (2003). Segundo o teórico francês, o espetáculo é a principal produção da sociedade capitalista que, privilegiando a cópia, representação e ilusão, cristaliza e banaliza algumas práticas sociais da classe dominante, a fim de que essas sejam padronizadas e consumidas pelo público. Seja na publicidade, seja na veiculação da informação, há uma adesão positiva do espetáculo que surge no real, o qual, por sua vez, também se inscreve no espetáculo.

O espetáculo apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível. Sua única mensagem é: “o que aparece é bom, o que é bom aparece.” [...] O espetáculo, considerado sob o aspecto restrito dos “meios de comunicação de massa” – sua manifestação superficial mais esmagadora – que aparentemente invade a sociedade como simples instrumentação, está longe da neutralidade, é a instrumentação mais conveniente ao seu automovimento total. As necessidades sociais da época em que se desenvolvem tais técnicas não podem encontrar satisfação senão pela sua mediação. A administração desta sociedade e todo o contato entre os homens já não podem ser exercidos senão por intermédio deste poder de comunicação instantâneo (DEBORD, 2003, p. 17-22).

Em relação à segunda função, os meios de comunicação também servem para ratificar as normas sociais, expondo os desvios destas para o público. Esse “desmascaramento” (MERTON; LAZARSELD, 1969, p. 117) expõe os “fatos” que não estão em acordo com a moral pública de uma sociedade. O papel de revelar divergências sociais dota o jornalismo da obrigação de chamar a atenção das práticas em discordância com as normas públicas, revelando-as – quando já conhecidas, essas divergências são enfatizadas pela mídia. Talvez, seja a partir dessa função que o jornalismo tenha passado a se configurar, para alguns, como o quarto poder.

Os *mass media* podem iniciar uma ação social organizada, “expondo” condições que estão em desacordo com a moral pública. [...] [Só que] nenhuma ação organizada é exercida quando o comportamento é discordante de uma norma social, a menos que haja uma declaração pública da discordância. [...] Uma vez que as divergências do comportamento tornaram-se também de conhecimento público, estabelecem-se tensões entre o “tolerável particularmente” e o “aceito publicamente” (MERTON; LAZARSELD, 1969, p. 116, grifo dos autores).

Além dessas duas funções, Merton e Lazarsfeld (1969) também enfatizam a disfunção narcotizante como uma consequência social dos meios de comunicação. De acordo com esses teóricos, estar exposto a diversos tipos de informações pode “narcotizar” o indivíduo, ao invés de estimular sua consciência crítica: ao contrário do que se espera, o bombardeamento de informações é tão grande que pode provocar inércia e amortecimento; ou então os sujeitos ouvem, lêem e assistem tantas notícias por boa parte do tempo que lhes resta uma pequena parcela de tempo para realizar seu papel como cidadão. Eles podem até discutir, com outros grupos, alternativas para os problemas que foram levantados pelas matérias, todavia, seu pensar e sua vontade não chegam a se constituir em ação prática efetiva.

O cidadão interessado e informado pode contentar-se com seu elevado grau de interesse e informação e negar-se a ver que se absente de decisão e ação. Em suma, ele toma seu contato secundário com o mundo da realidade política, pela leitura de sua condição e de seu pensar, como uma ação indireta. Confunde assim o fato de

conhecer os problemas cotidianos com o fato de atuar sobre eles. Sua consciência social permanece imaculada. Está preocupado; está informado; tem toda sorte de ideias acerca do que deve ser feito. Mas, depois de terminado seu jantar, após ter escutado seu programa de rádio predileto e depois de lido seu segundo jornal diário, já é hora de ir pra cama (MERTON; LAZARSELD, 1969, p. 119).

Muitas vezes, a mídia na cobertura dos “fatos” – na maioria daqueles em que existe o martírio – exhibe o pior dos slogans: “Nossa realidade, eis o problema. Só temos uma realidade, e é preciso salvá-la [...] É necessário fazer alguma coisa. Não se pode ficar sem fazer nada” (BAUDRILLARD, 2005, p. 12). Essa ideologia, ao mesmo tempo em que incita o indivíduo a agir, não o permitindo acomodar-se na sua inércia e fraqueza, atua segundo o viés da pena ou compaixão. Para Baudrillard (2005), a sociedade é, nesse ponto, teatralizada ao máximo: é preciso ser piedoso diante da vitimização dos acontecimentos, senão o final não será feliz. A solidariedade constitui aí uma ação de injunção ou um simples ato de negar a nossa própria impotência.

É preciso ir reapropriar-se de uma realidade ali onde ela sangra. Todos esses “corredores” que abrimos para lhes enviar nossos víveres e nossa cultura são na realidade corredores de aflição por onde importamos as forças vivas e a energia da infelicidade dos outros. Troca ainda uma vez desigual [...] Nossa sociedade engaja-se assim na via da “comiseração”, no sentido literal, sob a cobertura do pathos ecumênico (BAUDRILLARD, 2005, p. 13).

E qual é o papel do ser humano na sociedade? É trabalhar pela coletividade? É ser um agente transformador? Perceber que pode fazer o diferente? Essas são algumas questões que alimentam o sistema em que estamos inseridos: não há uma única resposta. O importante é, diante de tantas informações veiculadas pela mídia, “saber” o que fazer com esse conteúdo. Os sujeitos, diante dos “fatos” noticiados, buscam informar-se criticamente sobre os acontecimentos, ter a consciência dos seus direitos e deveres, construir senso crítico, enfim, há inúmeras necessidades que levam alguém a ler um jornal, escutar um rádio, assistir um programa de TV e navegar pela internet. Contudo, atualmente, são tantos os meios de

comunicação e inúmeras as opções para chegar às informações e, claro, distintas versões relatadas por eles, que o indivíduo muitas vezes se perde sem saber o que fazer com o que leu, escutou, viu.

É fato evidente que os *mass media* elevaram o nível de informação das grandes populações. Sem intenção consciente, porém, o aumento de dosagem das comunicações de massa pode estar transformando, inadvertidamente, as energias dos homens, levando-os de uma participação ativa a um mero conhecimento passivo (MERTON; LAZARSFELD, 1969, p. 120, grifo dos autores).

Portanto, em virtude da abundância de informação e do espaço ocupado hoje pela mídia ao noticiar os “fatos”, os veículos de comunicação passaram a adquirir diversas funções nas sociedades, como reforçar as normas sociais, conferir prestígios, instaurar discussões, fiscalizar a ordem social, entre outras, algumas já mencionadas acima. Ocupando, assim, vários papéis, conforme os propósitos mais diversos, destacaremos aqui uma das atribuições dos *mass media* que mais se encaixa nos objetivos do nosso trabalho: o agendamento, realizado pela imprensa, responsável por pautar certos acontecimentos na vida das pessoas.

O Agendamento ou *Agenda-Setting*

O agendamento, teoria da comunicação surgida nos anos 70, estabelece que a imprensa tem o poder, na maioria das vezes, não só sobre “como” fazer as pessoas pensarem, mas também sobre “o quê” os sujeitos devem pensar (TRAQUINA, 2001). O termo, cunhado por McCombs e Shaw (1972), foi elaborado a partir de um conjunto de pesquisas relacionadas ao que se pode traduzir pela “ordem do dia” (NEVEU, 2006). Dessa maneira, o agendamento, designando a capacidade que as mídias têm, pela seleção de notícias, de produzir uma hierarquização da informação, constitui-se também como uma função dos meios de comunicação – talvez uma das mais importantes, pois exerce influência não só em relação aos comportamentos, mas defini os assuntos que serão dignos da atenção coletiva.

No jornal moderno, destinado ao público em geral, os fatos são abordados mais por seu aspecto social, econômico ou político. Mas certos setores de atividade, como a informática ou o direito, interferem a tal ponto na vida das pessoas que se torna indispensável manter cobertura permanente, penetrando até em detalhes técnicos (LAGE, 2006a, p. 43).

Relacionado a este conceito de agendamento, tem-se também o de *framing*. Segundo Neveu (2006), essa noção engloba um conjunto limitado de formas de tratar um assunto que, relaciona-se, por sua vez, aos diversos filtros que bloqueiam a cobertura dos acontecimentos, seja porque eles não entram nas pautas da “ordem do dia” ou não dispõem de mediadores sociais. Assim, “a capacidade do jornalismo de hierarquizar e problematizar os acontecimentos e as questões aponta para a questão central de sua influência sobre a opinião pública” (NEVEU, 2006, p. 145). Portanto, o poder atribuído à mídia de agendar um assunto, hierarquizar informações, construir um “fato” segundo um posicionamento social específico, enfim, tudo isso sugere o impacto que pode ter um veículo de grande aceitação social, ao supervalorizar um assunto, omitindo algumas de suas circunstâncias, acentuando outras, sobre a sociedade.

A INFORMAÇÃO PRODUZIDA PELA MÍDIA

Assim como outras atividades sociais, o jornalismo ou jornalismo²⁴, no plural, é uma profissão que se articula a outros campos, englobando uma rede de práticas, funções e exercícios interdependentes (NEVEU, 2006). Por isso, para compreender o movimento dinâmico da produção da informação pela mídia²⁵ como acontecimento da ordem do dia, é preciso voltar-se não só para o espaço ocupado pelos meios de comunicação com relação

24 Segundo Neveu (2006), o termo *jornalismo* deve ser usado no plural – *jornalisms* – porque ele engloba uma cartografia social em que se articulam as hierarquias próprias ao jornalismo e às empresas de comunicação, as relações com as fontes, os poderes sociais e os públicos.

25 Apesar de a expressão *mídia* abarcar todo suporte de informação capaz de transmitir mensagens, como o rádio, a TV, o cinema e a internet, ele será empregado aqui com uma maior referência ao campo jornalístico (HOUAISS, [1548] 2012).

ao seu auditório – leitores/ouvintes/telespectadores; é talvez primordial entender antes a rede de interdependências que faz parte do campo jornalístico, passando pelas fontes e instituições. Ademais, para Neveu (2006), é sabido que há um forte domínio da economia sobre as diferentes práticas, inclusive as jornalísticas, cujos imperativos devem seguir geralmente as lógicas do mercado, agindo indiretamente ou não, também sobre o avançamento da produção de bens culturais.

Atualmente, produzir informações tornou-se um negócio caro. Na época do surgimento dos primeiros jornais, o investimento era pouco, pois a redação se limitava a duas ou três pessoas. Os leitores pagavam o preço do papel, da tinta e às vezes até proviam o capital de giro, fazendo assinaturas. De fato, qualquer um poderia lançar um periódico. Além disso, para garantir uma maior durabilidade e estabilidade nesse negócio, era importante o apoio de inúmeras pessoas de prestígio que tivessem medo de ataques, se por acaso não contribuíssem (LAGE, 2006a).

Nos primeiros jornais, a notícia aparece como fator de acumulação de capital mercantil: uma região em seca, sob catástrofe, indica que certa produção não entrará no mercado e uma área extra de consumo se abrirá, na reconstrução; a guerra significa que reis precisarão de armas e de dinheiro; uma expedição a continentes remotos pode representar a possibilidade de mais pilhagens, da descoberta de novos produtos ou de terras próprias para a expansão de culturas lucrativas, como a cana-de-açúcar e o algodão (LAGE, 2006a, p. 10).

Com o passar dos anos, fatores como a grande concorrência entre os veículos e o rápido avanço tecnológico tornaram ainda mais dispendioso manter uma empresa de comunicação, pois era necessário um aperfeiçoamento constante dos veículos, fato que se agravou nesse século, em virtude do surgimento de novos meios de informações, como a internet. “A evolução, promovida pelo audiovisual, da noção da informação em direção à cobertura de ‘fatos’ que estão acontecendo no momento, e o ganho em velocidade permitido pelo uso de redes de informática acentuaram essa pressão” (NEVEU, 2006, p. 87). Diante desse novo cenário, a publicidade passou a garantir a estabilidade e rentabilidade dos jornais. Agora, os

anúncios correspondem à boa parte da verba que mantém os periódicos. E, com a publicidade subsidiando economicamente a empresa e os seus funcionários, os eventos que passaram a ser privilegiados foram, e ainda são, aqueles que pelo menos não se oponham aos seus interesses.

[...] Não é o leitor de revista nem o ouvinte de rádio, nem, em grande parte, o leitor do jornal que sustenta o empreendimento, mas sim o anunciante. São os grandes negócios que financiam a produção e distribuição dos *mass media*. E, sem segundas intenções, aquele que paga é quem manda mais. [...] Esses meios não somente continuam a afirmar o *status quo*, mas, na mesma medida, deixam [algumas vezes] de levantar questões essenciais sobre a estrutura da sociedade. Portanto, levando ao conformismo e fornecendo pouca base para uma apreciação crítica da sociedade, os *mass media*, patrocinados comercialmente, restringem indireta, mas efetivamente o desenvolvimento consciente de uma visão genuinamente crítica (MERTON; LAZARSFELD, 1969, p. 120-121, grifos dos autores).

Entre os impactos sofridos por essa nova empresa de comunicação, destaca-se a divisão de papéis nas redações, promovendo a centralização dos critérios de escolha sobre o que será noticiado. Para tanto, os editores orientam-se “ora por leis de mercado, ora por conveniências que traduzem o jogo dos grupos de pressão ou entidades abstratas como o ‘interesse nacional’” (LAGE, 2006a, p. 15). A insegurança diante da velocidade do processamento de informações em pouquíssimo tempo “mecanizou” o dia-a-dia de trabalho dos repórteres que devem apurar e escrever cada vez mais rápido, muitas vezes sem ter a “consciência” de todo esse processo no qual está inserido. “[...] a notícia [...] terminou sendo a matéria-prima principal, conformando-se a padrões industriais por meio da técnica de produção, de restrições do código linguístico e de uma estrutura relativamente estável” (LAGE, 2006a, p. 13).

Segundo Traquina (2001), com o crescimento da autoridade do jornalismo e do poder imbuído pela sociedade a mídia em geral, como se pôde ver anteriormente a respeito das funções dos MCM, as notícias tornaram-se pautas de conversas cotidianas e passaram a influenciar formas de pensar, interferindo na construção das representações sociais e também

na manutenção ou modificação destas. Em 2000, por exemplo, o capital estrangeiro estava entrando no Brasil e difundia-se a ideia de desenvolvimento e avanço do país. Quem era contra a privatização das estatais era considerado retrógrado pela mídia. Hoje, a privatização passa a ideia, na mídia brasileira em geral, da dominação do capital estrangeiro para com o nacional. Isso mostra que a mídia pode interferir na construção de representações sociais, contribuindo para a sua permanência ou modificação.

Além disso, esses valores sociais são produzidos e reproduzidos ou mudados ao longo do tempo. Um exemplo disso são as imagens conhecidas do nordeste: região marcada pela seca, pobreza, fome e, ao mesmo tempo, é a terra do forró, xaxado, da vaquejada, cana de açúcar. Conforme Gregolin (2003, p. 96), há diversos símbolos acerca do nordestino que, de tanto circular sob a forma de “imagens reificantes” enraizadas coletivamente, os indivíduos passam a aderir em torno de aspirações e sonhos/desejos comuns. Assim, ele é identificado como *o matuto*, *o imigrante em direção ao sul e sudeste*, com uma fala peculiar, caipira, capenga. Como cada sociedade constrói símbolos que povoam e realimentam o imaginário de uma coletividade (GREGOLIN, 2003), essas imagens são retomadas passando a fazer parte dos interdiscursos veiculados pela mídia. É interessante notar que a vinculação de valores já enraizados socialmente aos discursos mobilizados pelos meios de comunicação é às vezes tão forte que as identificações tornam-se figuras representativas de certos discursos, os quais passam a existir inexoravelmente vinculados a esses.

No Brasil, por exemplo, as redes de televisão e os três ou quatro veículos nacionais de notícias operam com base nos valores da classe consumidora de bens duráveis do Rio de Janeiro e de São Paulo. A centralização do controle obedece a critérios tanto sociais quanto geográficos. Isso resultou na transformação de empresas jornalísticas regionais importantes em meras reprodutoras ou repetidoras (LAGE, 2006a, p. 59-60).

Da mesma maneira que os meios de comunicação têm o papel de noticiar as informações, transformando-as muitas vezes em acontecimentos – acontecimentalizando-as –, esses veículos agem conforme alguns critérios

de noticiabilidade. Por meio de mecanismos, como a *seleção*, os *medias* escolhem as informações que lhes interessam. Nesse processo inicial em que algumas informações são selecionadas, priorizam-se critérios como audiência, repercussão, sensacionalismo, dentre outros. “Se você abrir um jornal, qualquer jornal vai ver imediatamente muitas meias-verdades, em cada página. Os jornais publicam só o que querem e onde querem” (GUARESCHI, 2005, p. 22). Essa afirmativa mostra bem que o jornalismo, assim como outras instituições sociais, como a igreja e escola, também está submetido a ideologias.

A informação tornou-se tão abundante que se torna obrigatório selecioná-la. Quem fizer a seleção deterá parcela significativa de poder, sejam governos, empresas nacionais ou internacionais. Os critérios tradicionais do marketing de notícias – o sensacionalismo, a imparcialidade que pretende trazer o mundo às mãos do consumidor, em algumas páginas ou em alguns minutos – não situam essa questão básica. O direito individual de escolha entre os veículos esgota-se nas possibilidades que são oferecidas, e a padronização faz com que eles se pareçam, ou se comportem de maneira unânime nos temas fundamentais (LAGE, 2006a, p. 60).

Na maioria dos veículos de comunicação, se não em todos, a notícia não chega ao público sem antes passar por uma “rede” de processamento: primeiro, apura-se a informação; segundo, seleciona-se as partes dos “fatos” que serão relatadas e realiza-se possíveis cortes temporais e espaciais; posteriormente ela é escrita, corrigida pelos editores e, às vezes, reescrita. “A impessoalidade do redator – ou do complexo editorial, uma vez que a notícia é *frequentemente* reescrita, condensada, traduzida, submetida a critérios de edição – tem implicações também de ordem semântica.” (LAGE, 2006a, p. 25, grifo nosso) Além disso, as notícias até serem definidas como parte do “ranking” da ordem do dia, passam por diversos *gates* (portões) até o superior, geralmente o editor da empresa de comunicação, decidir se essa matéria vai fazer parte do periódico ou noticiário ou programa de rádio ou do site. Às vezes, mesmo quando o “fato” é relevante socialmente e “obedece” a alguns critérios de noticiabilidade, ele pode não

ser veiculado, pois nem sempre há espaço. Em geral, a publicidade tem o seu lugar “marcado” nos veículos de comunicação, antes de os “fatos” serem transformados em notícias.

Cada vez mais, os principais grupos de poder, entre os quais o mundo do negócio organizado (*organized business*) ocupa a posição de maior destaque, vêm adotando técnicas para manipular o público de massa (*mass public*) pela propaganda, ao invés de empregar meios mais diretos de controle. [...] O poder econômico parece ter reduzido a exploração direta, voltando-se para um tipo mais sutil de exploração psicológica alcançada em grande parte pela propaganda disseminada pelos *mass media* (MERTON; LAZARFELD, 1969, p. 110, grifos dos autores).

E quanto aos critérios de noticiabilidade, quais são os assuntos que figuram entre os mais escolhidos pelos editores para fazer parte do jornal? Quais os privilegiados? Qual será a matéria principal? Apesar de estes critérios poderem variar de uma empresa jornalística para outra, em geral a noticiabilidade dos acontecimentos pode se dar, segundo Neveu (2006), a partir da notoriedade; do interesse público; do caráter de ineditismo e/ou polemicidade; da carga emocional que possui; do impacto que oferece, como o caso das guerras; dos conflitos ou dramas humanos e da repercussão social, política ou econômica que trazem; de novidades que apresentam nas áreas artísticas e científicas; da proximidade com regiões relevantes no cenário nacional; entre outros.

Se a capacidade de decisão de cada pessoa depende das informações que recebe e se a democracia é o exercício do poder, em última instância, por essas pessoas, não há dúvida quanto à necessidade de diversificar o fluxo de informação e estabelecer critérios mais adequados de seleção. Não se trata de competição entre sistemas políticos; trata-se de contingência da sociedade industrial (LAGE, 2006a, p. 60).

Outra característica de grande relevância para a maioria dos veículos jornalísticos é a factualidade, quando não o critério mais importante. Os acontecimentos diários, “quentes”, atribuídos como factuais, precisam ser

mostrados o mais rápido possível, do contrário há chances de não serem mais de grande interesse para o público. “Um aspecto fundamental dessa cultura profissional é a partilha de valores quanto à importância ou interesse que uma ocorrência ou questão poderá ter; são os critérios de noticiabilidade, constituídos por um conjunto de valores-notícia” (TRAQUINA, 2001, p. 28).

Assim, não se pode esquecer que o jornal constrói os “fatos” segundo algumas interpretações. De acordo com Neveu (2006), as próprias editorias – (sub)divisões encontradas nos jornais, quais sejam os seus suportes – também podem funcionar como filtros da rede de processamento da informação, influenciando na “composição” do que será noticiado. Mesmo não sendo tão evidente, as editorias interagem com os valores-notícia, caracterizando-se como um dos *gates* citados acima, pois a divisão de competências é feita a partir de critérios nem sempre explícitos, permitindo a entrada de alguns assuntos e bloqueando outros. “Elas funcionam primeiramente como um instrumento de percepção da realidade, e o processo não é evidente” (NEVEU, 2006). Desse modo, uma copa mundial de futebol, por exemplo, não será tratada da mesma forma nas editorias de esporte, economia ou turismo.

No entanto, apesar de ter enumerado acima alguns valores da noticiabilidade, Neveu (2006) afirma que não há uma fórmula simples que os determine, transformando obrigatoriamente a informação em acontecimento. “Para chamar a atenção, ser ouvido e escutado, o acontecimento precisa ser forte, claro, inesperado e fazer sentido no cenário de uma cultura” (NEVEU, 2006, p. 91). Mesmo assim, é preciso considerar alguns fatores responsáveis pela hierarquização da informação – afinal como processar a quantidade de dados que um veículo recebe, já que a prática jornalística está presente em um mundo virtualizado? – que definirá se o “fato” será noticiado com destaque ou não, a saber: (1) se está relacionado a alguma editoria, encontrando uma ancoragem institucionalizada; (2) se faz parte da linha editorial da empresa, conforme uma rotina interiorizada de normas de publicação; (3) se é ou não inteligível para o grande público, isto é, se precisa de informação técnica muito longa, por exemplo.

Além desses fatores, há outro que merece ser citado: a importância de uma informação pode vir do simples fato de ela ter sido pelo menos comentada em grandes veículos de comunicação, sendo assim inconcebível a sua não-cobertura. Segundo Neveu (2006, p. 96-97), “o medo de ver o concorrente cobrir uma informação fabricada suscita o reflexo de mencioná-la”, pois a prática da intertextualidade midiática – ou, como preferimos, o dialogismo – também influencia – às vezes mais do que os outros aspectos – na publicação da notícia. Outras vezes, um evento é noticiado em virtude da variedade de discursos que circulam a seu respeito na mídia, atraindo o surgimento de eventos futuros semelhantes (MOIRAND, 2007a), em um processo geralmente ininterrupto, cujos novos eventos e discursos alimentam a infinita cadeia dialógica da comunicação, da qual fazemos parte. De qualquer forma, existe ainda certa previsibilidade na noção de acontecimento, aparentemente paradoxal, que deve ser considerada ao lado dos critérios anteriormente expostos:

[...] a maioria dos acontecimentos relatados pelos jornalistas são rotineiros, previsíveis. Mesmo que a atualidade mais quente determine que uma cobertura importante seja feita de acordo com fatos relevantes do tipo escândalo (revelação de um “esquema”) ou acidente (catástrofes, assassinatos), a ocorrência mais frequente no trabalho jornalístico é o acontecimento rotineiro previsível. A vida social é constituída de uma sequência de datas que torna previsível o retorno cíclico de fatos desse tipo: cotações cotidianas na Bolsa, competições esportivas no fim de semana, Conselho de ministros que se reúne toda quarta-feira, torneios de tênis, retomada dos trabalhos parlamentares, coleções de moda a cada estação do ano [entre outros] (NEVEU, 2006, p. 89).

Dessa maneira, a mídia nutre-se de acontecimentos para criar notícias e estas, por sua vez, criam os acontecimentos (TRAQUINA, 2001). Elas são “documentos públicos que colocam um mundo à nossa frente” (TUCHMAN, [1976] 1993, p. 262 apud TRAQUINA, 2001, p. 30). Além de essas narrativas construírem uma realidade social, política e econômica, influenciando maneiras de pensar e agir sobre as ocorrências que relata, muitas vezes antecipam os “fatos” que virão a ocorrer. Esse é um ponto interessante e nada incomum: os veículos de comunicação podem

transformar histórias em notícias, e o fazem, mesmo antes destas se constituírem como tal.

A capacidade da mídia em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública confirma o seu importante papel na figuração da nossa realidade social, isto é, de um pseudoambiente, fabricado e montado quase completamente a partir dos mass mídia (MCCOMBS; SHAW, 1977, p. 7 apud TRAQUINA, 2001, grifo nosso).

Essas funções atribuídas aos meios de comunicação estão estritamente relacionadas com os avanços nesse campo nos últimos anos. Segundo Neveu (2006), a partir da década de 70 e 80, houve mudanças mais profundas no jornalismo; de um lado, a assimilação pelos veículos de seu caráter empresarial; de outro, a maior profissionalização dos jornalistas. Esses avanços, contudo, não foram fáceis. No Brasil, por exemplo, as empresas de comunicação obrigadas a competir, em virtude da globalização da economia e do surgimento de novas mídias, perderam alguns benefícios oficiais entrando em crise. Então, com o mercado profissional beirando a um colapso, tem-se como saídas possíveis a redução salarial e introdução de subterfúgios para driblar a legislação trabalhista. Com a contenção financeira, passa-se a contratar *free-lancers* sem garantia trabalhista e a usar em grande escala publicações de agências e *press releases* para substituir a mão-de-obra profissional.

Nesse contexto – seja no exemplo dado acima do Brasil, seja em um panorama mais amplo – deve-se destacar o papel das agências. Elas acrescentam mais uma “etapa” no processo de midiatização da notícia: são elas que levam a informação para os veículos de comunicação. Penetrando nas redações dos jornais, os quais, por sua vez, vão usar as informações fornecidas para investigar o que ocorreu e, talvez, publicar; as agências constituem-se, em sua maioria, integradas ao território americano e europeu, como a *France Presse*, *Reuters* e *Associated Press*. Oferecendo a informação em primeira mão, passam a concentrar importantes obrigações, tais como (1) o controle do que pode ou não chegar à empresa de comunicação; e (2) a confiança na veracidade do que está sendo noticiado.

Enfim, a onda crescente de informação produzida pelas fontes, a enorme quantidade de produtos oferecidos pelas agências de notícias levam para o escritório dos *processors* todo um material pronto para publicar. Sem eliminar as diferenças, esse processo deixa a fronteira coleta/tratamento da informação mais imprecisa no cenário de um jornalismo cada vez mais “sentado” (NEVEU, 2006, p. 83, grifo do autor).

Assim sendo, todas essas etapas, desde o processo de escolha do “fato” a ser noticiado até a sua construção por tal veículo, incluindo a “filtragem” das informações feita pelas agências, o jornalismo tornou-se e torna-se cada vez mais um campo vinculado aos interesses econômicos da sociedade, que não garante um livre acesso a tudo o que ocorre no mundo (NEVEU, 2006), por todos. De fato, apenas parte das informações que transitam sobre os veículos tornam-se acontecimentos – são acontecimentalizadas – pela mídia. Claro que não é possível abarcar ou alcançar esse todo (como sabê-lo?); para isso existem critérios que auxiliam os profissionais durante as rotinas jornalísticas a definir o que “fica” e o que “vai para a gaveta”.

Desse modo, a informação, inicialmente voltada para atender às necessidades práticas e cotidianas, passa a ser objeto de novas demandas que se expandem aliadas a exaltação de novos desejos, fomentados pela indústria cultural. Enquanto isso, a empresa de comunicação disputa por uma publicidade que “banque” suas despesas, oferecendo-lhe, em contrapartida, uma variedade de estilos, representações e produtos compactados em notícias. A elas o status de importância social será dado se não divergirem dos seus interesses, figurando na primeira capa ou entre as chamadas principais do jornal ou na manchete do noticiário da TV. No entanto, se a sua cobertura for inconcebível pelo veículo de comunicação, embora contradiga seu viés ideológico, o jornalista se “nutre” de estratégias para noticiar o “fato”, o qual será construído pelo jornalista a partir dos princípios e valores da empresa em que trabalha.

A gente não pode dizer que eles mentiram. Talvez tudo o que está no jornal tenha acontecido. O problema é que o jornal, conforme sua ideologia, seleciona o que quer, combina com o que quer e

publica o que quer. E nós saímos acreditando que o jornal diz toda a verdade... Antes de ler o jornal, a gente precisa saber que ideologia tem esse jornal... (GUARESCHI, 2005, p. 22).

Assim, os “fatos” veiculados pelos jornais, conforme disse Guareschi (2005), não podem ser caracterizados como meras criações dos jornais para garantir suas vendas, por exemplo. O problema reside na maneira de como a informação é tratada pelo veículo: construída sob determinados aspectos, omitindo-se algumas de suas partes, valorizando outras, acenando discursos de determinadas instituições, tudo isso pode resultar em uma notícia bem diferente daquela publicada por outro periódico. A questão não está se o jornal mente ou não, mas na capacidade que temos de construir os eventos com base em valores e aspectos que não estavam ligados a eles anteriormente. Por isso, a importância de, ao ler/ouvir/assistir a cobertura de um “fato”, saber previamente o posicionamento social e político da empresa de comunicação.

Podemos, portanto, afirmar que há duas concepções que não se pautam em uma teoria do discurso: (1) que há os “fatos” e (2) que eles são simplesmente divulgados. Na realidade, os eventos são constantemente construídos pela e na mídia, segundo certos critérios de noticiabilidade. No entanto, apesar de os estudos sociológicos e as pesquisas na área de comunicação, aqui citados, abordarem de forma crítica o funcionamento da mídia, eles se fundamentam em uma teoria do discurso e/ou da linguagem que se baseia na concepção de língua/linguagem como código, não levando em consideração a alteridade e a capacidade responsiva ativa do outro – leitor/ouvinte/telespectador – de se posicionar diante do que está sendo noticiado e destacado nos e pelos *medias*.

Toda a rede de processamento da informação, até a sua veiculação para o grande público como “acontecimento-notícia”, passa por uma série de controles e restrições que determinam as condições do seu funcionamento. Esses procedimentos não são de caráter meramente acessório; pelo contrário, as regras permitem que a ordem do discurso seja coerente e restrita a alguns poucos indivíduos: “[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para

fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis” (FOUCAULT, 2009, p. 37).²⁶

Então, é preciso considerar, além do contexto social do qual a mídia faz parte, o papel da linguagem, as regras da estruturação da narrativa jornalística, a relação com o outro, incluindo aí o leitor/ouvinte/telespectador e as suas fontes, os procedimentos que orientam a produção discursiva dos eventos na mídia e pela mídia, os valores de noticiabilidade, a circulação dos discursos, enfim, toda a cadeia dialógica da comunicação verbal para compreendermos a mídia como uma grande agenciadora discursiva da atualidade em todos os seus gêneros: notícias, artigos, crônicas, notas e comentários, cada um com certas particularidades enunciativas que influenciam na maneira de abordar o evento. Esse aspecto é discutido no capítulo que se segue.

26 Embora Foucault (2009) não aborde com essa citação o campo da mídia, sua assertiva ilustra o funcionamento discursivo que ocorre na sociedade, isto é, a ideia de que todos os discursos são regidos por determinadas normas, as quais, organizando a produção discursiva, não permitem que todas as pessoas tenham acesso a eles.

OS GÊNEROS DA IMPRENSA ESCRITA²⁷

Da mesma maneira que a globalização afetou na pós-modernidade as noções de tempo, espaço, individualidade, coletividade, economia e informação, ela possibilitou, a partir da existência do mundo virtual, transformações constantes nas esferas das atividades humanas, mudanças às vezes tão rápidas que não é possível de imediato se debruçar sobre as suas consequências. O dinheiro, os produtos, os desejos, as necessidades, as ideias, as informações, enfim, tudo atravessa sem obstáculos, pelo menos aparentemente, pelas fronteiras desse grande “mercado mundializado” (BAUDRILLARD, 2005), no qual um dos papéis principais é atribuído a mídia. Um breve percurso histórico pode ilustrar alguns desses impactos sofridos pelos *medias*; deteremos-nos, todavia, na mídia brasileira, porque esse é o panorama principal de nossa investigação.

No século XIX, de acordo com Cunha (2008b), os jornais brasileiros caracterizavam-se por não serem organizados em cadernos ou seções ou temas, divisão comum nos dias de hoje. Ao lado das informações publicadas – estas eram políticas, comerciais, marítimas – existiam pequenos anúncios, novelas e cartas de leitores. Assinadas por pseudônimos, as correspondências tratavam de temas os mais diversos e possuíam uma estrutura composicional imprevisível. Ao mesmo tempo, era possível observar que os indivíduos, para se posicionarem diante da enunciação de outrem,

²⁷ Neste capítulo, apresentamos diferentes perspectivas sobre os gêneros da imprensa escrita. Além disso, nós nos deteremos mais especificamente nas discussões sobre a notícia e o artigo de opinião, porque esses últimos constituíram a maioria dos textos do nosso *corpus*.

empregavam em geral a forma indireta, mostrando as palavras de outrem por meio de hífen no interior de um parágrafo ou dois pontos e aspas, com o verbo intercalado, fazendo muitas referências aos discursos das cartas anteriores (CUNHA, 2008b). Assim, a maioria delas era construída a partir do dialogismo mostrado e constitutivo (MOIRAND, 2001).

Posteriormente, foram aparecendo novos gêneros na imprensa contemporânea escrita, como a notícia e o artigo de opinião, utilizados segundo propósitos distintos e caracterizando-se fundamentalmente pela inserção de diferentes formas de representação dos discursos de outrem: Cunha (2008b) explica que a maioria das notícias é construída a partir de discursos outros explícitos, enquanto que o artigo de opinião faz pouco uso da citação de falas. Mesmo assim, este último é essencialmente dialógico, compondo-se de outros discursos subentendidos, mencionados, aludidos e/ou antecipados como argumentos para sustentação de pontos de vista, pois frequentemente esses discursos estão circulando pela mídia, uma vez que foram reportados em outros momentos, gêneros, lugares, por diversos enunciadores.

Atualmente, devido ao surgimento de novos gêneros midiáticos, ligados às emergências de vários suportes comunicativos, novas perspectivas de escrita das notícias, e dos textos jornalísticos em geral, têm se instaurado. Além disso, deparamo-nos com uma combinação cada vez mais diversificada dos gêneros convocados para tratar do mesmo evento. Para Moirand (2006), esses gêneros apresentam uma complementaridade de texturas enunciativas e semânticas, levando-nos a ter um olhar crítico sobre o evento que é representado e significado pela mídia.

Conforme Moirand (2006), para analisar um gênero convocado pela mídia, devemos averiguar em nível local as operações de referência, de predicação e enunciação, até chegar ao nível global - das características gerais do texto - onde se deve levar em conta as interações discursivas que os atravessam, isto é, os outros discursos que ali se inscrevem. Dessa forma, interessa-nos saber o que é falado e como é falado, para descobrir como o tema, através dos discursos convocados, se transforma e evolui no fio do texto, pois apesar de ter-se um mesmo assunto, na mesma página do jornal, vários discursos acerca dele podem ser manifestados em função dos

gêneros convocados e das finalidades, além dos públicos a que se destinam. A partir dessas noções, passaremos a caracterizar a notícia e o artigo de opinião, gêneros de largo uso na imprensa sob o viés da linguística enunciativa adotado nesta pesquisa e de alguns estudiosos do jornalismo por nós estudados.

A NOTÍCIA

Em uma perspectiva contemporânea mais jornalística, define-se a estrutura da notícia como “o relato de uma série de ‘fatos’, a partir do ‘fato’ mais importante ou interessante; e, de cada ‘fato’, a partir do aspecto mais importante ou interessante” (LAGE, 2006a, p. 17). A narrativa, tipo textual que predomina na notícia, é organizada em eventos de forma sequenciada. No entanto, esse gênero não apresenta sempre os acontecimentos na mesma ordem em que ocorreram na realidade; o jornalista, após apurar um “fato”, recorta-o, exclui algumas circunstâncias temporais ou espaciais consideradas pouco relevantes, e escreve a notícia partindo do que julga mais importante.

Segundo Lage (2006a), após o surgimento do cinema e da televisão, as pessoas acostumaram-se à ordem cronológica dos acontecimentos, porque esses últimos, geralmente, são contados do começo para o fim. Contudo, as marcas temporais *início* e *fim* são arbitrárias e, por isso, não seguem uma lógica rígida e fixa. Desde a tradição oral, é corrente organizar os eventos por ordem decrescente de importância. A notícia também segue essa ordenação e isso indica que o jornalista não narra exatamente os acontecimentos, mas os expõe segundo sua perspectiva, guiado pelo viés ideológico da empresa. “A herança cinematográfica determina que essas sequências sejam dispostas de modo a contar a história *do começo para o fim*.” (LAGE, 2006a, p. 48, grifo do autor)

A partir do que foi exposto no parágrafo anterior, Lage (2006a) afirma que há três fases de produção de uma notícia: a seleção de eventos, sua ordenação e posterior nominação – termos que pegamos emprestados de Moirand (2007a) e Siblot (1998) –, já que não se pode usar qualquer

expressão para referir-se a um acontecimento; não é prudente, por exemplo, atribuir o termo *marginal* a um menor de idade acusado de homicídio. Além dessas etapas, não se pode desconsiderar a importância dos manuais de redação²⁸ nos veículos de comunicação, pois aqueles determinam algumas circunstâncias para a elaboração de uma matéria. “O jornalista não pode falar como quiser, pois tem de se submeter a certas regras internas e externas da instituição midiática” (BARBOSA, 2003, p. 113).

É durante a formação universitária que os futuros jornalistas “aprendem” a reconhecer quais informações possuem valores de noticiabilidade, além de como proceder na apuração, a fim de descobrir todos os dados relevantes para produzir uma notícia. O estudante também fica sabendo que é bom evitar adjetivos ou palavras que passem certo grau de subjetividade, como se isso fosse suficiente para impedi-lo de ser parcial. O processo de seleção do que é ou não notícia é tampouco um critério objetivo, assim como seu enfoque e enquadramento. Ademais, quais as circunstâncias abordadas e os “cortes” que serão feitos não são procedimentos isentos de subjetividade, visto que é um indivíduo pleno de valores, pré-conceitos e estereótipos que as escreve. Afora isso, esse profissional se guiará pelas axiologias da empresa de comunicação onde trabalha, sendo quase impossível delas se desviar.

A comunicação constrói a realidade. [...] [Só que], ao construir a realidade, não o faz de maneira neutra, asséptica. Muito pelo contrário. Essa construção é feita dentro de uma dimensão valorativa, isto é, juntando juízos de valor às notícias. Uma notícia nunca é dada friamente. Vai sempre embalada em valores, com cheiro de “bom-mau” (GUARESCHI, 2005, p. 138).

Dessa maneira, em uma tentativa de escrever a notícia conforme os padrões dos manuais de comunicação, o jornalista deverá se guiar por uma presumida objetividade. Essa noção, embora contestada por alguns,

28 De acordo com Lage (2006b), os manuais de redação ou *stylebooks* surgiram no Brasil a partir de meados de 1950. O objetivo era generalizar procedimentos de técnica de redação que estavam sendo adaptados de modelos estrangeiros. Hoje, esses manuais constituem importante meio de consulta do jornalista para escrever uma notícia de acordo com as normas determinadas pela empresa onde trabalha.

faz parte da herança do modelo anglo-americano, cuja influência ainda pode ser sentida atualmente, embora em escala menor. Segundo Neveu (2006), muitas pesquisas recentes localizam nos EUA e na Grã-Bretanha o início das práticas jornalísticas, nas quais publicações hoje importantes nasceram no período entre as duas guerras mundiais. Voltado para a coleta de informações, predominava uma norma profissional ilusória de busca de objetividade ao descrever os “fatos” sobriamente, no desejo de uma mera reconstituição dos eventos, separando informação de comentário²⁹.

Essa crença na reconstituição objetiva dos fatos imaculados é uma grande ilusão. Mas, transformada em norma profissional, produziu efeitos. Ela estimula uma espécie de olhar objetivo que procura uma descrição clínica dos acontecimentos, põe os indivíduos e os fatos como objetos de observações frias, desconfia do comentário, identificado como palavreiro. O resultado dessas orientações é a desvalorização das formas empoladas de expressão, dos registros polêmicos ou normativos, em nome de uma escrita sóbria e descritiva (NEVEU, 2006, p. 24).

Para Lage (2006a), à objetividade, tem-se relacionada à ideia de verossimilhança, pois a notícia não é produzida a partir do que alguém pensou, sonhou ou imaginou, mas do que alguém disse, relatou ou afirmou. Além disso, caracteriza-se teoricamente por ser axiomática: afirma-se, *a priori*, como verdadeira. Ou, pelo menos, deverá parecer ser verdadeira. Por isso os jornalistas³⁰ são orientados, ao escreverem as notícias, a usarem referências específicas e precisas, indicando que houve uma boa apuração do

29 Há ainda outras características relacionadas ao modelo norte-americano: o utilitarismo, a lógica empresarial e profissionalização. Ao primeiro aspecto, teve-se a passagem de uma imprensa que responde inicialmente às necessidades práticas e cotidianas, para buscar leitores através da multiplicação das editorias de serviço, abordando, por exemplo, receitas de cozinhas e crônicas religiosas. Posteriormente, a imprensa adquiriu o status de atividade empresarial, surgindo os “barões da imprensa”, isto é, grupos de jornalismo economicamente poderosos. Nesse contexto, e como consequência do rápido crescimento do capitalismo, houve uma grande concentração da imprensa nas mãos desses pequenos grupos, passando-se a lutar pela publicidade, debater sobre a liberdade de imprensa e a difundir o jornal a baixo custo, aumentando o número de leitores. A partir daí, reforçou-se a busca no mercado por profissionais que, à base de técnicas, pudessem investigar e escrever normativamente (NEVEU, 2006).

30 Não fazemos aqui distinção entre as funções atribuídas ao repórter, jornalista colaborador e editor, designando-os pelo termo englobante *jornalista*.

“fato” noticiado, criando, segundo o autor supracitado (2006a), um “efeito de realidade”.

[...] tanto no espaço da informação ou no espaço histórico quanto no espaço fractal, as coisas não têm mais uma, duas ou três dimensões: flutuam numa dimensão intermediária. *Logo, nada mais de critérios de verdade ou de objetividade, mas uma escala de verossimilhança.* Lançada a informação, enquanto não for desmentida, será verossímil. E, salvo acidente favorável, nunca sofrerá desmentido em tempo real; restará, portanto, credível. Mesmo desmentida, não será nunca mais falsa, porque foi credível (BAUDRILLARD, 2005, p. 45, grifo nosso).

Há ainda dois aspectos do modelo norte-americano que norteiam a construção das notícias e, por isso, devem ser destacados: em primeiro lugar, determina-se que os dois parágrafos do início da notícia, qualificados como lide (*lead*) e sublide (*sublead*) guiem a elaboração do texto, no qual o jornalista deve responder às perguntas *o que?*, *quem?*, *onde?*, *quando?*, *como?*, *por que?* e *para que?*, a fim de informar, a partir de uma interrogação, coerentemente o “fato” (esquema criado por Harold Lasswell (LAGE, 2006a)). Essas marcas interrogativas são “respondidas” nesses parágrafos com o objetivo de deixar os leitores bem esclarecidos sobre o acontecimento, logo no começo do texto, e principalmente aqueles que não dispõem de tempo suficiente para ler toda a matéria.

O segundo traço desse gênero, ligado ao anterior, é a norma chamada de *pirâmide invertida*, a qual exige que as informações mais importantes apareçam no início do texto – o essencial do tema é tratado de forma condensada nos lide e sublide – enquanto que no desenvolvimento da notícia apenas alguns detalhes e algumas explicações sejam acrescentadas sobre o evento, sem necessariamente interferir na sua compreensão geral. Tal como afirmou Traquina (2001, p. 30), “as notícias são elaboradas com a utilização de padrões industrializados, ou seja, formas específicas que são aplicadas aos acontecimentos, como, por exemplo, a pirâmide invertida”.

Além dessas normas, há outras restrições referentes aos lides e sublides. Conforme Lage (2006a), geralmente, o mais comum é empregar verbos ou locuções verbais no pretérito perfeito, se a notícia já ocorreu; no futuro ou

futuro próximo se anunciará um “fato”, indicando certeza ou probabilidade. Raramente os lides e sublides aparecem no presente concomitante, referente a um acontecimento em curso, ou no presente frequentativo, relacionado a eventos que se repetem, pois esses últimos tempos indicam o aspecto inacabado, ou seja, não se sabe quando acabou ou se terá acabado o episódio; então, para o jornalista, é mais interessante o aspecto temporal perfectivo, o qual indica que algo terminou ou terá terminado de ocorrer.

A necessidade de abordar assuntos de várias perspectivas científicas simultâneas tem tornado imprescindível essa forma de comunicação, que se faz na escala adequada, com *a intermediação de um especialista* em transposição de linguagens técnicas para a norma culta consensual (LAGE, 2006a, p. 43, grifo nosso).

De acordo com Lage (2006b), esses modelos de padronizações que “determinam” uma escrita jornalística, também estão relacionados ao desconhecimento potencial ou científico³¹ dos seus leitores. Reivindicando traços de objetividade, neutralidade e imparcialidade “forçados” nas notícias – que devem se focar apenas no relato das histórias e não em comentários –, os manuais de jornalismo padronizam a linguagem, regulando os usos linguísticos e mostrando quais são os considerados adequados para o seu público-alvo.

Dispondo, por meio de pressões sociais, de um código linguístico “limitado” e teoricamente um número menor de expressões para relatar a informação, o jornalista deverá se “prender” ao uso da linguagem comum/coloquial, para que um maior número de pessoas compreenda a notícia, evitando, desse modo, futuros desentendimentos em potencial, embora ele não tenha o domínio sobre isso. Conforme Neveu (2006), a relação com o tempo, o espaço disponibilizado para a publicação de tal “fato” e o perfil da audiência são fatores que interferem na prática da escrita jornalística.

Desse modo, observam-se algumas tendências dessa escrita, conforme apontadas por Neveu (2006): (1) a necessidade de submissão aos “fatos”; (2) ligada a uma dimensão pedagógica, a imprecisão do público

31 Ao mesmo tempo, o veículo pode conhecer seu público através de pesquisas ou cartas enviadas pelos leitores ao periódico.

deve ser traduzida por uma antecipação da recepção vinculada a uma escrita objetiva, presumida pelo público; (3) a mobilização de uma escrita que impeça a evasão do público, funcionando como uma função fática da linguagem, aproximando-se da audiência. Esse panorama da construção da notícia, a partir da produção da informação como acontecimento, atrelada a padrões e estratégias de escrita, passa-nos a imagem do jornalista como o personagem principal responsável pela constituição dessa realidade midiaticizada. No entanto, outros componentes se inserem nas práticas jornalísticas, como é o caso das fontes e agências, cujos papéis não devem ser mitigados.

Imersos em um caudal de informações, um conjunto de critérios de noticiabilidade, determinadas formas de escrita exigidas pela profissão, os jornalistas, ao escreverem uma notícia, recorrem a muitas fontes³² para se abastecer de explicações sobre o fenômeno ocorrido ou na iminência de acontecer, munindo-se também de credibilidade sobre o que noticiará. Essas vozes – que podem ser de caráter institucional, científico, ecológico, político – são caracterizadas por Neveu (2006) a partir da sua representatividade social como definidores *primários* e *secundários*: enquanto os primeiros possuem um status perante a sociedade, os segundos se caracterizam por sua marginalidade e seu pouco peso social. Em geral, a mídia dedica a estes últimos um espaço limitado e àqueles, possibilidades não só de se expressarem, mas de, e principalmente, respaldarem argumentativamente a informação veiculada.

Considerando a presença dessas vozes, Moirand (2001) caracteriza os gêneros da imprensa em função do fenômeno dialógico proposto por Bakhtin (1993). Segundo essa teórica francesa, é possível fazer uma distinção “sumária” levando em conta o papel que o dialogismo assume nos diversos modos de construção discursiva. Assim, de um lado têm-se os gêneros de *enunciação objetivizada* caracterizados como textos de informação geral ou especializada, além de cronologias e quadros explicativos. Do outro, há os de *enunciação subjetivizada*, que são os editoriais, as crônicas, os artigos

32 Para Moirand (2001), é possível ocorrer com frequência um apagamento das fontes enunciantes quanto às explicações distintas e difundidas na mídia. Muitas vezes ocorre sua supressão porque há a ideia de conhecimento enciclopédico ou senso comum.

de opinião e os comentários. Enfim, os textos que se encaixam na primeira classificação, como as notícias, diferem dos de enunciação subjetivizada visto que englobam um dialogismo mostrado, cujos pontos de heterogeneidade estão explícitos, e um dialogismo constitutivo.

Do ponto de vista do funcionamento dialógico, a notícia, buscando a objetividade, oferece um espaço delimitado para as vozes referentes aos envolvidos com os “fatos” relatados, principalmente àquelas de grande autoridade. Tomando a objetividade como referência constante dessa escrita, o jornalista emprega alguns marcadores discursivos (NEVEU, 2006) para obter esse caráter de fidelidade ao real: (1) formais, como as aspas, os esquemas de discurso reportado (DR), as apresentações de pontos de vista contraditórios e a exposição de dados que “comprovem” a informação noticiada; (2) organizacionais, priorizando as fontes institucionais e dividindo os jornais em editorias que assinalam um maior status a certos textos, como ao editorial e artigo de opinião; (3) voltados à adequação da matéria a um senso comum, veiculando informações que não contradigam ao que parece ser evidenciável.

Assim, Cunha (2008b) resume a notícia como um relato constituído de fragmentos de discursos, cuja voz de outrem é representada de forma geralmente marcada, com um verbo introdutor do ato de fala, empregando também palavras parafraseadas ou citadas. Além disso, a ordem da narrativa e as formas usadas para enquadrar outros discursos oferecem pistas para identificar a posição do jornalista. O uso de aspas, por exemplo, provoca um distanciamento do autor do texto, tornando-o capaz de emitir um julgamento sobre o enunciado aspeado, que pode significar um termo de outra língua, um grupo social ou que foi “emprestado” por outro discurso. Conforme Neveu (2006, p. 109-10) “a escrita vem de alguma forma sugerir que são os ‘fatos’ que falam, e não a subjetividade do redator”.

No entanto, embora a notícia seja um gênero marcadamente plurivo- cal, em que há várias vozes convocadas e mostradas, constituída explicitamente por discursos dispersos ou não, mas em circulação, ela também pode empregar vozes sem sinais tipográficos ou verbos ilocutórios, como *dizer*, *explicar* e *afirmar*, aspecto mais comum em gêneros de enunciação subjetivizada. Contudo, isso não ocorre só na notícia. Muitas vezes

tomamos as palavras citadas pelo outro como nossas, pois identificamo-nos, em certos aspectos, com elas.

Assim, apesar de as notícias apresentarem-se em geral como formas narrativas, seguindo uma estrutura de relevância, de caráter puramente informativo (CUNHA, 2002c), usando verbos em terceira pessoa, elas podem inserir e representar enunciações outras por meio de estratégias não marcadas, como a alusão (AUTHIER-REVUZ, 2007), tecendo relações dialógicas que podem nos dar pistas sobre a tomada de posição do enunciador diante dessa voz/fala de outrem. Partindo do dialogismo constitutivo (MOIRAND, 1999), os enunciadorez produzem sentidos, agregam valores, expõem pontos de vista durante a retomada, modificação e (re)acentuação dos enunciados (CUNHA, 2009) estocados na memória (MOIRAND, 1999, 2004, 2007a, 2007b, 2008a, 2008b) ou em circulação social sobre o evento, para aderir, refutar, criticar, polemizar o que está sendo noticiado.

Por isso, mais importante que expor alguns critérios formais e linguísticos para a qualificação desse gênero, é necessário compreender o processo de construção do “fato” em função dos objetivos dos jornalistas que, muitas vezes, estão bem distantes de só relatar e informar. A própria conjuntura social em que se inserem os veículos de comunicação – a maioria de caráter empresarial – “autoriza” que as notícias sejam habitadas pela voz de alguns outros, e não de todos, o que contradiz o aspecto democrático desse gênero em mostrar os dois lados dos envolvidos no “fato”. Isso nos revela que a mídia jornalística “servi-se” de alguns propósitos, como o de informar, para noticiar os eventos, ocultando outros objetivos, inclusive aqueles que teriam de fato guiado o periódico a publicar a notícia.

A notícia e o artigo de opinião

Durante a abordagem geral sobre a imprensa e a notícia, acentuamos que os distintos modos de inscrição de enunciados outros no texto variam em função do gênero e do momento histórico, como o caso da carta como fonte de informação no século XIX no Brasil, citada anteriormente. Enquanto

as notícias caracterizam-se por inserir e marcar outras vozes, a partir do dialogismo mostrado, os artigos de opinião, os editoriais, as crônicas e os comentários, no mais das vezes não mostram explicitamente as vozes que os constituem (dialogismo constitutivo). Embora essa divisão proposta por Moirand (2001)³³ esclareça o funcionamento discursivo desses gêneros, ela é apenas um ponto de partida para uma classificação não-dicotômica, haja vista que esses “dois” dialogismos estão imbricados podendo aparecer mutuamente em todos; a diferença é que alguns desses gêneros se caracterizam mais pela presença de um dialogismo mostrado do que outros.

Embora o artigo de opinião faça pouco uso de falas marcadas e vozes reportadas, esse gênero, assim como outros de enunciação subjetivada, é constitutivamente dialógico, pois é construído por outros discursos mencionados, aludidos e antecipados que funcionam como argumento para sustentar os pontos de vista do enunciador. Isto porque, segundo Cunha (2008b), no artigo mencionam-se os discursos já reportados pela mídia, haja vista que o papel do articulista³⁴ é, na maioria das vezes, comentar assuntos ou “fatos” que a notícia já relatou.

Em termos de sua composição estrutural, o artigo de opinião, construído geralmente sob a forma de alusões (CUNHA, 2002c), é escrito em primeira pessoa, inserindo seus argumentos em uma ordem que vai do menos para o mais forte. Dispondo muitas vezes de enunciados negativos, incluindo posteriormente, seu ponto de vista e aderindo às objeções dos leitores, o articulista também dialoga com os discursos em “potencial” do seu público. Quando ele menciona, antecipa ou cita outros discursos nesse gênero, o objetivo é justificar uma posição enunciativa, como pode ocorrer na notícia, embora não de maneira “tão explícita” ou marcada.

Para Moirand (2001), a presença de enunciados de estrutura aparentemente monológica em alguns gêneros tende a evidenciar o dialogismo interlocutivo, a saber a antecipação pelo jornalista de respostas a questões

33 Para esta classificação – dialogismo mostrado e dialogismo constitutivo – ver o capítulo 1.

34 O articulista de um jornal pode ser fixo – escrevendo em uma determinada periodicidade – ou volátil – oferecendo seus textos “já prontos” para serem comprados por diversos veículos. Além disso, muitos deles ocupam posições distintas, como a de médico, cientista, escritor de novelas, advogado, professor, entre outras.

presumidas de seu público-leitor. Assim, partindo da ideia de que o dialogismo constitutivo é parte de todo e qualquer discurso, essa linguista francesa afirma também que com frequência os gêneros de enunciação subjetivizada fazem menções a eventos que não estão necessariamente conectados. Muitos artigos, por exemplo, ao tratar de um assunto específico e polêmico, apresentam discursos, guardados na memória ou aparentemente sem relação temática³⁵, como estratégias para marcar uma posição enunciativa. Esses discursos, muitas vezes “insinuados”, permitem a constituição de um domínio de memória partilhada entre os produtores e leitores.

Logo, para Cunha (2001, 2003), os artigos de opinião caracterizam-se como gêneros plurivocais, construídos com o auxílio de várias vozes, embora essas apareçam muitas vezes a partir de alusões e formas não-marcadas. Mesmo que cite ou retome, com propósitos os mais diversos, os discursos, dizeres, as falas de outros de forma não explícita, o enunciador está “escolhendo” uma ou mais vozes para incluir no seu discurso, construindo-o, fragmentando-o, inserindo pontos de heterogeneidade de tal forma que alguns interdiscursos serão acentuados na sua enunciação. Isso significa, para a autora supracitada, que os enunciados são formados por vozes superpostas ou justapostas, organizadas em função da posição axiológica do sujeito que está escrevendo seu texto. Ao lê-lo é importante levar em consideração as axiologias que possivelmente guiaram sua composição. Além disso, a disposição dos discursos outros reflete as diferentes formas dos enunciadores se posicionarem em relação ao mundo, ao outro e a eles mesmos.

Partindo dessas noções acerca do dialogismo mostrado e constitutivo nesses gêneros, as nossas análises consideraram as formas de representações das enunciações, pois através delas é possível observar a posição e os pontos de vista do enunciador do discurso atual, o grau de distância ou de adesão aos discursos citados ou mencionados, e os lugares ocupados por eles. Além disso, investigamos também os ecos de um gênero a outro, de

35 Moirand (2004), em seus estudos sobre a presença do discurso científico na mídia francesa, observou que a imprensa recorre a palavras de diferentes domínios discursivos, como o político e o comercial, além de outros discursos armazenados na memória, para facilitar a compreensão do evento noticiado.

um discurso a outro, de um periódico a outro, englobando a interdiscursividade que, explícita ou não, apresenta-se como um traço fundamental do sujeito ao escrever o seu texto (visto que este último é o lugar privilegiado da circulação dos discursos).

OS ECOS SEMÂNTICOS E FORMAIS ENTRE OS DISCURSOS DOS TEXTOS

Como dito anteriormente, as relações estabelecidas entre os discursos para construir sentidos vão além daquelas instauradas em um mesmo texto. Desse modo, como as informações realizam percursos – e os sujeitos vão entrar nesses caminhos a partir dos seus objetivos e conhecimentos – Moirand (2006) propõe estudar os ecos formais e semânticos que se estabelecem de um texto a outro.

No entanto, o estudo dessas relações não é uma tarefa fácil, pois elas não estão isoladas, mas se entrecruzam e sobrepõem. Conforme Moirand (2006), de início pode-se analisar o fio horizontal do texto, em uma leitura linear, e seu fio vertical, em uma leitura espacial e visual interdiscursiva, considerando as relações entre os títulos, as chamadas e as fotos em um número de um jornal para averiguar quais discursos anteriores foram convocados e como eles apelam às memórias dos leitores³⁶. Quanto à ordem do texto – os aspectos mais formais – pode-se pesquisar em nível local as operações de *nominação*, *predicação* e *enunciação*, até chegar ao nível global – das características gerais do texto. Deste modo, para essa teórica francesa, as interações que atravessam um texto a outro poderão ser estudadas a partir dos outros discursos que ali se inscrevem.

Segundo Moirand (2006), a imprensa se caracteriza não só pela divulgação – em maior ou menor grau – dos “fatos” ou por seu enquadramento, mas, sobretudo, pela maneira de tratar os interdiscursos, como os retoma,

36 De acordo com Moirand (2006), a convocação dos discursos anteriores pelo jornalista apela para as memórias cognitiva, interdiscursiva e coletiva dos leitores, além daquela estocada nos arquivos de jornais, o que permite constatar a predominância de algumas palavras como *palavras-chave* sobre um evento.

reporta, inscreve, justapõe com outros, aspectos que variam também de acordo com o gênero convocado. Além disso, por trás das alusões ou dos discursos reportados, citados ou situados, encontramos pistas que nos ajudam a esclarecer o tema e sua orientação axiológica, o que nem sempre é possível pelo título ou subtítulo do texto. É diante dos discursos presentes no texto que se observam as interações entre os discursos convocados e aqueles do autor do texto.

Portanto, em virtude da importância e noticiabilidade de um evento, a imprensa pode tratá-lo de forma constante, retomando-o periodicamente, acrescentando temas que possam ter alguma relação ou simplesmente justapondo-o a acontecimentos “aparentemente” sem vinculação, mas que, por algum motivo, foram correlacionados. Tudo isso deverá ser considerado na análise que toma por referência a mídia como uma grande agenciadora discursiva: além de perpetuar discursos passados – já estocados na memória – ela antecipa outros ainda porvir, transformam em acontecimentos alguns enunciados, polemiza com aqueles que mais lhe convêm. Ao final, os indivíduos assistem a uma verdadeira explosão de informações sobre o evento que, além de abordado em outros gêneros, contribui para que seja pauta diária entre os sujeitos e englobe discussões em outros meios, como nos *chats*, *blogs* e *twitters*. Por isso, ao estudar a evolução do discurso sobre um evento, tomando por base suas redes interdiscursivas, o objeto de estudo amplia-se essencialmente para “como o ‘fato’ é dito”, isto é, como o tema, através dos objetos dos discursos convocados, se transforma e evolui no fio do texto; e como os discursos do outro e do jornalista são negociados.

A hiperestrutura

Atualmente, devido ao surgimento de variados gêneros midiáticos, ligados à emergência de novos suportes comunicativos, outras perspectivas de leitura das notícias e dos textos jornalísticos em geral têm se instaurado. Igualmente, deparamo-nos com leituras espaciais, horizontais e verticais da informação, relacionadas com suas particularidades escritas e visuais.

Segundo Moirand (2006), como o objetivo não é só ler para se informar, mas também para compreender o tratamento dos eventos pelos meios de comunicação, desenvolvendo um olhar crítico sobre seu papel na concepção do significado social dos acontecimentos, o conceito de *hiperestrutura* mostra ser de grande interesse se considerado o impacto das novas tecnologias nos estudos dos *medias*. Assim, propondo uma reflexão sobre essas formas de leituras emergentes, Moirand (2006), partindo da noção bakhtiniana de dialogismo, caracteriza a noção de hiperestrutura como aspecto fundamental dessa evolução recente da imprensa, porque existe uma combinação cada vez mais diversificada dos gêneros convocados para tratar o mesmo evento. Esses apresentam uma complementaridade entre as texturas enunciativas e semânticas, levando-nos a ter um olhar crítico sobre o evento que é representado e significado pela mídia.

De acordo com Lugin (2002 apud MOIRAND, 2006), a hiperestrutura, caracterizada por um processo de ruptura ou reunião de informações, é formada por um conjunto de textos e imagens reagrupadas graficamente na superfície do periódico, cuja origem se dá no limite da materialidade da área escrita e visual da página do jornal. Retomando essa definição e a ideia de “leitura espacial” proposta por Peytard (1975 apud MOIRAND, 2006), que rompe com a leitura estritamente linear, Moirand (2006) afirma que a abordagem global de um texto, considerando outros elementos que o circundam e com ele interagem, situa-se também fora do próprio texto. Ela ainda vai mais além: nem sempre é necessário lê-lo: a imagem dos textos e das ilustrações, as formas dos títulos e intertítulos, a citação entre aspas, os enunciados declarativos, os endereços ou as perguntas para os leitores mostram-se muitas vezes suficientes para descobrir a heterogeneidade semiótica, textual e enunciativa da mídia.

Para Moirand (2006), os títulos e subtítulos dispostos pelas páginas dos jornais nos dão pistas sobre qual é o evento considerado principal pelo periódico, apontando também para seus leitores como esse evento foi classificado e representado, a partir do acento dado as suas particularidades de tempo, lugar, causa e consequência. Também a forma de como estão apresentados nas páginas dos jornais impressos ou *on-line* nos dão pistas de qual é o evento do dia, principalmente se alguns dos títulos já

apareceram ou se foram citados anteriormente em outra seção ou editoria. É interessante ainda notar que os títulos são escolhidos pelos jornalistas em função do que eles podem dizer, despertando a atenção dos indivíduos seja pelo interesse da informação, seja pelo texto que está acompanhando ou os dois.

Incorporado ao conceito de hiperestrutura, Moirand (2006) traz a noção de dialogismo³⁷. Para a autora, recuperar um discurso já reportado, uma palavra empregada em momentos passados, a exaltação de algumas imagens, a inserção de infográficos e outros elementos visuais, a apresentação das notícias sobre um mesmo assunto, entre outros, são elementos que compõem a hiperestrutura em um movimento dinâmico que dialoga com a evolução e o tratamento do evento. Nesse movimento não há um começo, porque não é possível determinar aquele discurso primeiro que gerou o aparecimento de outros; e nem um fim, pois aqueles discursos gerarão outros em uma corrente infinita de comunicação verbal.

Por outro lado, poderia se perguntar se é possível tratar a área da página como um todo composto por unidades discursivas autônomas. Conforme Moirand (2007a), essas unidades geralmente não são independentes durante o tratamento de um único evento: a forma de organização dos títulos e subtítulos, a localização de seções e intertítulos estabelecem hierarquias e relações de um texto a outro. Assim, a hiperestrutura permite distintos caminhos de leitura em virtude do conhecimento e dos objetivos do leitor, o que auxilia na compreensão dos eventos, pois o indivíduo relaciona os conteúdos dos objetos discursivos e os dizeres manifestados nos textos que circulam entre as páginas do jornal.

Portanto, diante do amontoado de informações ou eventos-acontecimentos, conforme CUNHA (2001b), os (1) elementos peritextuais³⁸, os quais indicam a situação de enunciação, como o nome do jornal ou da revista, a data, as estruturas visuais – formatos, fotos, imagens, legendas – os títulos, subtítulos, autores; os (2) globais, como a relação entre o título

37 Ver, para mais informações a esse respeito, o capítulo 1.

38 Segundo Cunha (2002a), o *peritexto*, o qual inclui a estrutura visual, funciona como um elemento metagenérico, fornecendo pistas para que os leitores identifiquem o gênero antes de passar para uma leitura completa – global – do mesmo.

e texto, a organização dos tópicos, a linguagem utilizada pelo jornalista; e os (3) linguísticos atrelados à enunciação, como pronomes, tempos verbais e modalizadores, nos dão pistas de como se estabelecem as relações dialógicas entre a hiperestutura e os textos que tratam do tema. Como estamos enfatizando a todo o momento que é importante ler o acontecimento em sua evolução, tendo em vista o seu tratamento pelos discursos convocados pela mídia, ressaltamos agora outro aspecto central para o estudo dos eventos noticiados: a forma como os acontecimentos são tratados mostram quais representações a mídia faz deles, aspecto a ser abordado no próximo tópico.

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DOS EVENTOS PELA MÍDIA: A NOMINAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DAS VOZES

É comum caracterizar o jornalista/jornal pela capacidade que possui de gerar audiência e de se expressar na atualidade por meio de uma linguagem emocional – e até sensacional. Segundo Neveu (2006), o profissional de comunicação, direcionado para o acontecimento, é também o seu prisioneiro: como dar conta desse universo multifacetado? Com os avanços tecnológicos, uma pressão cada vez maior sobre a cobertura de determinados “fatos” e a aceleração tempo-espaço atrelada ao alargamento das redes de informática, é imperativo um funcionamento rápido do profissional sobre o tratamento do que será noticiado. Falhas devem ser antecipadas; e um esboço do que será noticiado imediatamente preparado. É preferível dramatizá-lo, acentuando a emoção ao invés de um testemunho crítico? É coerente retê-lo e aprofundar suas causas e consequências? Como abordá-lo sem desviar-se da linha editorial da empresa? Deve-se priorizar o emprego de palavras emotivas nas manchetes da primeira página ou enfatizar um comentário distanciado de caráter político? Como se posicionar no “mar” de informações recebidas das agências diariamente? Que discursos reter e quais condensar?

Esses questionamentos – entre muitos outros – se devem ao caráter nunca neutro da linguagem. Constantemente superpovoada de valores, como vimos, o homem, ao agir e, portanto, se comunicar, qualquer que seja o seu fim, emprega seus discursos em um movimento contínuo de idas e vindas, tendo em vista sempre um “outro” – fisicamente presente ou não – (re)produzindo sentidos em uma infinita corrente dialógica. Para

Barb ris (1998), antes mesmo da fala ou escrita, nós já somos confrontados pela presença virtual de todos os discursos “necessários”, já tidos. Isso vale até mesmo para os discursos mais íntimos que se formam em função de um auditório virtual: conforme Steuckardt (1998), o outro está inscrito nas escolhas discursivas, inclusive na elaboração das designações. Logo, é nesse terreno de intersubjetividade que o aspecto dialógico da linguagem, caracterizado por Bakhtin (1993, 2005), apresenta-se como essencial ao processo de nomeação por nós estudado.

A partir dessas reflexões, apresentaremos a seguir alguns aspectos teóricos que nos permitem apontar, já de antemão, que o “fato” tornado acontecimento (acontecimentalizado) pela m dia   construído sob diversos ângulos; porém, sabemos que os relatos englobam apenas algumas de suas facetas. Ademais, existem determinados aspectos que problematizam nas narrativas sobre os eventos outros (sub)temas, vieses axiológicos, contextos históricos, que acabam interferindo na imagem do objeto veiculado pela média. A esse respeito, discutimos aqui alguns estudos sobre os atos de nomeação do evento e dos participantes envolvidos e sobre a representação das vozes citadas ou convocadas, escolhidas pelo jornalista, aspectos que interferem na construção dos sentidos e das imagens dos objetos narrativizados no texto.

O ATO DE NOMINAR

No panorama teórico em que nos situamos, destacamos acerca do ato de nominar alguns estudos realizados na França, principalmente os desenvolvidos por Siblot (1998, 2007) e Moirand (2004, 2006, 2007a, 2007b, 2009a, 2009b), autores que se baseiam na concepção dialógica da linguagem de Bakhtin (2005). Embora esses dois estudiosos franceses oscilem entre termos diferentes para categorizar o ato de dar nome – *nominar* ou *nominação*   utilizado majoritariamente por Siblot, enquanto Moirand emprega, além desses últimos termos, *nomear* ou *nomeação* – eles assinalam esse processo como constitutivamente marcado pela alteridade, cujo outro se caracteriza por englobar nosso horizonte social.

Segundo Siblot (1998), toda nominação do outro tem por particularidade evidenciar por parte daquele que nomina uma posição sobre o que é nominado; e esta tomada de posição implica a seu turno uma expressão e definição de si. O outro está, desse modo, impregnado nesse processo, de maneira exibida ou velada, como objeto do discurso, como imagem de referência. Essa presença massiva da voz outra aparece, no texto, como marcas dialógicas de contestação, evitamento, integração que interferem na construção dos sentidos do texto (BRES; DELAMOTTE-LEGRAND; MADRAY-LESIGNE; SIBLOT, 1998). Nessa perspectiva, como entender essa dinâmica dialógica no ato de nominar o outro? Conforme Siblot (1998), é no duplo movimento do *eu em direção ao outro* e do *outro em direção ao eu* que se visualiza a nominação: quando nos reportamos a um objeto de uma forma, nominando-o, nós estamos, ao mesmo tempo, aderindo a uma ou mais vozes para inscrever os termos que vamos usar.

De acordo com Madray-Lesigne (1998), a nominação funciona como recortes do real, o qual, por sua vez, está registrado no léxico. É a partir de práxis sensitivas, técnicas, sociais, que o mundo é sentido, percebido, trabalhado e antropologicamente apreendido: concebido e nominado. Para Siblot (2007), a práxis linguística, inserida em uma cadeia contínua de práxis diversificadas, “retira” dessas últimas as informações que lhes servem para elaborar o conteúdo semântico das categorias lexicais. Essas informações do real não correspondem apenas à base da atividade languageira, mas são, de fato, intrínsecas a ela, chegando até nós a partir do ato “primeiro” de fala da nominação – que se dá implicitamente como o “motor” de existência do mundo o qual designa. No entanto, considerando a alteridade, esse ato não se dá de forma ontológica, em direção a uma (pseudo)realidade em “si” das coisas e dos seres. Pelo contrário, usamos as palavras para nominar a nós próprios em retorno e, quando o fazemos, damos-lhes tonalidades axiológicas. Porém, com o passar dos anos, a palavras têm seus usos atrelados a determinados contextos e específicas recorrências, ocultando, para alguns, o movimento dialógico que as perpassa.

Quando nominamos os objetos, não só dizemos o “mundo”, mas também definimos os lugares que ocupam os enunciadores nas trocas verbais. Esse processo também leva os sujeitos a atualizar os sentidos das

palavras, ratificar imagens, sobrepor outras, comunicar distintas axiologias, acentuar valores e pontos de vista. De acordo com Sabria (1998), a cada momento em que o sujeito diz algo, ele busca o “termo” que mais lhe convém em seu estoque – inventário lexical – efetuando forçosamente uma escolha entre as possíveis entidades linguísticas disponíveis para dizer o outro. No entanto, isso não pressupõe que nominar seja um ato mecânico, robótico. Ao contrário: o ato de nominar ocorre geralmente sem a percepção do sujeito, principalmente quando se trata da oralidade em ambientes mais informais. De fato, há todo um jogo axiológico entre os dizeres, que fogem aos enunciadores. Se isso fosse um processo automático, de etiquetagem racional, estaríamos diante de uma categorização lexical mecânica, um mero ato de denominação referencial.

É importante destacar aqui a diferença entre *denominar* e *nominar* estabelecida por Siblot (1998). *Nominar* opera mais fortemente na significância das famílias das palavras. Em latim, ela aponta para as seguintes opções: (1) designar por um nome; (2) pronunciar o nome de alguém ou alguma coisa; (3) propor algo por uma função. Só que (1) refere-se a um processo de etiquetagem linguística de um ser ou objeto, enquanto (2) é visto como algo recorrente em um discurso. No entanto, *nominar*, ligada à família de palavras do latim, tomando como ideia inicial *designar por um nome*, aparece como ato de fala, isto é, um ato linguístico primeiro que possui dois sentidos: *nominação cognitiva* – quando algo recebe um nome – e *nominação expressiva* – quando um nome está destinado a “dizer” alguma coisa sob certo aspecto. Dessa maneira, a *nominação* está ligada ao ato de inovar, de criação da palavra.

Por outro lado, o termo *denominação* exprime uma *compreensão resultativa*, substituindo a *compreensão processiva* referida pela palavra *nominação*. Ainda conforme Siblot (1998), falar de *denominação*, a propósito de ocorrências discursivas das palavras do léxico, equivaleria a dotá-las de um sentido fixo na língua, congelado, reificado no significante e idealizado sob a forma de significado. Quando se denomina algo, o sentido é isolado, descontextualizado, extraído do discurso e do interdiscurso, subtraído das redes semânticas, tornando-se essencializado sob a forma de conceito, uma mera reificação contida na palavra. Já na *nominação*, para o autor

supracitado, o sentido é um valor em potencial; por isso, considerar a atualização discursiva das palavras plenas – nomes, adjetivos, verbos e advérbios – realiza o ato de nominação por outra problemática, pois as coisas, os seres, as qualidades e os atos que as práticas linguísticas categorizam, não servem a fins intelectuais e puramente especulativos, mas partem de necessidades, com vieses, finalidades concretas que são as mais variáveis.

Assim, *nominar* e *denominar* constituem uma alternativa entre dois pontos de vista diferentes, decorrentes de duas perspectivas teóricas e de problemáticas funcionalmente distintas: a primeira considera a ação de nominar, enquanto a segunda o resultado; a primeira busca apreender o ato de fala em seu efeito e considera-o em seu contexto, examinando as relações com o contexto, considerando as interações e os interdiscursos; a outra se volta para o sentido produzido; uma liga-se à dinâmica do pensamento “pensante”, enquanto a segunda, ao pensamento “já pensado” (GUILLAUME apud SIBLOT, 1998). Ainda na primeira opção, o movimento dialógico não cessa: a própria circularidade discursiva da palavra permite a sua constante atualização. Falar de nominação, portanto, no lugar de denominação, é marcar expressamente a opção de uma linguística da produção do sentido, opção adotada por nós. Logo, é preciso retornar ao ato de fala de nominação como aquele que considera o contexto de produção e de comunicação; situa as tensões dialógicas do interdiscurso; é apreendido no processo de atualização.

Le mot *alcool* ne sera pas producteur des mêmes sens, à l’émission comme à la réception, selon qu’il apparaît dans le commentaire d’un médecin sur l’asepsie, dans un argumentaire sur l’intérêt de nouveaux carburants ou dans la description des méfaits de l’éthylisme. Il faut, ne serait-ce que pour réguler la polysémie des termes, procéder pour chaque actualisation à des associations d’idées, à la structuration en « isotopies » de réseaux sémantiques, à la mobilisation de savoirs pratiques ou encyclopédiques, à des inférences, à la saisie des intentions du locuteur... Ce travail est celui même de la production du sens (SIBLOT, 2007, p. 36, grifo do autor)³⁹.

39 “A palavra *alcool* não produzirá os mesmos sentidos, na emissão como na recepção, quando aparece no comentário de um médico sobre a assepsia, na argumentação sobre os novos combustíveis

Ao nominarmos, elaboramos representações, inclusive de tudo aquilo que excede o universo imediato do que é percebido pelos nossos sentidos. De acordo com Siblot (2007), na medida em que não podemos nominar as coisas “por elas mesmas”, e que as nominamos “por nós”, as nomações dizem “as coisas” e não as coisas “elas mesmas”. Dessa maneira, através desse processo de nominar os objetos, nós exprimimos a seu respeito um ponto de vista, que se inscreverá na sua qualificação e categorização. Por isso, para Siblot (2007), as palavras inserem-se em jogos de tomadas de posições adversas, nem sempre “abertamente” situadas no tempo e espaço para alguns enunciadores. Contudo, elas não deixam de englobarem axiologias, fazendo parte de batalhas discursivas travadas entre os sujeitos. “[...] les mots pour dire l’altérité n’arrivent pas sur les lèvres ou sous la plume de ceux qui les produisent aussi aisément [...] surtout lorsqu’ils servent à dire un *autre social* avec lequel on ne voudrait à aucun prix s’identifier [...]” (MADRAY-LESIGNE, 1998, p. 47, grifo do autor)⁴⁰.

Logo, observar as nomações é, ao mesmo tempo, estudar a maneira pela qual se contextualiza as unidades que tecem seu discurso, exprimindo sua posição sobre aquilo do que se fala em um contexto. Isso é, sobretudo, importante para compreender como se produzem as representações do mundo. Cabe ainda aqui retomar a noção do dialogismo: conforme Moirand (2009a), nas palavras subsiste o traço memorial mais ou menos tênue dos discursos já enunciados e das reações dos discursos que fazem parte da memória dos enunciadores; seja na marca de retomada e concordância, seja na marca de oposição e desacordo, esses movimentos remetem a um passado e a um futuro porvir. Por isso, através da observação dos interdiscursos, objetivamos mostrar como o ato de nomação participa da construção e representação dos eventos sociais, pois, segundo essa

ou na descrição dos malefícios do alcoolismo. É preciso, nem que fosse para regular a polissemia dos termos, proceder para cada atualização à associação de ideias, à estruturação em 'isotopias' de redes semânticas, à mobilização de saberes práticos ou enciclopédicos, às inferências, à apreensão de intenções do locutor... Este trabalho é ele mesmo o da produção do sentido” (SIBLOT, 2007, p. 36, grifo do autor, tradução nossa).

40 “As palavras para dizer a alteridade não chegam aos lábios ou na caneta daqueles que a produzem tão facilmente, [...], porque, sobretudo, se servem para dizer um *outro social* com o qual não se quer se identificar de jeito nenhum” (MADRAY-LESIGNE, 1998, p. 47, grifo da autora, tradução nossa).

teórica francesa, existem diferentes paradigmas de nomeações que funcionam para representar os objetos e atores sociais de numerosas formas.

Partindo de uma perspectiva semântica, ligada a uma análise do discurso, as palavras não estão isoladas, servindo aos homens como simples etiquetas de objetos. Segundo Branca-Rosoff (2007), elas estão em relação com outras expressões do enunciado, recebendo, dessa forma, uma significação que retira – teoricamente no contexto – a sua ambiguidade polisêmica. Ao dizer “X” e não “Y”, o sujeito constrói uma imagem do objeto social ao qual se refere. Por conseguinte, tanto as nominações como os discursos usados para abordar um evento ajudam a construir uma representação. De acordo com Moirand (2009a), o uso das palavras em um contexto, os sentidos e valores que elas transportam, a memória interdiscursiva que se inscreve nelas e nos enunciados, a memória compartilhada pelos grupos sociais, entre outros aspectos, esclarecem o tratamento dado aos eventos pelos meios de comunicação.

Segundo Moirand (2006), ao se tomar conhecimento das redes semânticas e sintáticas que organizam o funcionamento das palavras, pode-se compreender os sentidos que as palavras adquirem nas novas situações. Durante a cobertura dos eventos, os indivíduos, bombardeados de informações, “recebem” ativamente dos *medias* as palavras empregadas, as imagens dos eventos e os valores a eles agregados: o uso de termos como *outro*, *mais um*, por exemplo, mostra que o “fato” está em andamento e relaciona-se com algo que já ocorreu antes; expressões como *outras mortes*, *novas contaminações*, *outro menino* (MOIRAND, 2006) funcionam como retomadas de desdobramentos anteriores dos eventos a eles correlacionados. Ademais, Moirand (2004) explica que os dizeres pré-construídos, que contribuem para uma orientação pragmática dos discursos na mídia, ajudam o jornalista a explicar socialmente os eventos. Por isso, os acontecimentos noticiados são construídos discursivamente pela mídia, a partir do emprego de palavras que não são neutras, mas sempre habitadas de sentidos outros.

As palavras, caracterizadas como signos ideológicos por excelência (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006), não estão soltas e desconexas: passem pelos mundos construídos entre o *eu* e o *outro*, lançando-nos na

interação verbal. A ancoragem intersubjetiva da palavra, esta última de natureza social e conflitual, sempre “semi-estrangeira”, definida também como uma “arena de luta de classes” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006), nos permite refletir sobre a nomeação como um processo que vai além da designação. Erguendo pontes entre os sujeitos, usar a palavra para nominar é marcar a alteridade. Para Moirand (2007a), a primeira operação que realizamos ao enunciar um objeto é nomeá-lo. Ao fazê-lo, utilizamos expressões usadas em outros eventos, carregadas de julgamentos de valor, que se inscrevem na memória coletiva de uma sociedade: “[...] nommer, désigner, caractériser sont des actes qui impliquent de tenir compte non seulement de la langue, mais également des savoirs, de la culture et de la mémoire qu’on estime partagés par les destinataires [...]” (MOIRAND, 2007a, p. 5)⁴¹.

Portadoras de memórias e representações, as palavras carregam sentidos que estão inscritos no fluxo do tempo e dos usos feitos pelas sociedades; desse modo, Moirand (2007a) explica que elas contribuem para a construção de diferentes imagens dos atores e objetos relatados. Todavia, as palavras não possuem as mesmas representações para quem as ouve ou as lê ou até mesmo as relata, resultando da escolha do sujeito e levando em consideração o outro: “nommer c’est aussi nommer *pour* l’autre, en fonction des représentations que l’on a de lui et des représentations que l’on veut donner de soi-même, ce qui transparait des choix qu’on fait des mots et des énoncés” (MOIRAND, 2007a, p. 5, grifo da autora)⁴². Dessa maneira, uma análise das nomeações dos eventos noticiados contribui para mostrar as orientações pragmáticas que lhes são dadas nos títulos e ao longo dos textos. Como o objeto do discurso abordado pela mídia evolui com o tempo e não é possível se descrever todas as suas “faces”, Moirand (2007a) afirma que tanto a nomeação do evento como a escolha dos sujeitos

41 “[...] nomear, designar, caracterizar são atos que implicam levar em conta não só a língua, mas também os saberes, a cultura e a memória considerados partilhados pelos destinatários [...]” (MOIRAND, 2007a, p. 5, tradução nossa).

42 “[...] nomear é também nomear *para* o outro, em função das representações que temos desse outro e das representações que se quer dar de si-mesmo, que transparecem nas escolhas que fazemos das palavras e dos enunciados” (MOIRAND, 2007a, p. 5, grifo da autora, tradução nossa).

convocados para comentá-lo são atitudes que revelam muitos aspectos do funcionamento dos meios de comunicação em geral.

Então, conforme Moirand (2007a), nominar é um processo que envolve (1) a representação que temos dos sujeitos e dos objetos; (2) nossos conhecimentos partilhados e os que estão em nossa memória; e (3) os conhecimentos que temos dos discursos anteriores. Para isso, usamos palavras estocadas na memória que têm uma história e carregam sentidos de outros discursos e outras situações que atravessaram, dos grupos sociais que cruzaram e sujeitos que as usaram (MOIRAND, 2009a). Seus sentidos, derivados de empregos anteriores, fazem ecos com impressões e posturas outras. Remetendo às vozes daqueles que as utilizaram, mesmo que implicitamente, elas tecem os fios dos textos, veiculam axiologias, realimentam lembranças, instauram novas significações, propõem jogos discursivos. Logo, ao nominar os eventos, os jornalistas empregam expressões e enunciados que, consequentemente, têm ligação com acontecimentos anteriores e ocorridos em outros lugares e contextos (MOIRAND, 2009a). Ademais, de acordo com Siblot (1998), a problematização das nomações, produzidas nos discursos e pelos sujeitos, ao exprimirem seus pontos de vista, oferece-nos simultaneamente a posição sobre aquilo que se nomina e daqueles que, de outra forma, também de maneira similar ou diferente, nominam este objeto.

Segundo Moirand (2006), os textos de imprensa são essencialmente aqueles que inscrevem, no fio de seu desenvolvimento, discursos transversais nas palavras e nas formulações empregadas, às vezes inconscientemente. Esses interdiscursos influenciam os nomes e as caracterizações usadas pelos jornalistas para tratar o evento. Diante disso, uma questão se impõe como fundamental: “quem é que nomina?”. Essa pergunta, aliás, nos leva a identificar os diferentes tipos de enunciadore convocados ou citados pelos meios de comunicação, orientando-nos, consequentemente, a localizarmos os diferentes grupos sociais envolvidos. Por exemplo, se um jornal de direita nomina um evento político como *reacionário*, observamos que ele está mostrando o seu posicionamento axiológico nesse dizer e no dos personagens convocados para comentar sobre o evento (MOIRAND, 2007a). Por isso, a representação que é dada ao outro é construída a partir de palavras que geralmente caracterizam o jornal.

O jornalista, ao descrever e narrar os fatos, nomina, qualifica e designa-os com as palavras que mais convêm aos seus propósitos e aos da linha editorial da empresa em que trabalha. Todavia, não tratamos aqui o ato de nominar do jornalista, ao noticiar um evento, como algo que ele tem domínio e consciência, como se fosse um sujeito cartesiano, àquele referido no período do Iluminismo. Ao mesmo tempo, a escolha das palavras para representar algum acontecimento geralmente traz pistas das posições do profissional e da empresa em que trabalha sobre determinado tema, o que nos mostra que ele tem uma relativa consciência sobre esse processo.

Conforme Moirand (2007b), não dispomos de um estoque de palavras estabelecidas *a priori*: elas estão em circulação, impregnando os discursos de memórias, orientando pragmaticamente o objeto tratado e influenciando a percepção que os sujeitos vão ter desses discursos postos em circulação. Assim, partindo dessas ideias sobre o processo de nomeação, Moirand (2009a) conclui que a construção dos eventos sociais vai se dar tanto em função do fluxo contínuo dos interdiscursos inscritos nas palavras que tecem o texto, quanto através das formas de nominar e qualificar os atores dos eventos. Em relação a esse último aspecto, a teórica supracitada afirma que os nomes dados aos personagens dos acontecimentos, seja pelos jornalistas ou sujeitos convidados para falar, comunicam posicionamentos. No entanto, como muitas vezes esses sujeitos estão atravessados pelos discursos da mídia sobre o evento ou outros eventos a este relacionados, podemos encontrar diversas *representações sociais*, contraditórias ou não, atribuídas a mundos distintos, embora pareçam indicar o mesmo objeto.

Enfim, todo esse movimento dinâmico de circulação (inter)discursiva – ocorrido na mídia e pela mídia – contribui para a construção do evento discursivo. O acento colocado em alguns aspectos em detrimento de outros; a convocação de algumas vozes; o estabelecimento de relações entre eventos divergentes; a inscrição de discursos transversais na materialidade textual; as nomeações atribuídas aos atores do evento, entre outros, são elementos que, manifestados na textura dos gêneros (MOIRAND, 2004, 2007b), nas próprias palavras, formulações, nos ditos reportados ou imaginados, ancoram determinadas representações do objeto discursivo ao invés de outras. Em suma, o conceito “dialogismo da nomeação”,

cunhado por Siblot (1997 apud MOIRAND 2009a), ilustra bem o que foi explicitado até agora acerca desse fenômeno da linguagem.

Ainda sobre o processo de nominação caracterizado principalmente por Moirand (2004, 2006, 2007a, 2007b, 2009a) e Siblot (1998, 2007), enfatizamos que o ato de nominar estudado por esses teóricos, e adotado por nós, não envolve a utilização de elementos gramaticais, como os pronomes, para referir-se ao outro, como se estivéssemos diante de uma mera substituição lexical; ele também é mais amplo que a simples atribuição de nomes, como os substantivos, aos eventos e atores envolvidos. O uso de adjetivos, advérbios – caracterizados por nós como modalizadores autonímicos –, orações nominalizadas, perífrases, verbos introdutores de discursos e citações dos sujeitos convocados, além de outros, engloba o movimento dialógico do *eu* em direção ao *outro* da nominação. Por isso, a importância de caracterizarmos nesse trabalho o ato de *nominar* como parte de um processo de escolha diferente do de *designar*.

Além da nominação, outro aspecto considerado por nós para o estudo da construção discursiva dos eventos pela mídia refere-se ao problema das vozes convocadas pelo enunciador para se posicionar sobre um assunto. Para essa questão, a qual está relacionada à atribuição de determinados nomes e certas imagens aos eventos noticiados, faz-se necessário retomar o papel do contexto no processo de enquadramento do discurso representado. Quando se cita o discurso outro, o sujeito acentua-o da forma que lhe convém, isto é, em função dos objetivos que deseja atingir: criar polêmica, passar maior credibilidade, ironizar. Da mais simples retomada do discurso entre aspas à alusão, o sujeito (re)acentua-lhe, embora muitas vezes não percebamos esses novos “tons” atribuídos aos discursos outros. Isso ocorre porque, durante a veiculação de um evento, as vozes fragmentam-se e misturam-se com outras em circulação; perdendo-se sua “fonte primeira” – a citação é tantas vezes retomada que esquecemos como ela foi dita pela primeira vez – o seu sentido pode ser modificado todas as vezes que o sujeito recorrer a essa voz para compor seu texto. Portanto, assim como a nominação, as formas de representar as vozes nos textos jornalísticos contribuem para construir discursivamente os temas sob certos ângulos, levantando algumas temáticas em detrimento de outras.

A REPRESENTAÇÃO DAS VOZES NO TEXTO MIDIÁTICO

Como já foi dito ao longo deste trabalho, Bakhtin e seu “Círculo”, ao elaborarem uma “arquitetônica do enunciado concreto” (SOUZA, 2002), trouxeram como um dos eixos principais de sua investigação o problema do discurso de outrem ou discurso outro (AUTHIER-REVUZ, 2004) ou discurso citado. Partindo do princípio dialógico para explicar o funcionamento da linguagem, esses teóricos russos se debruçaram sobre o problema da inter-relação do discurso alheio na literatura e na vida cotidiana; afinal, para eles, o discurso, como evento histórico e singular, orienta-se naturalmente em direção ao outro, fundando assim a alteridade, isto é, a relação “eu-outro” fundamental para a condição humana.

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo o discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não deixa de participar, com ele, de uma interação viva e intensa (BAKHTIN, 1993, p. 88).

Segundo Cunha (2004), Bakhtin e Volochinov (2006) e Bakhtin (1993, 2005) elaboraram uma das mais ricas e frutíferas abordagens do discurso citado, dando origem a diversos estudos, enfocando a heterogeneidade enunciativa e constitutiva. Durante muito tempo, o discurso de outrem foi analisado numa perspectiva gramatical, descrito como formas marcadas, ou a partir dos estilos direto, indireto e indireto livre. No entanto, de acordo com Cunha (2005a), depois da divulgação das ideias desses teóricos russos, o interesse no discurso de outrem não está mais nas formas de citação, mas nos modos como os discursos se inter-relacionam, instaurando confrontos entres vozes e sujeitos, isto é, no como se dá a inserção das vozes, sejam elas marcadas ou não, nos fios dos textos.

Caracterizando o discurso como um objeto social, com uma forma e um conteúdo (BAKHTIN, 1993) unidos de maneira indissociável, passamos a compreender o discurso de outrem e as tendências de apreensão do discurso outro não só como formas marcadas explicitamente pela

tipografia, com dois pontos, travessão, vírgula, ou pelos verbos *dicendi*. De caráter social e ideológico, os discursos outros retomados podem se manifestar de diversas maneiras, pois não há formas cristalizadas, isto é, fixas e imutáveis dos discursos reportados, embora existam algumas mais comuns, como é o caso do discurso direto e discurso indireto, estilos corriqueiros em alguns gêneros da literatura – por exemplo, o romance – e da mídia – a notícia.

Para Bakhtin e Volochinov (2006), a compreensão é ativa, contendo o germe de uma resposta, de modo que o sujeito, ao interpretar um enunciado, orienta-se em relação a ele, dialoga com seu tema, toma posição. Assim sendo, tomamos as palavras outras como um processo de “idas” e “vindas”, pois o enunciado outro instaura a enunciação de muitos outros enunciados, retomados dos contextos os mais diversos. No entanto, essa retomada é acompanhada de valores apreciativos, uma vez que a simples retomada do discurso abordado por alguém já é uma maneira de nos posicionarmos diante dele. De acordo com Cunha (2008a), nesse processo de retomada, o sujeito assimila alguns de seus aspectos, (re)acentua outros, desconstrói esse “discurso-fonte”, enquadra-o em novos contextos, julga-o segundo seus pontos de vista. No fim, se constrói um novo discurso ou um discurso bivocal, que está no “meio” do ou entre o discurso do outro e meu discurso.

Nessa perspectiva dialógica, Bakhtin e Volochinov (2006) definem o discurso outro e/ou o discurso citado como “[...] o *discurso no discurso*, a *enunciação na enunciação* [...] [que] é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso*, uma *enunciação sobre a enunciação*” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006, p. 150, grifo dos autores). Assim, ao orientarmos o nosso discurso para o outro, o “meu” discurso entra em relação dialógica com o discurso outro, assimilando-o e (re)acentuando-o (CUNHA, 2008a), como parte do processo natural da comunicação. Por exemplo, ao escrever um texto, o sujeito que é heterogêneo por natureza, isto é, constituído por muitos discursos (BAKHTIN, 2006), retoma e modifica as palavras dos enunciados convocados. Nessa interação, ele não “escolhe” as vozes aleatoriamente: elas respaldam, de alguma forma, a visão axiológica do sujeito. Como mostra Fiorin (2006, p. 55),

o discurso transmitido contém em si, como parte da visão de mundo que veicula, um sistema de valores, isto é, estereótipos dos comportamentos humanos que são valorizados positivamente ou negativamente. Ele veicula os tabus comportamentais. A sociedade transmite aos indivíduos – com a linguagem e graças a ela – certos estereótipos, que determinam certos comportamentos. Esses estereótipos entranham-se de tal modo na consciência que acabam por ser considerados naturais. Figuras como “negro,” “comunista”, “puta” (sic) têm um conteúdo cheio de preconceitos, aversões e hostilidades, ao passo que outras como “branco”, “esposa” estão impregnadas de sentimentos positivos.

Desse modo, o enunciador, cujo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos outros discursos (AUTHIER-REVUZ, 2004), estratifica a linguagem, sobrecarrega as palavras e os enunciados com suas próprias intenções e acentos típicos. Toda manifestação social linguageira contagia com suas entonações⁴³ os elementos da linguagem, impondo-lhes nuances de sentido precisas e tons de valores definidos (BAKHTIN, 1993). Logo, o sujeito, ao transmitir um discurso, está sempre se posicionando diante das vozes que escolhe para inserir no seu texto. “Só a cegueira provocada pela ideologia jornalística pode explicar que alguns jornalistas insistam em pretender que o seu trabalho se limite à identificação dos fatos e à simples recolha e transmissão de *relatos*” (TRAQUINA, 2001, p. 46, grifo do autor).

Então, ao inscrever discursos alheios em outros discursos, os sujeitos acabam produzindo alguns efeitos de sentido específicos, e isso deve ser considerado pelo analista do discurso. O jornalista, por exemplo, ao escrever uma notícia utiliza-se de um ou mais discursos, entre muitos

43 Souza (2002), retomando algumas obras de Bakhtin e seu “Círculo”, explica de forma clara o sentido desse conceito, vez por outra referido nos textos desses teóricos: a entonação, social por excelência, está em interação orgânica com o gênero e o estilo do discurso. Também denominada de *tom*, *acento*, *tonalidade*, a entonação ou entonação encontra-se em correlação com o horizonte social ou a apreciação social do sujeito. Além disso, ela é um elemento que expressa o valor do indivíduo em direção ao objeto, estando constituída na palavra. Por isso, compreende a capacidade que o sujeito tem de exprimir a multiplicidade de relações axiológicas diante do conteúdo do enunciado. Acerca desse conceito, Cunha (2009) ainda acrescenta: a entonação orienta a escolha das palavras e dos sentidos que elas vão carregar na enunciação. Assim, cada grupo social (re)acentua a sua maneira as palavras, sendo por meio dessa (re)acentuação que o valor da expressão é revelado para os enunciadores.

outros que foram ditos durante a apuração, para conduzir o que está escrevendo. Entretanto, a introdução dessas diferentes vozes no discurso que será veiculado pelo jornal variará segundo os gêneros e a modalidade da língua (CUNHA, 1998). Na escrita, por exemplo, a variedade de formas atributivas⁴⁴ é bem maior do que na fala, isto é, enquanto nas conversas espontâneas, os falantes preferem introduzir as vozes na forma direta, nos gêneros escritos, como nos textos acadêmicos, são usados diversos procedimentos para inserir o outro, como as expressões de modalização do discurso segundo – *para ele e segundo ela* – conforme analisado por Cunha (1998).

Em suma, Bakhtin e seu “Círculo”, guiados pelo fenômeno do dialogismo, priorizaram o estudo do discurso inserido no contexto das relações interdiscursivas, a fim de compreender o funcionamento da linguagem e o processo de apreensão do discurso de outrem. Para Cunha (2009), o *dialogismo* foi um dos grandes responsáveis pelas novas orientações de estudo sobre o discurso citado: (1) algumas investigam especialmente a interação entre dois discursos de sujeitos concretos, historicamente situados, considerando a dinâmica da inter-relação entre o discurso citante e o discurso citado, além da relação entre o enunciador e o sujeito da enunciação anterior; (2) outras dedicam-se às formas de representação do dialogismo não-marcado, a partir de algumas tendências de apreensão do discurso outro, como discurso indireto livre, construções híbridas, discurso bivocal, ironia, paródia.

Baseando-nos nessas orientações sobre o estudo do discurso citado, as quais consideram as inter-relações entre os discursos citado e citante, passaremos a ilustrar em seguida apenas algumas tendências de apreensão do discurso de outrem, mais comuns nos estudos sobre o discurso reportado (DR), e que interferem na construção discursiva do evento midiático.

44 Formas atributivas referem-se aos discursos introdutórios do discurso de outrem.

As tendências de transmissão ativa dos discursos

Como sabemos, são numerosas as formas de relação do discurso com outros discursos. Algumas delas são mais marcadas; outras quase não têm fronteiras. Segundo Cunha (2010), Bakhtin critica os estudos sobre os discursos baseados meramente nas formas (estáticas) de inserção da voz do outro, para tratá-los dialogicamente. Esse tema é de tamanha relevância para Bakhtin e seu “Círculo” que, na obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (2006), Bakhtin e Volochinov dedicam sua última parte ao problema do discurso citado:

Acreditamos que um fenômeno assim altamente produtivo, “nodal” mesmo, é o do discurso citado, isto é, os esquemas linguísticos (discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre), as modificações desses esquemas e as variantes dessas modificações que encontramos na língua, e que servem para a transmissão das enunciações de outrem e para a integração dessas enunciações, enquanto enunciações de outrem [...] O interesse metodológico excepcional que apresentam esses fatos ainda não foi apreciado na sua justa medida. Ninguém foi capaz de discernir nessa questão de sintaxe, à primeira vista secundária, os problemas de enorme significação que ela coloca para a linguística [...] (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006, p. 149).

Para Cunha (2008a), a partir desse novo olhar sobre o discurso de outrem, Bakhtin e seu “Círculo” trazem para o centro dos estudos do discurso citado algumas questões fundamentais que podem, inclusive, orientar os trabalhos dos analistas do discurso: como se apreende o discurso de outrem? Como o discurso de outrem é apreendido pelo outro ou pelo novo contexto? Como o discurso é recebido? Como se dá o processo de recepção vivido pelo discurso interior? Qual é a influência dos discursos de outrem sobre os discursos posteriores elaborados pelos sujeitos?

Segundo Bakhtin e Volochinov (2006), a dinâmica da inter-relação do discurso que cita com aquele que é citado se concretiza nos esquemas de transmissão do discurso de outrem e nas suas variantes, sendo a escolha do esquema de base um indicador da relação de força entre o contexto e o discurso reportado. Tanto a opção de um determinado esquema para reportar

um discurso, assim como o novo contexto no qual o discurso outro será incluído, são aspectos que estão relacionados aos propósitos comunicativos dos sujeitos. Não levar em conta essas condições significa ignorar o dialogismo constitutivo dos discursos.

O erro fundamental dos pesquisadores que já se debruçaram sobre as formas de transmissão do discurso de outrem é tê-lo sistematicamente divorciado do contexto [...] o objeto verdadeiro da pesquisa deve ser justamente a interação dinâmica dessas duas dimensões, o discurso a transmitir e aquele que serve para transmiti-lo (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006, p. 154).

Acerca dessa temática, os autores russos supracitados deram atenção a basicamente três esquemas sintáticos de transmissão ativa dos discursos de outrem: *discurso direto* (DD), *discurso indireto* (DI) e *discurso indireto livre* (DIL), os quais são apresentados a seguir.

Discurso direto (DD), discurso indireto (DI) e algumas variantes

Para Bakhtin e Volochinov (2006), as formas de transmissão ativa dos discursos de outrem se realizam sob a forma de variantes, e é nestas que se acumulam as mudanças e se estabilizam os novos hábitos da orientação ativa do discurso de outrem. Cada esquema recria a sua maneira a enunciação, dando-lhe uma orientação específica: “cada forma de transmissão do discurso de outrem apreende a sua maneira a palavra do outro e assimila-a de forma ativa” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006, p. 198). Desse modo, não podemos afirmar que as formas sintáticas do discurso direto (DD) e indireto (DI), embora mais frequentes na imprensa, exprimem de maneira única e direta as tendências da apreensão da enunciação de outrem. Essas formas são apenas alguns esquemas que estão sujeitos a modificações no tempo e espaço.

Ao analisar o fenômeno da transmissão da palavra de outrem a partir do discurso citado, Bakhtin e Volochinov (2006) descrevem dois estilos

para caracterizar as tendências de transmissão ativa dos discursos: (1) o *estilo linear*, que, marcado por contornos exteriores, não se mistura ao contexto narrativo; (2) o *estilo pictórico*⁴⁵, cujo apagamento das fronteiras do discurso citado permite ao enunciador infiltrar comentários no discurso outro. Referente ao primeiro estilo, geralmente delimitado por alíneas ou parágrafos, aspas, travessão, encontramos principalmente o DD, cujo uso pelo sujeito marca as duas fronteiras de enunciação: a do discurso citado e a do discurso citante. Maingueneau (2004) acrescenta outro aspecto em relação a esse esquema: para ele, o DD cria uma encenação do que foi dito, visando criar um efeito de sentido. O enunciador parece dizer “eis as palavras que foram ditas”, indicando “supostamente” as expressões e o conteúdo exato do discurso proferido. Desse modo,

como a situação de enunciação é reconstruída pelo sujeito que a relata, é essa descrição necessariamente subjetiva que condiciona a interpretação do discurso citado. O DD não pode, então, ser objetivo: por mais que seja fiel, o discurso direto é sempre apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal (MAINGUENEAU, 2004, p. 141).

De acordo com Authier-Revuz (2004), no DD, as palavras do outro são inseridas no nível do discurso como um recorte de uma citação. Por isso, Maingueneau (2004) enfatiza que diante de um “mesmo” enunciado, de um lado inserido em um título – posição textual de apelo emotivo –, de outro inscrito na narração de um texto – cujo intuito poderá ser de explicá-lo –, podemos nos deparar com dois enunciados distintos, porque o discurso de outro sujeito foi enquadrado em dois novos contextos e modificado conforme os objetivos do jornalista. Assim, como disse Authier-Revuz (2004), no DD, o sujeito é o porta-voz do discurso do outro.

Embora não seja usado pelo enunciador com o intuito de se eximir de qualquer responsabilidade, Maingueneau (2004) afirma que o DD pode ser usado para (1) criar autenticidade; (2) distanciar-se, seja porque não concorda e não quer assumir o dito; seja porque quer explicitar a sua

45 Esse estilo é tratado mais adiante, quando apresentamos o esquema do DI.

adesão respeitosa ao dito, no caso de uma citação de autoridade; (3) mostrar objetividade.

Apesar de querer, com o uso do discurso direto, dar a impressão de que apenas escreveu as palavras do entrevistado, exatamente como elas foram ditas, o jornalista é o responsável por essas palavras quando as passa para o papel. É ele que vai escolher o fragmento a ser encaixado em sua reportagem e em que ponto do texto será inserido. Então, por mais que tente passar objetividade, *o discurso direto deixa clara a subjetividade do enunciador do discurso citante*, que manipula as falas dos seus personagens de acordo com o que deseja contar ao seu leitor (SILVA, 2007, grifo nosso).

Ainda sobre o DD, Bakhtin e Volochinov (2006) descrevem algumas variantes desse esquema, como o *discurso direto preparado*, *discurso direto esvaziado* e *discurso direto livre*. Este último, segundo Maingueneau (2004), embora não apareça muito na imprensa, ocorre quando se mantém o sentido da citação; no entanto, o enunciado é recriado com outras palavras e apresenta-se como DD no texto, só que sem aspas ou travessão. Além disso, Maingueneau (2004) mostra outra variante do DD com *enunciador genérico*, o qual representa um conjunto de sujeitos, por exemplo, uma classe ou grupo social.

Ressaltamos igualmente outra variante do discurso direto, precedido por *que*. Para Maingueneau (2004), com a evolução da mídia, muitos fragmentos de citações aparecem sob a forma de DD – entre aspas ou em itálico, com os embreantes no discurso citado –, porém com o esquema introdutor do DI, em uma tentativa de trazer a linguagem usada pelo sujeito convocado para falar, restabelecendo as palavras que foram ditas por ele. “Talvez sob influência da televisão [...], os jornalistas [...] não se contentam em comentar acontecimentos, descrever a realidade; eles pretendem restituir o ponto de vista e as palavras dos atores” (MAINGUENEAU, 2004, p. 152).

Por outro lado, o DI não é delimitado claramente por fronteiras, possuindo apenas uma única situação de enunciação que é a do discurso citante: como ele integra o discurso citado ao seu, aquele que o cita passa a ter mais responsabilidade sobre ele (MAINGUENEAU, 2004). No caso de uma notícia, por exemplo, o repórter não está simplesmente escrevendo

o que ouviu do entrevistado, exatamente da maneira como ouviu, como tenta convencer o leitor de que faz no discurso direto, mas está passando para o papel o que apreendeu do que ouviu, usando seu próprio discurso (SILVA, 2007). Segundo Authier-Revuz (2004), no DI, o sujeito, empregando suas próprias palavras, remete ao discurso outro como uma fonte de sentido para os seus propósitos; ou seja, esse discurso outro é relatado com as próprias palavras do enunciador.

Dependente do verbo introdutor, a citação em discurso indireto, para Maingueneau (2004), perde a sua autonomia enunciativa; porque, ao empregar uma citação, as palavras retomadas são atribuídas explicitamente ao enunciador do texto (o jornalista, por exemplo), embora o sujeito da citação retomada possa também compartilhar com as palavras e os valores veiculados no novo texto. Segundo Bakhtin e Volochinov (2006), o DI distingue-se claramente de outros discursos pela sintaxe – emprego de tempos, modos, conjunções, anafóricos – constituindo um esquema bem complexo para transmitir o outro discurso. Não se caracterizando por uma tentativa de transposição literal de qualquer enunciado em discurso direto, como se poderia pensar, suas modificações devem ocorrer na gramática e estilística. Assim, para esses teóricos russos, a transmissão desse esquema se dá de forma analítica, sendo esse o aspecto fundamental para a compreensão do seu funcionamento.

Evidentemente, o DI também se realiza na forma de variantes: há casos em que o enunciador separa em itálico ou entre aspas um fragmento do discurso citado. Maingueneau (2004) caracteriza essa forma como *híbrida* – porque tem alguns traços do DD –, e denomina de *ilha textual*⁴⁶ ou *ilha enunciativa* o trecho marcado. Essa variante ou forma híbrida ocorre, segundo Maingueneau (2004), quando o enunciador propõe o mesmo enunciado com pelo menos duas entoações.

Além dessa variante, há o DIL e o *resumo com citações*. Para Bakhtin e Volochinov (2006), essa primeira tendência, oriunda do francês antigo, permite introduzir na enunciação citada as entoações do sujeito que cita, interferindo nas entoações do discurso retomado. O segundo tipo

46 Esse termo é de Authier-Revuz (1995).

caracteriza-se por vários fragmentos de um discurso que restituem o “conjunto de um discurso já enunciado” (MAINGUENEAU, 2004, p. 155). Este último diferencia-se do anterior porque, na citação, as palavras são marcadas tipograficamente – com aspas e itálico, por exemplo – enquanto que no DIL não há elementos explícitos que permitem identificá-lo; há, portanto, nessa forma, um “emaranhado dos dois discursos” (CUNHA, 1995, p. 1156).

Cabe abordar ainda nesse tópico os verbos *dicendi* ou introdutórios: nas notícias, em geral construídas em forma de relatos, além do emprego frequente do verbo *dizer*, há outros que indicam o ato de fala realizado, como *afirmar*, *contar*, *declarar* (CUNHA, 1998). Todavia, esses verbos, convertidos em introdutórios de citações, nunca são neutros: pelo contrário, trazem um enfoque subjetivo, como é o caso de *confessar* e *reconhecer*, os quais sugerem que a fala constitui um erro. Para Maingueneau (2004), a escolha do verbo introdutor, no DD e DI, é bastante significativa porque condiciona a interpretação, dando um certo direcionamento ao discurso citado. Do outro lado, Maingueneau (2004) também afirma que a ausência desses introdutórios – seja dos verbos, seja das marcas tipográficas – revela outros aspectos acerca do discurso de outrem, apontando que não há necessidade de indicar as fontes das falas relatadas.

Há também outras tendências de transmissão ativa do discurso outro que Authier-Revuz (1995, 2004) denomina de *formas marcadas da conotação autonímica*, as quais englobam principalmente o emprego de grupos modalizadores, aspas e itálico. Como essas formas são de largo uso na imprensa, especialmente as duas primeiras, e caracterizadas por essa teórica francesa como *novas manifestações do discurso reportado* (DR), elas são apresentadas separadamente a seguir.

Modalização autonímica, modalização do discurso segundo, aspas e itálico

Como se sabe, o sujeito utiliza diversas formas para marcar o outro no discurso, a partir de esquemas mais comuns – DD e DI – ou por meio

de variantes que revelam outras tendências de apreensão do discurso de outrem. A teórica francesa Authier-Revuz (2004), denominando a inscrição do outro no discurso de *heterogeneidade mostrada*, explica que existe uma forma mais complexa dessa heterogeneidade que engloba as formas marcadas da conotação autonímica. Nessas formas, as quais designam o “estatuto outro”, não existe a ruptura do discurso com o seu autor que, ao mesmo tempo, aparece como se tivesse observando as próprias palavras que emprega, marcando-a por aspas, itálico e grupos modalizadores. No entanto, para Maingueneau (2004), a modalização autonímica se caracteriza não por limitar as palavras com qualquer sinalização, mas por reunir os procedimentos por meio dos quais o enunciador desenvolve seu discurso para comentar sua fala, enquanto a mesma está sendo produzida.

A teórica francesa Authier-Revuz (1995) realizou vários estudos sobre o que denomina de *modalizações autonímicas*, definidas como desdobramentos metaenunciativos da própria enunciação. Por meio delas, podemos representar explicitamente ou não o dizer e realizar comentários sobre as enunciações outras. Entre os tipos de modalizações autonímicas, há um conjunto de formas analisadas como *modalização transparente do discurso segundo* (AUTHIER-REVUZ, 1995) ou *modalização do discurso segundo* (MAINGUENEAU, 2004), caracterizadas pelo emprego de expressões como “segundo X”, “para X”, “como diz Y”, “para usar as palavras de X”, “de acordo com Y”, as quais aparecem quando um enunciador refere-se a outrem dentro do seu próprio discurso.

Acerca desse esquema, Maingueneau (2004) afirma que a modalização do discurso segundo corresponde a uma forma mais simples e “discreta” para o enunciador indicar que não é o responsável pelo enunciado. O sujeito apóia-se no discurso que está citando, utilizando expressões que fazem parte do grupo de modalizadores – “como dizem”, “conforme Y” –, que possibilitam ao enunciador comentar as falas relatadas, isentando-se, ao mesmo tempo, de assumir o que relata. Dessa forma, o autor mostra que está apenas se apoiando na enunciação citada, não sendo o responsável por ela. Para isso, o sujeito usa essas

expressões⁴⁷ acompanhadas, algumas vezes, de um verbo no pretérito do indicativo, o que permite um maior afastamento do discurso citado. Maingueneau (2004) assinala ainda que esses modalizadores demarcam uma mudança de ponto de vista, podendo aparecer também acompanhado de aspas para isolar a citação: “intencionais ou não da parte do locutor, reconhecidos ou não pelo receptor, esses empréstimos, fragmentos...introduzem ao campo da heterogeneidade constitutiva do discurso” (AUTHIER-REVUZ, 1982, p. 17).

Entre outras formas de modalização autonímica, encontramos aquelas demarcadas por aspas, itálico e sinais tipográficos. De acordo com Maingueneau (2004), as aspas podem (1) indicar que as palavras não correspondem bem à realidade; (2) apresentar-se como um comentário acrescido ao enunciado; (3) chamar a atenção para o fato de que o enunciador emprega exatamente as palavras outras, por isso as está aspeando; (4) ser salientadas pelo enunciador, abrindo uma brecha em seu discurso, chamando a atenção do outro para que ele compreenda o motivo pelo qual está aspeando essas palavras; (5) transferir a responsabilidade do emprego das palavras para outro sujeito; entre outras significações. Assim, qualquer que seja o motivo do uso das aspas, é preciso que haja uma convivência entre o escritor e o leitor. Maingueneau (2004) explica que o primeiro usa as aspas onde o leitor imagina que ele deve colocar; ou então, em um local onde não se espera, a fim de surpreendê-lo, provocando algum estranhamento. O segundo, em contrapartida, deve conhecer o universo de valores do enunciador para obter a interpretação pretendida. Portanto, para desvendar o emprego das aspas em um texto, o leitor deve recorrer principalmente ao contexto, isto é, à situação de enunciação.

Não tão diferente, o itálico também é empregado na modalização autonímica. Entretanto, apesar de esses sinais serem usados com frequência e indistintamente, o itálico é preferido às aspas para acentuar palavras estrangeiras e chamar a atenção sobre alguma expressão. Já as aspas são mais usadas para indicar uma certa reserva do enunciador – uma distância

47 Há também, conforme Maingueneau (2004), outros termos que caracterizam a MDS, como *talvez, manifestamente, provavelmente, felizmente, parece, de alguma forma*, os quais podem ser usados quando o sujeito quer tecer comentários sobre os discursos.

diante de outras “vozes”, por exemplo. Em relação ao emprego dessas formas nos meios de comunicação impressos, Maingueneau (2004) afirma que os jornalistas empregam simultaneamente o itálico e as aspas nas citações em discurso direto.

Enfim, o itálico, as aspas, a MDS, o DD, DI, entre outras formas e variantes dessas tendências, inserem-se em um jogo discursivo que faz parte do “explícito”, da heterogeneidade mostrada, como “marcas de uma atividade de *controle-regulagem do processo de comunicação*” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 14, grifo da autora). Essas formas, presentes na tentativa de demarcar o estatuto “outro” do estatuto “um”, designam no texto os fragmentos de heterogeneidade. Entretanto, para Authier-Revuz (2004), as remissões ao já-dito e os contatos discursivos nem sempre permanecem no campo do marcado. Elas inserem-se em um *continuum* que vai das formas mais delimitadas, passando pelas “sugeridas”, às menos marcadas, incertas da presença do outro. Nesse campo do explícito ao não-explícito, alcançando o horizonte da “presença diluída do outro no discurso” (AUTHIER-REVUZ, 2004), existem procedimentos que nos permitem reconhecer as palavras do outro, das quais nosso discurso não pode escapar.

Da alusão à heterogeneidade constitutiva

Authier-Revuz (2007) define a alusão como o empréstimo de palavras e segmentos realizado de forma não-explicita: “nas palavras que enuncia, o enunciador joga com a possibilidade de fazer ressoar, não outras palavras da língua como no trocadilho ou no equívoco,... mas *palavras de outros dizeres, suscitando, através da sua voz, a música de uma outra voz*” (AUTHIER-REVUZ, 2007, p. 12, grifos da autora). Ela caracteriza a alusão como uma forma de *dialogismo interdiscursivo* – que conta com a memória inscrita no discurso por meio das palavras e dos dizeres – e *dialogismo interlocutivo* – da parte do próprio leitor –, uma vez que, como não faz uso de marcas linguísticas, conta com o leitor e com a sua memória discursiva para reconhecê-la.

Em virtude da ausência de marcas, o discurso outro é sugerido como uma possibilidade de leitura que não constitui uma garantia no processo de interpretação. Embora construída pelo enunciador tendo em vista a imagem do outro, para Authier-Revuz (2007), é impossível prever se o discurso será interpretado com sucesso. Muitas vezes, para minimizar esses riscos, os enunciadores utilizam-na acompanhada de comentários, passando assim a se dirigir a um duplo público. É nesse sentido que Authier-Revuz (2007) fala que a alusão é uma fenda aberta no texto esperando ser “fechada”, ou seja, compreendida; e isso ocorrerá com aqueles que conseguirem ter acesso ao contexto do já-dito que abarca a memória interdiscursiva e interlocutiva.

Seguindo uma perspectiva semelhante, Moirand (2009b) também aborda em alguns de seus estudos o emprego da alusão. Para essa teórica francesa, além de uma função pragmática, a alusão possui, às vezes, um papel argumentativo; afinal, a escolha de nomações e a evocação de dizeres não é aleatória. Construídas no decorrer da história, as alusões englobam os domínios de memória a curto ou longo prazo. Nesse sentido, Moirand (2009b) propõe analisar o funcionamento dos novos contextos das expressões, isto é, como os enunciados adquirem, nos seus itinerários, novos sentidos, sem perder necessariamente os sentidos anteriores.

Para Authier-Revuz (2007), há dois tipos de alusões às palavras, construções e formulações já enunciadas por outros: (1) a alusão desejada, quando o enunciador não menciona a sua origem, porque não quer; e (2) a alusão sofrida, quando ele não tem consciência de que esse dizer é “emprestado”. A partir desse segundo momento, observamos que a alusão, situada na “zona indecisa” (AUTHIER-REVUZ, 2004 apud CUNHA, 2010) é caracterizada por Authier-Revuz (2007) como uma forma de grau zero de marcação na língua, em que o dialogismo interdiscursivo é evocado pelo sujeito no processo de interpretação.

Logo, embora nós nos comuniquemos a partir de outros discursos assimilados, retomados e refutados durante a nossa vida, esses outros não estão sempre explícitos nos nossos discursos porque as vozes, misturadas e fragmentadas, podem estar tão incorporadas aos nossos discursos que não é possível marcar as fronteiras entre os enunciados. Nessa inter-relação

contínua e infinita do discurso com o discurso outro podemos ir ainda mais longe: existem enunciados, inscritos no fio dos discursos, que representam os dizeres não só como efetivamente realizados, mas como prováveis, possíveis, hipotéticos, em função da construção de um ponto de vista e da argumentação (CUNHA, 2010).

De acordo com Cunha (2010), existem outras formas de se retomar o discurso outro, como a partir da nominação, quando o enunciador retoma o conteúdo do discurso ou o evento a partir de uma breve contextualização acerca dele; de formas narrativizadas; de construções sintáticas que funcionam como “indiretas” e alfinetadas do linguajar cotidiano, referidas por Bakhtin (2005), entre muitas outras, as quais podem variar em função da época e do momento histórico.

As condições de transmissão e suas finalidades apenas contribuem para a realização daquilo que já está inscrito nas tendências da apreensão ativa, no quadro do discurso interior; ora, essas últimas só podem desenvolver-se, por sua vez, dentro dos limites das formas existentes numa determinada língua para transmitir o discurso (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006, p. 153).

Sendo assim, nos gêneros da imprensa, a diversidade de formas para reportar a palavra outra, como mostram Moirand, Cunha, entre outros, vai da citação com esquemas mais marcados à alusão, tendo em vista que essa esfera de atividade caracteriza-se como um lugar de encontro de formulações e dizeres que circulam (MOIRAND, 2007b), os quais, por sua vez, constroem novos discursos sobre os eventos.

ANÁLISES

Antes de apresentar nossas análises, faz-se necessário explicar o que entendemos por *momento discursivo*, conceito que guiou nossa investigação. Esse termo está ligado a alguns estudos sobre a mídia realizados por Moirand (2000, 2007b, 2008a, 2009a, 2009b), os quais se baseiam na ideia de que o movimento de circulação dos discursos na mídia e pela mídia ajudam na construção do “fato” como um *evento discursivo* (MOIRAND, 2007a). Contudo, é necessário ter cuidado com essa caracterização, visto que não são todos os assuntos veiculados pelos *medias* que instauram uma movimentação constante de discursos, apresentando-se como eventos discursivos. Para Moirand (2007a), os “fatos” tornam-se eventos a partir do momento em que há uma difusão em massa de imagens ou textos na mídia.

Vinculada a essa definição, Moirand (2007a) traz o conceito de momento discursivo como particularidade de alguns eventos: esse fenômeno caracteriza-se por se manifestar em uma ampla variedade de gêneros de discurso – icônicos e verbais – e pela heterogeneidade de sujeitos convocados pela mídia para tratar do assunto, apresentando numerosas falas reportadas, emprestadas, evocadas ou simplesmente imaginadas. Essa heterogeneidade de vozes constitui o aspecto fundamental do momento discursivo, porque, para se constituir como tal, as falas evocadas devem pertencer a distintos grupos sociais, que se encontram ou se cruzam na mídia. Seguindo essa perspectiva, o caso Paula Oliveira constituiu-se como um evento e momento discursivo, pois a sua noticiabilidade ganhou tamanho destaque que gerou uma intensa circulação de discursos

de grupos sociais – como da família, polícia, de grupos contra a intolerância, da política nacional e internacional etc. – cujas vozes convocadas ou reportadas caracterizam-se pelo embate, ora pacífico, ora violento, de posicionamentos acerca do que está sendo noticiado, referindo-se, muitas vezes a episódios anteriores, inscritos na memória coletiva brasileira.

Além disso, em virtude da dimensão atribuída ao evento, que ganhou notoriedade nacional e internacional, e da polêmica instaurada sobre a sua veracidade – Paula foi vítima da xenofobia? – verificamos durante a construção do “fato” a existência de distintos enfoques discursivos responsáveis por construir o evento de forma distinta; isso porque, ao longo do tempo, novas versões foram sendo apresentadas, reportando e convocando outras vozes, retomando falas e episódios anteriores, conforme os contextos e propósitos enunciativos. Ademais, do dia 12 de fevereiro de 2009 ao dia 13 desse mesmo mês e ano, observamos que houve uma mudança substancial no tratamento do evento: no primeiro dia, a ênfase da cobertura do acontecimento recai sobre o ataque e a violência cometida contra Paula Oliveira, enquanto no segundo, o acento desloca-se para o envolvimento político no caso. Por isso, caracterizamos o material veiculado no dia 12 pela imprensa como diferente daquele do dia 13, o que mostrou-nos a existência de dois enfoques discursivos distintos. A partir do dia 14 de fevereiro de 2009, o evento é noticiado sob perspectiva diversa – a possibilidade de automutilação surge na imprensa brasileira provocando uma reviravolta no caso –, acentuando outro enfoque discursivo. Nessa medida, nossas análises serão apresentadas a partir do que chamamos de *três focos discursivos*.

PRIMEIRO FOCO DISCURSIVO

De início, observamos que as primeiras notícias, correspondentes ao dia 12 de fevereiro de 2009, publicadas sobre o caso⁴⁸, com o objetivo de situar o leitor no ocorrido, relatam o caso apenas segundo a versão de Paula que,

⁴⁸ Acerca desse primeiro foco discursivo, foram publicadas 2 notícias na FSP, 2 no JC e 1 notícia no jornal suíço *20 Minuten* (on-line).

por sua vez, corresponde à versão da vítima do evento. As notícias – tanto as da FSP, como as do JC⁴⁹ – relatam o acontecimento acentuando o *quem*, isto é, a pessoa que sofreu o ataque:

FSP-1 (12/02/09):

- 1 **Brasileira** é atacada na Suíça [...].
 - 2 **Uma advogada brasileira de 26 anos** foi espancada e teve boa parte do corpo retalhado por estilete [...].
-

JC-1 (12/02/09):

- 3 **A advogada Paula Oliveira, 26 anos**, grávida de gêmeas, foi espancada e teve o corpo marcado a estilete [...].
 - 4 **A advogada recifense Paula Oliveira, 26 anos**, foi espancada e teve o corpo marcado a golpes de estilete [...].
-

Como a ordem de construção da notícia oferece pistas dos aspectos que foram considerados mais relevantes pelos jornalistas, a atribuição no lide – o primeiro parágrafo desse gênero – de mais relevância ao *quem* sofreu a agressão, indica que o acontecimento não se resume a qualquer *fait divers*⁵⁰. Em geral, esse tipo de notícia acentua a violência do crime, inserindo em segundo plano os atores envolvidos. Nas primeiras notícias veiculadas sobre o caso Paula Oliveira, observamos que aspectos como *profissão*, *nacionalidade* (e *naturalidade*), *idade*, *cor*, entre outros que caracterizam a protagonista do evento, são considerados importantes para a narrativa do ocorrido. Eles são também retomados não só ao longo do texto, mas durante toda a cobertura do caso. Isso significa que a pessoa nele envolvida tem um papel fundamental no acontecimento. Aliás, essa importância atribuída a Paula também se reflete nas várias formas de nomação:

49 Para as análises, optamos por abreviar o título de cada jornal da seguinte forma: *Folha de S. Paulo* em FSP, *Jornal do Commercio* em JC e *20 Minuten* (*on-line*) em 20M. Posteriormente, agregamos à abreviação de cada periódico um número (-1, -2 etc.), o qual servirá para indicar a referência do gênero publicado no veículo. Assim, os que tiverem interesse poderão conferir os dados completos de cada texto analisado no apêndice, inserido no final deste livro.

50 Essa expressão francesa é usada para designar matérias de caráter policial e sensacionalista.

FSP-1 (12/02/09):

- 5 **Brasileira** é atacada na Suíça [...].
 - 6 **Paula Oliveira** estava grávida de gêmeas [...].
 - 7 Cortes a estilete feitos nas pernas **da advogada** [...].
 - 8 **Uma advogada brasileira de 26 anos** foi espancada [...].
 - 9 **Grávida** de três meses de gêmeas, Paula Oliveira [...].
 - 10 Quando foi abordada, a **advogada, que é branca** [...].
 - 11 Paula é **noiva de um suíço**, que soube da agressão por telefone [...].
 - 12 Segundo o Itamaraty, ela **mora no país legalmente** [...].
 - 13 O pai da **advogada** [...].
-

FSP-2 (12/02/09):

- 14 O ataque à **brasileira grávida** [...].
 - 15 As letras SVP, talhadas no corpo da **brasileira agredida**.
-

JC-1 (12/02/09):

- 16 **Pernambucana** atacada por neonazistas [...].
 - 17 **A advogada** Paula Oliveira, 26 anos, **grávida** de gêmeas [...].
 - 18 **A advogada recifense** Paula Oliveira, 26 anos, foi espancada [...].
 - 19 **Paula estava grávida de três meses** de duas meninas [...].
 - 20 **A advogada, que trabalha em Zurique em uma empresa dinamarquesa** de transporte marítimo de contêiner, havia acabado de descer do trem [...].
 - 21 O terceiro [agressor], portando o estilete, fez mais de cem cortes no corpo – braços, pernas, barriga e pescoço – da **pernambucana** [...].
 - 22 Abandonada pelos neonazistas, a **advogada** ligou para o namorado suíço [...].
 - 23 **Ela é filha do advogado Paulo Oliveira, assessor do deputado federal e ex-governador de Pernambuco** Roberto Magalhães [...].
-

Entre as nomeações atribuídas à protagonista do evento, observamos que os jornais atribuem relevância ao fato dela ser *advogada, branca, jovem, funcionária de uma empresa multinacional, residente de forma legal no exterior, filha de um importante assessor político de Pernambuco*, palavras que

comunicam valores positivos a Paula Oliveira. Esta não é vista como uma imigrante qualquer, ilegal, pobre, negra, sem emprego e qualificações que reside no exterior, como muitos brasileiros. Paula Oliveira, construída como uma moça rica, de classe média, é vista a partir de uma imagem favorável, em consonância com os valores partilhados por esses jornais: se observarmos as descrições, os atributos e as expressões nominais que lhe foram atribuídas, notaremos que a imprensa revela seu posicionamento sobre o imigrante que merece ser bem tratado, que é bem vindo a ser relatado.

Nesses trechos, observamos que a nomeação é acompanhada de predicações, como em: “[...] **a advogada, que é branca**, falava ao celular em português com a mãe” (*Folha de S. Paulo*, São Paulo, editoria Cotidiano, 12 de fevereiro de 2009, grifo nosso). Nesse enunciado, acentua-se a cor e a língua falada pela vítima, aspectos que têm, para o jornal, um papel importante no que aconteceu. O JC, além de atrelar esses aspectos a Paula, acentua o local de trabalho e o contexto político da família dela. Apesar de a FSP citar essas últimas informações também, o JC lhes atribui um maior espaço:

FSP-1 (12/02/09):

- 24 De acordo com informações do Itamaraty, **Paula é funcionária do grupo controlador dinamarquês A. P. Moller** – Maersk [...].
- 25 **O pai da advogada, o assessor parlamentar Paulo Oliveira**, viajou na terça-feira para o país. Ele disse ao "Jornal Nacional" que espera trazê-la de volta para o Brasil assim que ela estiver em melhores condições de saúde, o que pode levar cerca de 10 dias.

JC-1 (12/02/09):

- 26 **A advogada, que trabalha em Zurique em uma empresa dinamarquesa de transporte marítimo de contêiner, A.P. Moeller** - Maersk, havia acabado de descer do trem em Dubendorf e falava com a mãe, Jeny Ventura, pelo celular [...].
- 27 Ela é filha do **advogado Paulo Oliveira, assessor do deputado federal e ex-governador de Pernambuco Roberto Magalhães (DEM). Oliveira foi secretário de Desenvolvimento Econômico do Recife, na gestão de Magalhães (1997-2000).**
-

Nesses trechos, interessa-nos também apontar o discurso veiculado por trás do relato do caso: Paula é apresentada como uma jovem que não é simplesmente uma imigrante ilegal que trabalha em um subemprego, aspecto que remete a casos de muitos brasileiros que saem do país em busca de melhores condições de vida, passando a trabalhar muitas vezes em setores menos valorizados pela sociedade. Além disso, no JC verificamos a importância que é dada à origem familiar de Paula Oliveira, visto que o jornalista tem o cuidado de explicar quem é o seu pai, em que ele trabalha, citando a vida política do passado, informações atreladas ao contexto político de Pernambuco.

Durante as análises, observamos que o pai de Paula é um personagem convocado frequentemente pela mídia para tratar do evento. Na maioria das vezes, as notícias são construídas a partir do relato dele e não da filha. Além disso, o JC também cita vozes dos políticos do seu partido ou grupo político, como a voz do senador Marco Maciel e a do deputado Roberto Magalhães, enquanto que a FSP convoca apenas, pelo menos nesse período inicial de construção do caso, a voz do Itamaraty, embora ela seja feita de forma bem pontual, como observado no trecho (24) acima e nos outros inseridos abaixo:

FSP-1 (12/02/09):

28 Segundo o **Itamaraty**, ela mora no país legalmente.

JC-1 (12/02/09):

- 29** Segundo a **assessoria de imprensa do Ministério das Relações Exteriores**, há indícios que comprovam o caráter xenófobo do crime [...].
- 30** O deputado Roberto Magalhães disse que entrou em contato **com as autoridades diplomáticas brasileiras** a pedido do seu funcionário. “Eu e o senador Marco Maciel (DEM) fizemos o que estava ao nosso alcance. Acionamos o Itamaraty e tomamos as providências cabíveis. Mas esse é um caso particular, que envolve a privacidade de uma família, e prefiro não me pronunciar a respeito”, ponderou o ex-governador.
-

Observamos que as notícias da FSP e do JC reportam a maioria dos discursos sobre o evento favoráveis à versão de Paula, basicamente em

esquemas como DI e MDS, salvo algumas exceções realizadas pelo JC, o qual traz também algumas falas entre aspas. Enfatizamos aqui, contudo, outro aspecto interessante: os jornais, ao abordarem o outro, o *agressor*, não reportam a voz dele para se posicionar sobre o ocorrido. Desse modo, assim como as vozes que sustentam a versão de Paula – o Itamaraty, o pai de Paula, os políticos atrelados ao seu pai – aqueles tidos como “os outros” – os agressores e a Suíça – que são construídos como os culpados pelo que aconteceu, não têm espaço para se reportar sobre o assunto. De fato, o que se relata sobre esse grupo é feito a partir da tomada de posição enunciativa do jornalista sobre a versão de Paula, isto é, da imagem que se constrói sobre o partido SVP tomada pelos jornais brasileiros que analisamos. Isso pode ser notado pela maneira de como os agressores são nominados:

FSP-1 (12/02/09):

- 31 Brasileira é atacada na Suíça por **skinheads**
 - 32 Cortes a estilete feitos nas pernas da advogada formam a sigla do SVP, **partido suíço que apoia política anti-imigrante**
 - 33 Marcas de Estilete com **a sigla SVP, que pode ser de partido suíço**
 - 34 Uma advogada brasileira de 26 anos foi espancada e teve boa parte do corpo retalhado por estilete na Suíça por **três homens brancos e carecas que pareciam skinheads** [...].
 - 35 [...] o grupo que a atacou é composto por **simpatizantes nazistas** [...].
 - 36 Um dos **agressores** tinha uma **suástica na cabeça** [...].
 - 37 [...] SVP, do **Partido do Povo Suíço, que defende políticas anti-imigrantes** consideradas, muitas vezes, **racistas** pela oposição [...].
 - 38 [...] simpatizantes da oposição social-democrata picharam peças de propaganda do SVP com **suásticas** e imagens de **Adolf Hitler** [...].
-

FSP-2 (12/02/09):

- 39 O ataque à brasileira grávida, supostamente praticado por **grupos neo-nazistas** [...].
 - 40 Partido do Povo Suíço, **que se posiciona contrariamente à política de imigração**
-

JC-1 (12/02/09):

- 41 Pernambuco atacada por **neonazistas** [...].
 - 42 [...] teve o corpo marcado a estilete com sigla de **partido ultradireitista** [...].
 - 43 [...] Paula Oliveira, 26 anos, foi espancada e teve o corpo marcado a golpes de estilete por **três skinheads** [...].
 - 44 [...] os **neonazistas suíços** “escreveram” na barriga e nas coxas da pernambucana a sigla SVP, iniciais do Schweizerische Volkspartei (**algo como Partido do Povo Suíço**), agremiação que dá guarida a **grupos de ultradireita e xenófobos**.
 - 45 Ela foi abordada por **três homens com as cabeças raspadas, vestidos de preto** [...].
 - 46 Segundo disse ela a parentes, **um dos Skinheads tinha uma suástica tatuada na cabeça** [...].
-
-

JC-2 (12/02/09):

- 47 O ataque à advogada [...] foi **perpetrado** por **suíços que engrossam o cordão dos insatisfeitos** [...].
 - 48 [...] apelam para a violência na tentativa de explicar suas **ideologias distorcidas** [...].
 - 49 **Entre os derrotados**, o SVP, agremiação de direita **que fez campanha agressiva contra o acesso de trabalhadores de outros países ao mercado suíço** [...].
-

A partir das formas de nomeação dos agressores, seja pelas *descrições visuais* (34), pelas *crenças sociais* (40), pelos *atos realizados* pelo grupo anteriormente (49), pela *aproximação com grupos outrora xenófobos* (38), como o de Hitler, observamos que o jornalista reporta o SVP a partir de discursos que englobam opiniões negativas sobre o partido, o que permite ao jornalista revelar sua posição. No enunciado (32) da FSP, por exemplo, o jornalista opta por nominar o partido não a partir da definição da sigla, mas por meio de um comentário explicativo do que esse grupo significa na Suíça. Nos enunciados (36) e (38), podemos visualizar a definição de

Bakhtin e Volochinov (2006) acerca da palavra, como um signo ideológico por excelência: apesar de *suástica* ser um símbolo indicador de felicidade para os indianos, inclusive gravado em algumas deidades, e ainda empregado por outras culturas de forma diversa, esse termo carrega hoje valores negativos, devido a sua memória discursiva relacionada a Hitler, o que contribui para reforçar a *imagem do nazismo* ao grupo (35). Assim, as palavras *suásticas*, *Adolf Hitler* (38), *neonazistas* (39 e 41) funcionam como lembranças de um passado marcado por guerra e extermínio de grupos étnicos e sociais, que é trazido à tona quando associado ao ato cometido pelo grupo.

Entre outras nomações, encontramos também a expressão *ideologias distorcidas* (48). O emprego da palavra *distorcidas* revela a posição do jornalista sobre as ideias partilhadas pelo grupo. Esse posicionamento é ainda mais forte quando o SVP é nominado como os *derrotados* (49), ao invés de o jornalista dizer que o partido não ganhou a última eleição ou que obteve poucos votos. Além disso, o JC também nomina os agressores como *insatisfeitos* (47) e *agressivos* (49), ao fazer referência ao ataque a Paula e à campanha política do SVP respectivamente. Destacamos ainda o verbo *perpetrado* (47) utilizado pelo periódico, o qual também contribui não só para nominar negativamente o grupo da Suíça, mas já para condenar e reprovar o grupo, associando ao ataque um alto teor periculosidade, cujo peso semântico e axiológico é diferente do verbo *praticar*, por exemplo. Ao realizar essas nomações, contudo, os jornais difundem valores nem sempre percebidos pelo leitor.

Nos enunciados (33) e (44), o posicionamento do jornalista também se revela, agora pelo emprego de modalizadores: o uso de *pode ser* e de *algo* permite ao jornalista se eximir da responsabilidade enunciativa sobre o assunto. Mesmo assim, observamos que o relato do caso ocorre a partir da adesão do jornalista a versão de Paula Oliveira.

Vejamos os exemplos a seguir em que o posicionamento do jornal sobre o SVP é reforçado pelo emprego de *grupos nazistas* (50) e *neonazistas suíços* (52):

FSP-2 (12/02/09):

- 50 O ataque à brasileira grávida, supostamente praticado por **grupos neonazistas**, ocorre em um momento em que a Suíça discute a questão dos estrangeiros no país.
- 51 Em eleição parlamentar de 2007, um cartaz do partido exibia uma ovelha negra sendo expulsa por três brancas da bandeira da Suíça com os dizeres “**Por mais segurança**”.
-
-

JC-1 (12/02/09):

- 52 [...] os **neonazistas suíços** “escreveram” na barriga e nas coxas da pernambucana a sigla SVP, iniciais do Schweizerische Volkspartei [...].
-

No excerto (51), o jornalista emprega as aspas para relatar os dizeres do grupo SVP inseridos na bandeira da Suíça. No (52), correspondente à matéria que aborda explicitamente o ataque, o verbo aspeado compreende o ato realizado pelo agressor, aparecendo de forma sinalizada (a) em virtude da impossibilidade de se inserir uma opção melhor, (b) ou porque se busca acentuar a *barbárie* (57), *crudeldade* (58), *violência* (63) cometida contra Paula Oliveira. Essas palavras (57, 58 e 63), inclusive, são empregadas pelos jornais para nominar o evento:

FSP-1 (12/02/09):

- 53 Brasileira é **atacada** na Suíça [...].
- 54 [...] ela foi **agredida** em cidade perto de Zurique.
-
-

FSP-2 (12/02/09):

- 55 **Ataque** ocorre em meio a debate sobre imigrantes
- 56 **O ataque** à brasileira grávida [...].
-
-

JC-1 (12/02/09):

- 57 **Barbárie**
- 58 [...] a **agressão**, que ganhou contornos de **crime de xenofobia pelos requintes de crudeldade** [...].
- 59 **O ritual fascista** não parou por aí: Paula foi imobilizada e deixada seminua por dois dos agressores [...].

JC-1 (12/02/09):

- 60 Paula estava grávida de três meses de duas meninas e terminou perdendo os bebês após a **agressão** [...].
-

JC-2 (12/02/09):

- 61 Xenofobia foge ao controle de países europeus
- 62 O **ataque** à advogada pernambucana tem um inegável viés de xenofobia [...].
- 63 O ataque [...] foi perpetrado por suíços que engrossam o cordão dos insatisfeitos que apelam para a **violência** [...].
- 64 A **agressividade** se traduz em imagens que caracterizam os imigrantes como ovelhas negras sendo enxotadas para fora do território suíço [...].
- 65 [...] um crime injustificável como o de que foi vítima Paula Oliveira [...].
- 66 A onda racista-xenófoba da Europa tem reflexos que caminham no limiar da liberdade de expressão [...].
- 67 Em um país de primeiro mundo como a Suíça, **xenofobia e racismo** são difíceis de explicar [...].
-

Nessas nomeações, observamos que o JC, diferentemente da FSP, caracteriza o caso a partir de palavras que evocam na nossa memória uma violência animal, atrelada ao nosso lado mais desumano, traços semânticos que podemos notar no emprego de *barbárie* (57) – palavra que aparece no chapéu da notícia, servindo para categorizar do assunto – e *requintes de crueldade* (58). Ao mesmo tempo, em relação a essa última expressão, o substantivo *requintes* dá-nos a entender que o crime pode ter sido perfeitamente planejado e executado. Assim, nominado muito mais como uma agressão de caráter ideológico, cuja motivação parte da intolerância ao outro, o caso Paula Oliveira é assinalado pelo JC como um *ritual fascista* (59), *crime de xenofobia* (58) e *xenofobia e racismo* (67), enquanto na FSP, o caso é nominado de forma mais objetiva ou talvez de maneira reservada – como a partir do emprego do termo *ataque* (55 e 56) –, em uma tentativa de não explicitar muitos julgamentos de valor sobre o evento ainda em início.

Há ainda outras diferenças na construção desse evento pelos dois jornais brasileiros: a narrativa inicial do caso, embora semelhante na FSP e no

JC, porque retomam as notícias das agências, é construída de forma mais descritiva nesse segundo periódico. O interessante é que esse tipo textual é mais comum em notícias de caráter sensacionalista – os famosos *fait divers* –, cujo acento das notícias recai sobre a violência infligida à vítima. Assim, embora os dois periódicos apontem circunstâncias espaciais que permitem construir o cenário do acontecimento – *área com árvores* (69) e *área arborizada e deserta* (69) –, o JC, relatando o ataque com minúcias, acentua a sua causa ou motivação ideológica por meio da expressão *ritual fascista* (69):

FSP-1 (12/02/09):

68 A brasileira foi arrastada pelo grupo até uma área cercada por árvores e atacada pelos homens por cerca de 10 minutos.

JC-1 (12/02/09):

69 Ela foi abordada por três homens com as cabeças raspadas, vestidos de preto. Levada a uma área arborizada e deserta, foi espancada. [...] **O ritual fascista** não parou por aí: Paula foi imobilizada e deixada seminua por dois dos agressores [...].

Outra diferença na construção do evento se refere ao posicionamento dos jornais em relação à Suíça. Como o crime ocorreu nesse país, aborda-se a questão da imigração e da xenofobia como um problema comum que tem se espalhado na Europa. Contudo, nesse contexto, a FSP ameniza a informação de que os suíços são contra a permanência de estrangeiros no país (70), diferente do JC, periódico que problematiza essa questão acenando a imagem dos integrantes do SVP como *intolerantes* (71):

FSP-2 (12/02/09):

70 O ataque à brasileira grávida, supostamente praticado por grupos neonazistas, ocorre em um momento em que a Suíça discute a questão dos estrangeiros no país.

Em referendo nesta semana, projeto que facilita que cidadãos de países-membros da União Europeia morem e trabalhem na Suíça foi aprovado por 60% dos eleitores. **Grupos políticos do país se opõem à flexibilização.**

- 71 [...] No domingo, a Suíça realizou um referendo em que foi colocado em votação o fechamento de suas fronteiras aos trabalhadores da EU [...].
Cerca de 57% dos suíços se manifestaram a favor da manutenção da decisão. **Apenas quatro** dos 26 cantões – divisão político-geográfica que equivale aos Estados brasileiros – **disseram não à continuidade do acordo com a União Europeia.**
Entre os derrotados, o SVP, agremiação de direita que fez campanha agressiva contra o acesso de trabalhadores de outros países ao mercado suíço, e cuja sigla foi marcada a estilete no corpo de Paula Oliveira [...].
- 72 [...] Diante de uma **crise econômica** que não deixa imune nem mesmo o **cofre do mundo** (como é conhecida a Suíça, por causa de suas conhecidas instituições bancárias), a culpa pelas dificuldades é sempre dos estrangeiros.
-

No JC, o jornal opta por nominar a Suíça com a expressão *cofre do mundo* (72), que é empregada paralelamente à palavra-evento *crise econômica* (72). Esta última inscreve outros discursos presentes na nossa memória no fio horizontal do texto, apontando para o fato de que muitos países atribuem a culpa de todos os problemas da atualidade a uma “crise econômica”, que por parecer-nos muito difícil de determinar com precisão – a crise funciona como um “bode expiatório” – é usada pelo outro para se isentar de problemas e responsabilidades. Assim, observamos um tom de crítica à Europa, e em um contexto mais resumido, a Suíça por jogar a culpa da crise econômica nos estrangeiros.

Apesar de a Suíça não se posicionar sobre o caso Paula Oliveira, os periódicos atribuem a culpa a esse país pelo ocorrido. No entanto, isso é realizado de forma distinta: no JC, a crítica é mais taxativa, enquanto que na FSP, ela é abafada pelas palavras empregadas e pela forma de construir a narrativa, como podemos observar nos trechos (70) e (71) dos dois jornais, respectivamente.

Há ainda outros aspectos que diferenciaram a cobertura desse evento pela FSP e pelo JC. Na FSP, o evento não foi relatado a partir de uma pluralidade

de vozes, aspecto comum nos gêneros de enunciação objetivada. Poucos são os discursos reportados, como o do pai, uma fonte de possível credibilidade para o jornal – é o pai da vítima, cuja profissão está ligada ao âmbito político – e o do Itamaraty. No JC, observamos a presença de várias vozes para relatar o caso, como a do pai, a da consulesa-geral do Brasil na Suíça Victoria Cleaver, a do senador Marco Maciel e a do deputado Roberto Magalhães. Usando *barbárie* (57), *agressividade* (64), *crime de xenofobia pelos requintes de crueldade* (58), *ritual fascista* (59 e 69), entre outras expressões que acentuam o caráter da violência do evento, este é narrado pelo JC basicamente a partir de dois aspectos: da motivação da ocorrência de uma agressão física no contexto político que o envolve – este mais sutil na FSP (70) – e da origem familiar da vítima – acentuada pelo periódico pernambucano; este último aspecto pode ser observado no segmento abaixo (73):

JC-1 (12/02/09):

73 Ela é filha do advogado Paulo Oliveira, **assessor do deputado federal e ex governador de Pernambuco Roberto Magalhães** (DEM). Oliveira foi secretário de Desenvolvimento Econômico do Recife, na gestão de Magalhães (1997-2000).

Afora essas diferenciações na construção do evento, em geral, observamos que o JC e a FSP apresentaram também semelhanças em suas narrativas: foi relatado que uma advogada brasileira, chamada Paula Oliveira, de 26 anos, grávida de gêmeas, foi atacada de forma brutal, em uma estação de trem em Zurique, na Suíça, por integrantes do partido SVP, grupo que se caracteriza por apresentar ideologia ultradireita. Embora Paula não seja nominada explicitamente como a *vítima* – palavra que aparece uma única vez no JC – a construção da narrativa sobre o evento, a qual, a todo o momento, retoma a protagonista especialmente como a *brasileira* e *advogada atacada* (5, 16 e 53), *agredida* (15 e 54), *espancada* (8 e 18), *abandonada* (22) e *arrastada* (68), contribui para construir a imagem de vítima e despertar comiseração.

Antes de concluirmos as análises desse período inicial de construção do caso, passaremos a apontar algumas observações importantes

da notícia publicada no dia 12 de fevereiro de 2009 pelo jornal suíço *20 Minuten (on-line)*. De início, observamos que esse periódico narrou o evento de forma bastante sucinta, acentuando a protagonista do evento e o ataque ocorrido, assim como fizeram os jornais brasileiros:

20M-1 (12/02/09):

74 Une jeune femme brésilienne affirme **avoir été attaquée** par trois néonazis à Stettbach, en banlieue zurichoise. **Au Brésil, l'affaire fait grand bruit**⁵¹.

Esse enunciado, inserido no subtítulo da notícia – posição paratextual de relevância na construção da narrativa nesse gênero – acentua para o leitor suíço que o evento obteve grande repercussão no Brasil, informação que é retomada e reacentuada em praticamente todas as notícias que vão sendo veiculadas posteriormente sobre o evento. Além disso, observamos que esse jornal oferece também uma maior atenção ao comportamento da polícia:

20M-1 (12/02/09):

75 **La police zurichoise** a finalement décidé de communiquer de façon officielle le **cas de maltraitance** commis sur la personne **d'une jeune avocate brésilienne** [...].

76 **De son côté**, la police zurichoise confirme que **le cas a déjà été relaté par différents médias brésiliens durant la journée** [...].

77 Le père de la victime blâme la police [...].

78 **La police** exige une déposition par écrit⁵²

É interessante observar no enunciado (75) o lide da notícia, uma vez que o jornal inicia o relato topicalizando a Polícia da Cidade de Zurique:

51 *Tradução livre nossa*: Uma jovem brasileira afirma **ter sido atacada** por três neonazistas em Stettbach, no subúrbio de Zurique. **No Brasil, o caso teve grande repercussão** (74).

52 *Tradução livre nossa*: **A polícia de Zurique** decidiu finalmente comunicar de forma oficial o caso de maltrato cometido contra uma **jovem advogada brasileira** [...] (75).

Do seu lado, a polícia de Zurique confirma que **o caso já foi relatado por diferentes mídias brasileiras durante o dia**. [...] (76).

O pai da vítima critica a polícia [...] (77).

A polícia exige um depoimento por escrito [...] (78).

insere-se nesse parágrafo a resposta e o posicionamento oficial da polícia sobre o caso, ao invés de logo relatar o ato cometido contra Paula, o qual é referido posteriormente. A importância dada a esse *feedback* da polícia é acentuada pelo uso do modalizador *finalement* no enunciado, o qual permite ao jornalista tecer um comentário sobre o comportamento dessa corporação, mostrando o que o jornal pensa sobre o grupo.

Nos enunciados (76), (77) e (78), também observamos a referência feita à voz da polícia suíça, dentre outras realizadas ao longo do texto. Em relação ao (76), verificamos ainda dois aspectos: (a) **de son cotê** corresponde a um marcador discursivo utilizado pelo autor, o qual, a partir dele, insere a heterogeneidade marcada – o outro – em seu discurso; (b) esse enunciado reacentua a informação adicionada ao subtítulo (74).

Concentrando a atenção do leitor no posicionamento da polícia suíça e na repercussão do evento no Brasil, o jornal vai, aos poucos, narrando o ataque a partir de alguns índices de narrativização – *hier mercredi e lorsque la police arrive sur les lieux* (79) –, discurso indireto e discurso direto com aspas (80):

20M-1 (12/02/09):

- 79 **Hier mercredi**, peu après 19h30, un homme alerte la police par téléphone à la gare de Stettbach, dans la banlieue de Zurich, demandant de l'aide. **Lorsque la police arrive sur les lieux**, elle trouve une jeune femme de 26 ans en état de choc, recouverte de blessures: sur différentes parties de son corps, on peut lire SVP, UDC en allemand.
- 80 Le père de la victime est un secrétaire parlementaire connu au Brésil. **Il a déclaré au journal** brésilien «O Globo» que sa fille a été violemment brutalisée: **«Les néonazis ont frappé des pieds et des poings ma fille avant de la blesser avec une lame de rasoir Gillette et de tracer les lettres SVP sur son corps»**. Il se plaint aussi de la lenteur de la procédure: **«La police ne nous avait pas informé et ma fille n'a pas encore pu faire sa déposition»**.⁵³
-

53 *Tradução livre nossa*: **Ontem, quarta-feira**, pouco depois das 19h30, um homem alerta a polícia, por telefone, na estação de Stettbach, um subúrbio de Zurique, e pede ajuda. **Quando a polícia**

Reportando as vozes da polícia suíça, da consulesa-geral do Brasil na Suíça, Victoria Cleaver, do pai de Paula no jornal *O Globo*, o relato do evento é feito em geral à distância, como no trecho abaixo, a partir do emprego da modalização do discurso segundo (81):

20M-1 (12/02/09):

81 Selon Victoria Cleaver, la victime **était** au téléphone avec sa mère quand elle **a été attaquée** et l'un de ses agresseurs portait un tatouage de croix gammée dans la nuque⁵⁴.

As nomeações de Paula Oliveira e do pai são semelhantes as dos jornais FSP e JC: ela é nominada a partir do acento atribuído à *nacionalidade, profissão e idade* (do trecho 82 ao 87 abaixo), enquanto ele é nominado pelo *cargo* que ocupa no contexto político: *secrétaire parlementaire connu au Brésil* (80). A diferença na nomeação recai sobre o emprego de *victime* (86) e *jeune* (82 e 84), palavras que não são usadas de modo geral pelos jornais brasileiros:

chega ao local, encontra uma jovem de 26 anos em estado de choque, coberta de ferimentos: sob diferentes partes do seu corpo, pode-se ler a sigla SVP, UDC em alemão (79).

O pai da vítima é um secretário parlamentar conhecido no Brasil. **Ele declarou ao jornal** brasileiro “O Globo” que sua filha foi violentamente brutalizada: ‘**Os neonazistas golpearam a minha filha com os pés e as mãos, antes de feri-la com uma lâmina de barbear Gillette e escrever as letras SVP no seu corpo**’. Ele reclamou também da lentidão do processo: “**a polícia não nos informou nada e minha filha ainda não prestou depoimento**” (80).

⁵⁴ *Tradução livre nossa: Segundo Victoria Cleaver*, a vítima estava no telefone com sua mãe quando **foi atacada** e um de seus agressores tinha uma tatuagem da suástica nazista na nuca (81).

20M-1 (12/02/09):

- 82 **Une jeune femme brésilienne** affirme avoir été attaquée par trois néonazis [...].
- 83 [...] le **cas de maltraitance commis sur la personne** d'une jeune avocate brésilienne [...].
- 84 [...] **une jeune femme de 26 ans** en état de choc, recouverte de blessures [...].
- 85 La jeune femme **explique alors que trois hommes l'ont attaquée au couteau** [...].
- 86 **La victime** a ensuite été conduite par ambulance à l'hôpital pour des examens supplémentaires [...].
- 87 La jeune Brésilienne travaille en Suisse comme **juriste** pour une entreprise de transport danoise [...].⁵⁵
-

Quanto aos agressores e ao evento, nota-se paradigma de nomação semelhante, como podemos observar respectivamente abaixo:

20M-1 (12/02/09):

- 88 Une jeune femme brésilienne affirme avoir été attaquée par **trois néonazis** à Stettbach, en banlieue zurichoise [...].
- 89 [...] sur différentes parties de son corps, on peut lire SVP, **UDC en allemand** [...].
- 90 **Les néonazis** ont frappé des pieds et des poings ma fille avant de la blesser avec une lame de rasoir Gillette et de tracer les lettres SVP sur son corps [...].
- 91 La jeune femme explique alors que **trois hommes** l'ont attaquée au couteau [...].

⁵⁵ *Tradução livre nossa: Uma jovem brasileira* afirma ter sido atacada por três neonazistas [...] (82).
[...] o **caso de maltrato cometido** contra uma jovem advogada brasileira [...] (83).
[...] **uma jovem de 26 anos** em estado de choque, coberta de ferimentos [...] (84).
A jovem **explica então que três homens atacaram-na com uma faca** [...] (85).
A vítima foi em seguida conduzida por uma ambulância ao hospital para exames complementares. [...] (86).
A jovem brasileira trabalha na Suíça como **advogada** para uma empresa de transporte dinamarquesa. [...] (87).

20M-1 (12/02/09):

92 [...] l'un de ses **agresseurs** portait un tatouage de croix gammée dans la nuque⁵⁶

20M-1 (12/02/09):

93 Une jeune femme brésilienne affirme avoir été **attaquée** [...].

94 [...] **cas de maltraitance** commis sur la personne d'une jeune avocate brésilienne [...].

95 Victoria Cleaver, consule générale du Brésil à Zurich, a confirmé **l'agression** à nos collègues de 20 Minuten (on-line) [...].⁵⁷

Desse modo, os agressores também são descritos como *trois néonazis* (88), *trois hommes* (91) e o grupo *SVP* (89), e o evento como um *attaquée* (93), uma *agression* (95) e um *cas de maltraitance* (94). Todavia, esta última nomenclatura difere das empregadas pelo JC e pela FSP; de caráter mais eufemista, essa expressão suaviza o ato de violência.

Antes de passarmos para as próximas análises, ressaltamos aqui mais um aspecto: como se sabe, não só o enquadramento das vozes e dos discursos convocados na narrativa sobre o evento atribui distintos valores ao “fato”. As editoriais e os chapéus funcionam como filtros que categorizam os assuntos tratados, sendo responsáveis também por atribuir nomes aos eventos. Dessa forma, é interessante notar que, durante a construção desse caso, todas as notícias da FSP foram agrupadas sob o nome *cotidiano*; as do JC, *internacional* e as do jornal suíço *atualidades*. Isso nos mostra que o JC, como um periódico local, que faz parte do contexto familiar de Paula,

56 *Tradução livre nossa*: Uma jovem brasileira afirma ter sido atacada por **três neonazistas** em Stettbach, no subúrbio de Zurique [...] (88).

[...] em diferentes partes do seu corpo, pode-se ler SVP, **UDC em alemão** [...] (89).

Os neonazistas golpearam a minha filha com os pés e as mãos, antes de feri-la com uma lâmina de barbear Gillette e escrever as letras SVP no seu corpo [...] (90).

A jovem explica então que **três homens** atacaram-na com uma faca [...] (91).

[...] um de seus **agressores** tinha uma tatuagem da suástica nazista na nuca [...] (92).

57 *Tradução livre nossa*: Uma jovem brasileira afirma ter sido **atacada** [...] (93).

[...] **caso de maltrato** cometido contra uma jovem advogada brasileira [...] (94).

Victoria Cleaver, consulesa geral do Brasil em Zurique, confirmou a **agressão** aos nossos colegas de 20 Minuten (on-line) [...] (95).

ênfatiza esse acontecimento como um caso de maior amplitude, dando-lhe mais atenção. Ademais, a editoria internacional tem um status maior do que a voltada para os crimes diários, mais “banais”, geralmente inseridos na editoria *ciudades* (o que pode equivaler ao *cotidiano* da FSP).

SEGUNDO FOCO DISCURSIVO⁵⁸

Nós caracterizamos como segundo foco discursivo o período em que o caso passou a ganhar proporções maiores nos contextos nacional e internacional, envolvendo personagens importantes da política brasileira, como o presidente do Brasil Lula e o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, para se posicionar sobre o evento. Nesse período, o caso vai sendo caracterizado mais como uma agressão atrelada às motivações de ordem xenófoba. Os jornais, dessa forma, realizam um deslocamento discursivo no foco da narrativa, principalmente a FSP: antes voltada para o ato “brutal” cometido contra Paula, acentuam-se agora as causas desse tipo de violência. Esse movimento discursivo pode ser notado em ambos os jornais brasileiros aqui analisados, assim como no jornal suíço *20 Minuten* (*on-line*).

A partir do dia 13, observamos um maior número de notícias e outros gêneros jornalísticos publicados na FSP e no JC para relatar o caso⁵⁹. Inicialmente, nesse novo panorama adquirido pelo evento, instaurando discussões em âmbito social e político relacionadas à entrada e permanência de imigrantes na Europa, observamos numerosas vozes convocadas para se posicionar sobre o evento: o presidente do Brasil Lula; o ministro das Relações Exteriores do Brasil Celso Amorim; a consulesa-geral do Brasil na Suíça Victoria Cleaver, embora seu nome seja citado uma vez no JC; o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos; o encarregado de negócios da Embaixada da Suíça Claude Crottaz; o deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB), que é o presidente da Comissão de

58 O período que corresponde a esse foco discursivo engloba todas as notícias, as colunas, as frases etc., publicadas no dia 13 de fevereiro de 2009.

59 Ao todo, foram publicadas 8 notícias, 3 colunas, 1 entrevista, 3 frases e 1 chamada na FSP; 4 notícias, 1 nota, 1 coluna e 1 editorial no JC; e 1 notícia no jornal suíço 20M.

Relações Exteriores da Câmara; o pai Paulo Oliveira; o tio Silvio Oliveira; o noivo Marco Trepp; Joana, a faxineira de Paula e do seu noivo; Jussara, a atual esposa do pai de Paula; a Rede Globo; a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (Ecri); funcionários da multinacional farmacêutica A. P. Moeler Maersk, sem a individualização das fontes; o especialista em imigração do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa Jorge Malheiros; entre outras citadas e evocadas indiretamente, além daquelas mencionadas apenas pela FSP e pelo JC.

Essas vozes, além de se posicionarem a favor da versão de Paula, também contribuíram no processo de nomeação do evento, dos agressores e de Paula, em alguns momentos ratificando o emprego de certas nomeações, em outros construindo novas nomeações discursivas⁶⁰, como poderemos ver a seguir:

FSP-3 (13/02/09):

- 96 O galope da **selvageria**
- 97 O **atentado** contra a advogada brasileira Paula Oliveira nas imediações de Zurique é um desses **episódios tão bestiais** que dá vontade de passar ao largo, fingir que não leu, para não ter que aceitar que a humanidade ainda oferece tal grau de **selvageria**[...].
- 98 O **caso de Israel** talvez seja o mais emblemático: é assustador que a tribo que sofreu a mais cruel perseguição do século 20 ponha no “mainstream”, no início do século 21, o **partido de Avigdor Lieberman, que prega a limpeza étnica** (no caso, dos árabes).
- 99 [...] Mas a **xenofobia/racismo** não explica tudo. Há **casos de bestialidade** que não têm coloração ideológica. O Brasil é um repositório formidável de episódios do gênero.
- 100 O **diabo** – e aí não é força de expressão – é quando se soma ao **racismo** a violência que impregna a sociedade [...].
-

Nessa coluna, do repórter especial Clóvis Rossi, publicada pela FSP, observamos uma variedade de nomeações atribuídas ao evento: no

⁶⁰ Entre as vozes convocadas para abordar o caso, destacamos aqui as que mais interferiram no processo de nomeação.

enunciado (97), por exemplo, o enunciador caracteriza-o como um *atentado*, palavra que inscreve discursos transversais e memórias discursivas relacionadas ao terrorismo, em virtude desse termo ser geralmente empregado pela mídia para relatar “fatos” atrelados à guerra, como a do Iraque, de Israel e o 11 de Setembro⁶¹. Nesse mesmo enunciado (97), o modalizador *tão bestiais* retoma o nome do título – *selvageria* (96) – e fortalece a ideia de um crime bárbaro, selvagem, brutal, desumano cometido contra uma brasileira. Mais adiante, a partir do paralelismo realizado entre *xenofobia/racismo* e *casos de bestialidade* (99), referindo-se ao crime contra Paula Oliveira, o enunciador faz referência ao Brasil ser um país violento, fazendo uma ressalva ou abrindo uma brecha nesse discurso que engloba um consenso: o Brasil é palco de muitos crimes, contudo suas motivações em geral são outras.

Desse modo, apontando o caso que envolve Paula Oliveira como um crime de caráter *xenófobo* e *racista* (99), o enunciador defende a tese de que, esse tipo de *episódio* (97) ou *caso de bestialidade* (99), inscrito na história antiga, como o ocorrido em *Israel* (98), está avançando e ocorrendo de maneira brutal. As palavras *selvageria* (96), no título da notícia, e *diabo* (100), na conclusão – acompanhada de uma modalização autonímica, isto é, um comentário metalinguístico e *aí não é força de expressão* –, funcionam, portanto, como uma metáfora para se referir ao evento. Assim, os termos *selvageria* (96) e *bestialidade* (99) correspondem a um novo paradigma de nominação atribuído ao evento.

Em uma notícia publicada pelo JC, observamos um paradigma de nominação semelhante a partir do emprego de *barbárie inaceitável* (104) para se referir ao evento. Além dessa expressão, nomações anteriores são retomadas, como *ataque neonazista* (101), inserida no chapéu da notícia abaixo, e outras são construídas, como *crime gravíssimo* (103) e *ato xenofóbico* (105). Observamos também que muitas dessas nomações vão

61 Talvez, se fizermos uma investigação ampla dessa palavra, poderemos observar que durante a história ela foi empregada em diversos contextos pelos sujeitos, o que lhe permitiu carregar, com o passar dos tempos, uma ampla carga semântica de memórias, algumas recuperáveis nos novos contextos de uso.

sendo atribuídas ao evento a partir das vozes convocadas para se posicionar sobre o caso:

JC-3 (13/02/09):

101 » **ATAQUE NEONAZISTA**

102 [...] “Não podemos aceitar o que aconteceu e ficar calados diante de **tamanha violência cometida contra uma brasileira**. Pedimos que sejam punidos os agressores da **noossa companheira brasileira**”, reagiu Lula.

103 [...] O ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos classificou o **crime de “gravíssimo”**: “Ele traz de volta toda a temática do **horror do Holocausto**. Não pode haver tolerância com esses **intolerantes**”.

104 [...] [o governador de Pernambuco] Eduardo [Campos] classificou a agressão sofrida por Paula como “**uma barbárie inaceitável**”.

105 [...] No Itamaraty, Amorim disse que o crime tem todas as características de um **ato xenofóbico**.

106 [...] Na Assembléia Legislativa, o deputado Pedro Eurico (PSDB) fez um pronunciamento sobre o caso. “Este **processo de xenofobia odioso** lembra o período de **tortura da Inquisição**”, sentenciou Eurico [...].

Além dessas novas nomeações e do acento dado a nomes anteriores, porque retomados, nota-se nessa notícia o forte apelo político dado ao caso, a partir da convocação de numerosas vozes ligadas a esse contexto – aspecto evidenciado também nas outras notícias veiculadas nesse dia: o presidente Lula, o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, o deputado Roberto Magalhães, o governador de Pernambuco Eduardo Campos, o deputado Pedro Eurico, entre outras. Observamos ainda que o jornal insere grande parte dos discursos reportados entre aspas, ou, pelo menos, algumas das palavras atribuídas às fontes são delimitadas, em uma tentativa de acentuar a imagem e os valores que esses políticos têm do evento, contribuindo, assim, no processo de nomeação do caso Paula Oliveira.

Ademais, nota-se a presença de outros discursos inscritos nas palavras para referir-se ao caso, como os interdiscursos carregados pelas expressões *horror do holocausto* (103) e *tortura da Inquisição* (106), as quais evocam

na memória interlocutiva “fatos” históricos de perseguição e crueldade aos judeus e aos considerados “bruxos” pela Igreja Católica. Assim, as palavras *tortura* (106), *holocausto* (103) e *inquisição* (106) aludem a momentos da história em que pessoas foram perseguidas cruelmente por motivações ideológicas. Por isso, teríamos a partir do paralelo desses nomes com o evento, uma nova forma de nominar os agressores como também torturadores e inquisidores. E isso também pode ser observado no enunciado (98): o colunista quando comenta sobre o partido árabe de Avigdor Lieberman, caracterizando-o como aquele que prega a limpeza étnica, constrói um paralelo entre esse partido e a agremiação suíça de direita, o SVP. A partir da alusão aos crimes sofridos pelos israelenses durante a história, realizada através da palavra-evento *caso de Israel* (98), o colunista apela à memória do leitor e estabelece a comparação entre o SVP e o partido israelense. Desse modo, a partir da memória carregada pelas palavras citadas (103), (106) e (98), reacentua-se a imagem de intolerância atribuída ao SVP.

Há ainda outras nomações acentuadas ao longo de vários textos publicados nesse mesmo dia pela FSP, como podemos observar nos trechos abaixo:

FSP-4 (13/02/09):

- 107 [...] **Os skinheads** não nasceram com a crise internacional, e **a covardia** contra Paula não foi a primeira nem será a última [...].
- 108 [...] Em pequenas, médias e grandes cidades europeias, os riscos de violência contra turistas, estudantes ou imigrantes de nacionalidades consideradas “menos nobres” por **xenófobos** são outros: vexames em aeroportos, dias sem tomar banho até serem despachados de volta, perder os dentes a socos policiais e, agora, voltar com siglas de partidos de direita ou **grupos nazistas** marcadas a sangue no corpo. **É uma violência aguda**. Até quando? [...].
-

FSP-5 (13/02/09):

- 109 [...] Celso Amorim pediu rapidez à Suíça na investigação do **caso da brasileira** que sofreu cerca de 100 cortes por canivete.

FSP-5 (13/02/09):

- 110 [...] Amorim, que considerou o **crime “grave” e “chocante”**, disse que, caso fique provado que a agressão teve motivação xenofóbica, o crime ganha proporções muito mais graves [...].
-

FSP-6 (13/02/09):

- 111 O economista suíço Marco Trepp, que ficou noivo de Paula Oliveira na semana passada, afirmou ontem à Folha que a recuperação psicológica depois do **crime** preocupa mais a família do que as consequências físicas da **sessão de tortura**.
-

Nesses excertos, os atores convocados caracterizam o evento como também *crime grave e chocante* (110), a partir da voz do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim; *sessão de tortura* (111), por meio da voz do jornalista da FSP; *covardia* (107) e *violência aguda* (108), através da voz da colunista da FSP. Além disso, observamos que as nomeações atribuídas ao evento – por meio das vozes reportadas, palavras mencionadas, memórias comunicadas ou sugeridas – pela FSP e pelo JC se coadunam com as nomeações dos jornalistas para referir-se aos agressores. Essas nomeações, dentre outras observadas no editorial inserido abaixo, reacentuam a imagem de intolerância do grupo SVP/UDC:

JC-4 (13/02/09):

- 112 A violência é também **suíça**
- 113 [...] **Os facínoras tinham as cabeças raspadas, vestiam roupas pretas e um deles levava a suástica tatuada na cabeça**. O crime e seus agentes representam o que há de pior em violência neste século, remetendo-nos à **mesma agressão e personagens da SS, uma organização paramilitar ligada ao partido nazista alemão**. A identificação dos **bandidos suíços com a sigla SVP**, Partido do Povo Suíço, de ultradireita [...].

- 114 O local, Dubendorf, é próximo de Zurique, onde uma pesquisa mostrou, não faz muito tempo, que **um terço dos suíços eram xenófobos, isto é, tinham horror a estrangeiros**. De lá, da Suíça, **outrora modelo de civilização e de não violência**, chegaram também informações de organizações de direitos humanos constatando **o aumento da criminalidade relacionada com o racismo e ao crescimento do Partido do Povo Suíço**.
- 115 Além de mostrar que lá fora as coisas estão igualmente piores, a violência dos **jovens neonazistas** revela uma grave doença social para a qual deve nossa juventude ser imunizada. Explicando-lhe que esses **skinheads** são **frutos do que há de pior na história mais recente da humanidade**, as SS nazistas, nascidas da tropa de choque de Hitler quando ele dava os primeiros passos na direção da Segunda Guerra Mundial. As SS começaram com alguns poucos membros e chegaram a um milhão de homens durante a guerra [...].
- 116 A presença dessa ameaça na Suíça é alarmante, porque associada a um **movimento xenófobo** que se espalha pela Europa [...].
-

Nesse editorial, publicado pelo JC, observamos várias nomações atribuídas aos agressores; estes últimos, metonimicamente, passam a incluir a Suíça também, como apontado no título (112). Nominados como *facínoras de roupas pretas e cabeças raspadas* (113), *jovens neonazistas* (115), *skinheads* (115), *frutos do que há de pior na história mais recente da humanidade* (115), a imagem mais forte associada ao “outro” nesse texto é a de que os agressores de Paula fazem parte de grupos que perpetuam ideologias de tom nazista ou xenófobo. A caracterização dos agressores a partir dos traços físicos – usavam roupas pretas, eram carecas – ainda remete a outra imagem discursiva: a de grupos como o *Ku Klux Klan*, os quais, durante a história americana, cometeram atos violentos contra os negros.

Logo, trazendo principalmente como interdiscurso no texto a lembrança das agressões cometidas durante a guerra, a partir das palavras *Hitler*, *SS nazistas*, *Segunda Guerra Mundial*, esse discurso transversal é compreendido pelos leitores que partilham uma memória interlocutiva, construída durante a história e pela mídia. Assim, o enunciador, retomando o contexto histórico relacionado a Segunda Grande Guerra e a

Hitler, apresenta seu ponto de vista sobre o caso Paula Oliveira, baseando-se na gravidade do preconceito, caracterizado como *grave doença social* (115) que continua a se espalhar pelo mundo. No trecho (114), por exemplo, o enunciado “[...] um terço dos suíços eram xenófobos, isto é, tinham horror a estrangeiros”, a parte explicativa seguida pelo *isto é* intensifica a aversão ao outro. A expressão nominal definida para referir-se à Suíça como “[...] outrora modelo de civilização e de não violência” (114) põe em questão a ideia que muitos de nós temos sobre viver no estrangeiro.

Na FSP, observamos também paradigmas de nominação semelhante aos do JC:

FSP-5 (13/02/09):

- 117 [...] espancada e cortada com canivetes na segunda à noite em Dübendorf por **três rapazes carecas, que ostentavam suásticas tatuadas** [...].
- 118 [...] Nas pernas, os cortes formam a sigla SVP, iniciais em alemão do Partido Popular Suíço, de direita, **contrário à presença de imigrantes no país**.
- 119 Nos últimos anos, **o SVP promoveu uma série de propagandas racistas**. Em uma delas, ovelhas brancas chutavam para fora do mapa da Suíça ovelhas negras. Em outra, o partido afirma que o aumento da criminalidade na Suíça ocorreu por causa da imigração.
-

Entre essas nomações, inscritas nos enunciados acima, destacaremos a da (119): esse trecho, retomado várias vezes pela FSP e pelo JC, reacentua para o leitor o caráter racista do partido a partir da descrição de uma das propagandas do SVP. Como até o momento quase não houve o pronunciamento do SVP – o partido aparece brevemente em uma ou outra notícia, porém não nas principais –, o grupo é associado à imagem de *ovelhas brancas chutando ovelhas negras*, que representa a intolerância contra os estrangeiros, confirmando a representação do grupo a partir das nomações que lhe vão sendo atribuídas: *xenófobos* (108), *grupos nazistas* (108), *facínoras* (113), *bandidos suíços com a sigla SVP* (113), entre outras.

Em relação aos outros sujeitos envolvidos no evento, vale ressaltar além das nomações atribuídas a Paula Oliveira e ao pai Paulo Oliveira,

as atitudes do presidente Lula e do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim sobre o caso, porque o posicionamento favorável que esses representantes políticos realizam diante do acontecimento é retomado posteriormente pela FSP e pelo JC como uma crítica ao governo. Nesse sentido, entre as nomeações construídas sobre Paula Oliveira, encontramos, além das já conhecidas, outras mais acentuadas, como:

FSP-4 (13/02/09):

120 A Paula **somos nós**

121 [...] A agressão a **Paula** ocorre quando [...]

122 [...] Se a Paula fosse de Washington, Chicago, São Francisco ou Boston, seria **vítima** desse absurdo? Não. Então... se a história foi como foi, **a Paula somos todos e cada um de nós.**

FSP-5 (13/02/09):

123 **A advogada, que mora legalmente no país,** estava grávida de gêmeos [...].

FSP-7 (13/02/09):

124 [...] A família da **advogada** quer que ela se mude de volta para o Brasil [...].

JC-4 (13/02/09):

125 **A advogada recifense Paula Oliveira** acaba de descobrir, de forma trágica, que a criminalidade é um fenômeno globalizado [...].

JC-5 (13/02/09):

126 [...] da barbárie contra **a advogada recifense Paula Oliveira, 26 anos, atacada por skinheads neonazistas na Suíça** [...].

JC-3 (13/02/09):

127 No Recife, presidente cobrou das autoridades suíças punição para os agressores da **advogada pernambucana Paula Oliveira, espancada e marcada por skinheads.**

JC-3 (13/02/09):

128 [...] “Não podemos aceitar o que aconteceu e ficar calados diante de tamanha violência cometida contra **uma brasileira**. Pedimos que sejam punidos os agressores da **nossa companheira brasileira**”, reagiu Lula [...].

JC-6 (13/03/09):

129 [...] Amigos de longa data de **Paulinha** fazem questão de salientar o caráter dela. “É uma pessoa dócil, afável, rodeada de amigos. Estou sentindo um misto de revolta, solidariedade, compaixão”, diz o servidor federal José Soares, 27 anos, que estudou com a **pernambucana** na Academia Santa Gertrudes, em Olinda [...].

No enunciado (120), correspondente ao título de um artigo de opinião, o enunciador, ao afirmar que todos nós somos Paula, está apresentando a ideia de que nós, brasileiros, quando viajamos ou moramos no estrangeiro, seja de forma legal ou ilegal, não estamos seguros da violência xenofóbica ou racial. O uso do *nós* permite-nos incluir no caso de Paula, nos identificar com ela, colocando-nos em seu lugar e, conseqüentemente, provocando uma maior revolta – em âmbito da nação – contra a violência sofrida. O argumento desse texto recai sobre o paralelismo entre a violência brasileira e a ocorrida nos países europeus que, apesar de serem desenvolvidos, com condições de vida mais satisfatórias e uma melhor distribuição de renda, cometem atos bárbaros contra os seus visitantes que são, de fato, os que mantêm o funcionamento da economia com o turismo nos países ditos de “primeiro mundo”. O enunciado que finaliza esse artigo “a Paula somos todos e cada um de nós” (122)⁶² identifica-nos como “Paulas em potencial”. Essa predicação se faz interessante porque, a partir dela, observamos que muitas notícias, ao relatar o evento, não se preocupam em referir-se à protagonista pelos primeiro e segundo nomes, o que proporciona uma maior identificação entre o leitor brasileiro e o que ela sofreu, em virtude do que o caso representou para a nação.

62 Podemos observar também acerca desse enunciado que ele retoma alguns slogans da Revolução Francesa, ocorrida em maio de 1968, como: “A anarquia sou eu” e “O estado é cada um de nós” (40 ANOS..., 2008).

Entre outras nomeações construídas para referir-se a Paula Oliveira, encontramos além das comuns – *que mora legalmente no país* (123) e a *família da advogada* (124) – uma nova: *nossa companheira brasileira* (128), empregada pelo presidente Lula e acentuada pelo JC. Há também, ao lado da convocação da nacionalidade de Paula pelos jornalistas, a constante referência a sua naturalidade feita pela voz do jornalista do JC: *a advogada recifense Paula Oliveira* (125) e *a advogada pernambucana Paula Oliveira* (127). Ademais, o JC reporta vozes familiares a Paula, como de amigos, que empregam diminutivos para se referir a ela, atribuindo um tom de intimidade para com a protagonista do evento: *Paulinha* (129).

A partir do emprego dessas nomeações, que revelam o posicionamento do jornal a favor de Paula, observamos também que, no JC, a referência ao seu pai permanece marcadamente vinculada a alguns representantes políticos do estado de Pernambuco (131), enquanto que na FSP o jornalista apenas menciona seu cargo político (130):

FSP-5 (13/02/09):

130 O assessor parlamentar Paulo Oliveira, pai de Paula, se diz “revoltado” com o relacionamento da Polícia da Cidade de Zurique [...].

JC-5 (13/02/09):

131 [...] Sem conseguir contato com o pai da jovem – o assessor do deputado Roberto Magalhães, Paulo Oliveira –, o governador colocou Lula ao telefone com o parlamentar. João Paulo também marcou com Lula novo encontro [...].

Em relação ainda a esse contexto político, observamos que a convocação das vozes desse âmbito fundamenta a argumentação do jornalista sobre a motivação do crime ser de viés racista, xenofóbico:

FSP-5 (13/02/09):

132 [...] O chanceler Celso Amorim disse ontem que há claras evidências de xenofobia na agressão contra a advogada brasileira Paula Oliveira, 26, na Suíça.

FSP-5 (13/02/09):

- 133 “A moça não foi assaltada, aparentemente não houve estupro. Não que essas outras coisas diminuíssem o caso, apenas denotam outra motivação.”
- 134 O ministro das Relações Exteriores telefonou para a cônsul-geral do Brasil na Suíça, Vitória Cleaver, pedindo que exija rapidez na investigação - nos meios diplomáticos, isso só ocorre em casos excepcionais.
-

JC-3 (13/03/09):

- 135 Em visita ontem a Pernambuco, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva exigiu respeito aos brasileiros que moram fora do País, em seu primeiro comentário a respeito do ato de barbárie contra a advogada recifense Paula Ventura de Oliveira, 26 anos, atacada a socos e chutes por três skinheads neonazistas na cidade suíça de Dubendorf, próximo a Zurique, na segunda-feira à noite [...].
- 136 [...] “Não podemos aceitar o que aconteceu e ficar calados diante de tamanha violência cometida contra uma brasileira. Pedimos que sejam punidos os agressores da nossa companheira brasileira”, reagiu Lula. “O Brasil tem sido um exemplo de como receber os estrangeiros. Vivemos em paz com estrangeiros.”
-

A atribuição dessas vozes, em esquemas como DI e DD entre aspas, para comentar o caso Paula acentua sentimentos como indignação e revolta. Reporta-se de um lado que o presidente Lula *exige* respeito (135), verbo que funciona como uma ordem. De outro, acentua-se entre aspas as vozes do presidente Lula (136) e do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim (133), as quais além de indicarem fidelidade ao dito trazem em suas declarações um forte apelo emotivo ao posicionamento deles sobre o acontecimento. Durante a narrativa do evento, atribui-se ao discurso de Lula o verbo *reagir* (136) que acentua a imagem de protesto do presidente. Ademais, o discurso indireto do ministro Celso Amorim (132) sobre a certeza da motivação xenofóbica do caso adquire um peso semântico no jornal, pois mostra que o jornalista toma-o também como seu, aderindo a visão do ministro.

Damos atenção aqui a outro aspecto acerca da representação das vozes: a atribuição das palavras *exigiu respeito* (135) e *reagiu* (136) à voz de Lula

funciona como avaliações por parte dos jornais sobre as atitudes do presidente, construindo a imagem de que Lula está inconformado e indignado com a situação. Elas terão uma maior importância semântica *a posteriori*, pois, com a reviravolta do caso, serão realizadas críticas a essa postura assumida pelo presidente, o que será visto mais adiante.

É interessante notar que, nesse segundo dia, o caso Paula Oliveira caracteriza-se por apresentar o foco na questão da *nacionalidade*, manifestado pelos atores convocados, cujos dizeres envolvem relações internacionais. Nesse panorama, numerosos discursos são convocados para ilustrar que ainda existe intolerância com o estrangeiro (137) e ratificar a possível hostilidade aos brasileiros no exterior (138 e 139). Esses discursos são reportados no esquema de DI, o qual permite ao jornalista reportar os acontecimentos e dizeres outros da forma que mais lhe convém, acentuando seu ponto de vista sobre o assunto:

FSP-8 (13/02/09):

137 Num relatório de 2004, **a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (Ecri) alertava para o perigo de atos racistas na Suíça**, especialmente contra pessoas de origem africana [...].

[...] No dia 1º deste mês **em Roma, um morador de rua indiano de 35 anos foi queimado** enquanto dormia perto de uma estação de trem em Roma [...].

Na Itália, os ciganos, mas também indianos, paquistaneses e africanos, são elementos vulneráveis da população estrangeira [...].

FSP-8 (13/02/09):

138 [...] **No caso dos brasileiros, o demógrafo afirma que são alvos de uma certa estigmatização em Portugal**, onde a comunidade brasileira é numerosa e visível, e, por extensão, em outros países europeus.

JC-7 (13/02/09):

139 Grupos de brasileiros que moram na Suíça organizam um protesto neste fim de semana contra as agressões a Paula. [...] **Nas comunidades, outros brasileiros relatam terem sofrido agressões por supostos skinheads no país.**

Antes de passarmos para a análise do jornal suíço *20 Minuten* (on-line), enfatizamos aqui que o JC cita-o para reportar a voz do “outro lado” da história, enquanto a FSP faz referência a outro periódico suíço: o *Neue Zürcher Zeitung*. Isso é feito quando se começa a noticiar na Suíça uma nova versão sobre o evento, que considera a hipótese de automutilação. Embora se comente no dia 13 de fevereiro essa possibilidade, a “reviravolta” do caso só ocorre posteriormente e, por isso, passaremos a abordar esse lado da história mais adiante. De antemão, antecipamos que, embora boa parte das vozes reportadas ratifique a versão de Paula Oliveira, encontramos a Polícia da Cidade de Zurique e o porta-voz do SVP Alain Hauert entre as vozes que aparecem contradizendo – com cautela – a versão de Paula. Enquanto a polícia suíça pede desculpas por ter afirmado que o caso era uma “armação” e solicita testemunhas, o SVP defende a punição dos agressores. Isso será totalmente modificado na sequência do evento. Todavia, antes de mostrarmo-las, apontaremos algumas nomeações construída sobre o caso pelo periódico *20 Minuten* (on-line).

Um dia depois de anunciar o caso, esse periódico suíço traz a tese da automutilação. A notícia do dia 13, construída basicamente em resposta à imprensa brasileira, retoma o caso para afirmar principalmente que a Suíça é um país seguro e não se caracteriza por ser xenófobo. Desconstruindo a versão de Paula Oliveira – do ataque à gravidez – o jornal relata alguns aspectos do evento como incertos e, por isso, duvidosos:

20M-2 (13/02/09):

140 Zones sensibles évitées

Aucune blessure ne se trouve dans un endroit particulièrement sensible comme les seins ou le pubis. Toutes sont par ailleurs de forme semblable et ont **vraisemblablement** été assénées avec une sorte de couteau [...].

141 [...] La femme n'était pas enceinte le soir de **la prétendue agression**, ont constaté les médecins [...].

142 La police zurichoise avait décidé de ne pas informer tout de suite le public sur le cas de la jeune Brésilienne, car trop d'éléments restaient peu clairs. Mais des photos des blessures sont parues dans des médias de son pays. **Ces derniers ont prétendu** que la femme **avait été victime** d'une attaque néonazie et ont reproché à la police d'avoir mal travaillé [...].⁶³

O emprego nesses enunciados do modalizador *vraisemblablement* (140) e das formas verbais *prétendue agression* (141), *prétendu e avait été victime* (142) revelam probabilidade; desse modo, o uso delas, ao longo da notícia, contribui para comunicar a ideia de algo pouco provável, falso, inverídico. Como o assunto da notícia gira em torno da hipótese da automutilação considerada pela polícia suíça, o enunciado “Zones sensibles évitées” (140), ocupando a posição de intertítulo no meio do texto, funciona como um topicalizador que resume as falas da perícia, as quais explicam que os cortes não atingiram os seios e o púbis, região mais sensível da mulher, mas os braços, as pernas, o pescoço e o ventre. Assim, evitando essas regiões mais frágeis, a Polícia da Cidade de Zurique aposta na automutilação.

Aderindo ao lado da polícia suíça, e não mais tecendo críticas sobre a postura e atitude dela, o periódico ora justifica algumas atitudes dessa instituição (143); traz outras vozes para fundamentar a defesa da automutilação, aspeando alguns dos dizeres outros (144); relata dizeres que servem como “respostas” ao discurso já-dito da imprensa brasileira (145); cita também no fio do discurso horizontal do texto outros discursos transversais que ratificam o posicionamento do jornal/da polícia/Suíça contra a versão de Paula, mencionando, por exemplo, um caso semelhante de uma

63 *Tradução livre nossa: Zonas sensíveis evitadas*

Nenhum ferimento se encontra em áreas particularmente sensíveis como os seios ou o púbis. Todas têm, aliás, forma semelhante e foram distribuídas, **verossimilmente**, com espécie de faca [...] (140).

[...] A mulher não estava grávida na noite da **pretendida agressão**, constataram os médicos [...] (141).

A polícia de Zurique havia decidido não informar imediatamente ao público o caso da jovem brasileira, já que muitos dados permaneciam poucos claros. Mas, fotos dos ferimentos apareceram nos veículos de comunicação do seu país. **Estes últimos afirmaram que** a moça **tinha sido vítima** de um ataque neonazista e criticaram a polícia pelo trabalho mal feito [...] (142).

brasileira que disse ter sido vítima de uma agressão xenófoba (146), como podemos ver abaixo:

20M-2 (13/02/09):

- 143 [...] **Pour des raisons tactiques**, la police ne veut pas donner plus d'information pour l'instant [...].
- 144 Le médecin responsable des analyses médico-légales, **le professeur Walter Bär** a parlé «d'un cas d'école» devant les médias vendredi à Zurich [...].
- 145 «La Suisse est sûre» [...] La responsable municipale de la police, Esther Maurer, y a par ailleurs pris la parole pour défendre le travail des enquêteurs et **tenter de corriger la mauvaise image que le cas a donné de la ville à l'étranger** [...] Les Zurichois et les Suisses sont tolérants, a déclaré **la socialiste**. «Notre pays est sûr pour les étrangers comme pour les Suisses. **Tous les Brésiliens et les Brésiliennes sont cordialement bien-venus chez nous**».
- 146 [...] La jeune Brésilienne, toujours hospitalisée, ne serait pas la première à s'être mutilée et à prétendre être victime d'une agression à caractère xénophobe. **L'affaire rappelle le cas d'une autre jeune femme qui avait affirmé avoir été victime d'une attaque antisémite en été 2004 dans un train à Paris** [...].⁶⁴
-

Sobre a nomeação, a responsável pela Polícia da Cidade de Zurique é nominada, posteriormente, como *la socialiste* (145). Essa palavra carrega uma ampla memória, contribuindo, todavia, para representar a polícia como um grupo que visa *o bem comum* e, dessa forma, constrói uma imagem positiva dessa corporação – o que contradiz com o veiculado pela mídia brasileira. Além dessa nomeação, que se acentua sobre as outras pelo seu “ineditismo”, observamos poucas diferenças entre os nomes atribuídos ao caso (147 e 148), a Paula (149, 150, 151 e 152) e aos agressores (153 e 154), apresentados respectivamente abaixo:

64 *Tradução livre nossa*: [...] **Por razões táticas**, a polícia não quer mais dar informação no momento [...] (143).

O médico responsável pelas análises forense, **o professor Walter Bär**, falou na sexta-feira “de um caso clássico” para os veículos de comunicação, sexta-feira em Zurique [...] (144).

20M-2 (13/02/09):

147 **Brésilienne retrouvée tailladée a Zurich**

148 La police zurichoise avait décidé de ne pas informer tout de suite le public sur **le cas de la jeune Brésilienne** [...].⁶⁵

20M-2 (13/02/09):

149 **La jeune femme** a été retrouvée avec les lettres SVP [...].

150 **La Brésilienne** a de nombreuses entailles superficielles [...].

151 **La femme** n'était pas enceinte [...].

152 **La jeune Brésilienne** [...].⁶⁶

20M-2 (13/02/09):

153 [...] A certains endroits on peut lire les initiales «**SVP**» («UDC» en allemand), ont constaté les experts.

154 La jeune femme a indiqué aux policiers qu'elle a été agressée par **trois inconnus dans la gare de Zurich-Stettbach** lundi soir [...].⁶⁷

“A Suíça está segura” [...] A responsável municipal da polícia, Esther Maurer, tomou a palavra para defender o trabalho dos investigadores e **tentar corrigir a imagem negativa que o caso deu à cidade para o mundo** [...] Os zuriquenhos e suíços são tolerantes, declarou a **socialista**. “Nosso país é seguro para os estrangeiros, assim como para os suíços. **Todos os brasileiros e brasileiras são cordialmente bem vindos no nosso país.**” (145)

[...] A jovem brasileira, ainda hospitalizada, não seria a primeira a ter se auto-mutilado e a afirmar ser vítima de uma agressão xenófoba. **Esse caso lembra outro de uma jovem que afirmou ter sido vítima de um ataque anti-semita no verão de 2004 em um trem em Paris.** [...] (146).

65 *Tradução livre nossa:* **Brasileira encontrada cheia de cortes em Zurique** (147).

A polícia de Zurique havia decidido não informar imediatamente ao público sobre o **caso da jovem brasileira** [...] (148).

66 *Tradução livre nossa:* **Jovem** foi encontrada com as letras SVP [...] (149).

A brasileira tem numerosos cortes superficiais [...] (150).

A jovem não estava grávida [...] (151).

A jovem brasileira [...] (152).

67 *Tradução livre nossa:* [...] Em certos lugares podemos ler as iniciais “**SVP**” (“UDC” em alemão), observaram os especialistas (153).

A jovem relatou aos policiais que foi agredida por **três desconhecidos** na estação de Stettbach, em Zurique, na noite de segunda-feira [...] (154).

Para finalizar essa parte, ressaltamos que, de maneira geral, o relato do caso e a referência feita a Paula pela FSP e pelo JC ocorrem a partir da adesão desses veículos à versão de Paula Oliveira, enquanto o jornal *20 Minuten* (*on-line*), por outro lado, emprega o futuro do pretérito (155) e grupos modalizadores para se distanciar do dito (140, acima), o que revela a insegurança do jornal diante da versão do caso afirmada por Paula Oliveira:

20M-2 (13/02/09):

155 La jeune femme a indiqué aux policiers qu'elle a été agressée par trois inconnus dans la gare de Zurich-Stettbach lundi soir. Suite à cela, elle aurait fait une fausse couche dans les toilettes de la gare, a-t-elle raconté.⁶⁸

Passaremos agora para o terceiro foco discursivo, quando se deu a “reviravolta” do caso.

TERCEIRO FOCO DISCURSIVO

Este terceiro foco discursivo, caracterizado em virtude das novas informações noticiadas sobre o caso, levando-o a um caminho axiológico distinto, é o maior de todos os analisados, embora um dos mais redundantes em termos “informativos”; porque nele é operado um movimento discursivo de constante retomada das primeiras informações veiculadas sobre o evento que passam a ser confrontadas com os novos dados obtidos através da investigação da Polícia da Cidade de Zurique. Esse período, do dia 14 de fevereiro de 2009 até 13 de março de 2010, engloba o mitigamento do papel de Paula Oliveira como a “vítima” da história. De fato, ela torna-se a “culpada” pelo ocorrido. Entretanto, a “culpabilidade” não recai apenas nela: a reviravolta do caso é também um elemento determinante para os jornais criticarem a postura do governo, mais especificamente, o posicionamento

68 *Tradução livre nossa*: A jovem relatou aos policiais que foi agredida por três desconhecidos na estação de Stettbach, em Zurique, na noite de segunda-feira. Na sequência, ela **teria sofrido** um aborto no banheiro da estação, ela contou (155).

imprudente que o presidente Lula e o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim tiveram diante do caso.

Diante do tamanho do *corpus*⁶⁹ – e evitando a redundância na amostragem das análises – destacaremos os enunciados mais significativos desse período. Nesse momento, muitas das nomeações atribuídas ao caso, a Paula e aos agressores mudam, assim como a própria forma de se reportar ao evento e a maneira de relatá-lo. Os periódicos, posicionando-se em tom de dúvida, nominam-no por meio de verbos e nomes que revelam a insegurança do jornal/jornalista e das vozes diante do que aconteceu:

FSP-9 (14/02/09):

156 [...] Mesmo sabendo que a investigação ainda não foi concluída e que o resultado final **pode comprovar a versão da advogada pernambucana** [...].

FSP-10 (14/02/09):

157 Perícia nega gravidez e **sugere** automutilação

158 Segundo a longa experiência dos médicos, é possível colocar em primeiro plano a **possibilidade de automutilação** [...].

FSP-11 (14/02/09):

159 [...] Ontem, porém, multiplicavam-se **as dúvidas sobre a veracidade da história** e especulações de bastidores sobre os motivos que teriam levado Paula a ir tão longe [...].

JC-8 (14/02/09):

160 O ultracionalista suíço SVP, que prometeu punir **o suposto ataque** [...].

JC-9 (14/02/09):

161 Polícia nega gravidez e **sugere que** pernambucana se mutilou.

162 “Com base nos exames, não havia gravidez no momento do **suposto acontecimento**”, disse Bär [...].

⁶⁹ Ao todo, analisamos para esse período 32 notícias, 5 colunas, 1 artigo de opinião, 1 entrevista, 1 matéria do tipo “perfil”, 9 frases, 1 erramos, 8 cartas de leitores, 6 notas, 3 chamadas, entre outros gêneros da FSP; 41 notícias, 1 matéria especial, 11 colunas, 1 artigo de opinião, 1 nota, 3 entrevistas, 2 cartas dos leitores do JC; e 7 notícias do jornal suíço *20 Minuten* (on-line).

JC-10 (14/02/09):

163 Improvável

O irmão de Paulo Oliveira e tio de Paula, o coronel da reserva da Aeronáutica Silvio Oliveira, diz que considera improvável que a sobrinha tenha se automutilado [...].

FSP-14 (15/02/09):

164 [...] no momento da agressão que teria sofrido [...].

JC-16 (15/02/09):

165 [...] Um dia após a polícia suíça dizer que a advogada pernambucana Paula Oliveira, 26 anos, não estava grávida quando sofreu uma **pretensa agressão** por parte de neonazistas na cidade de Dubendorf, seus pais deram ontem **declarações desencontradas** [...].

FSP-18 (16/02/09):

166 Uma semana depois da **suposta agressão sofrida** por Paula Oliveira num subúrbio de Zurique, a polícia suíça ainda não encontrou nenhuma evidência que corrobore a **versão da brasileira** [...].

Observamos nesses trechos que a escolha de certos verbos e tempos verbais (futuro do pretérito, por exemplo), como *suposto* (160 e 162), *sugere* (157 e 161), *teria sofrido* (164), entre outros, funcionam como modalizações autonômicas realizadas pelo jornalista para revelar algo incerto, que não corresponde à realidade. Nos enunciados (157) e (161), por exemplo, inseridos como títulos de notícias, é ainda maior o cuidado da FSP e do JC, respectivamente, em relatar a posição da polícia sobre o evento – nominado agora a partir da palavra *versão*: *versão da advogada* (156) e *versão da brasileira* (166). O uso do verbo *sugerir* (157 e 161) suaviza a informação sobre os resultados das investigações, referindo-se com cautela à polícia, cujo comportamento fora antes criticado pela família e pelo jornal.

No trecho (163), a expressão *improvável*, inserida como intertítulo da notícia, também acentua o tom de dúvida do jornal sobre a não veracidade do caso; esta, contudo, é retomada a partir da voz do tio de Paula Oliveira, o qual também mostra incerteza, agora da parte familiar. No enunciado (164), embora o jornalista use a palavra *agressão* para se referir ao caso,

nominação utilizada anteriormente, o emprego do verbo no futuro do pretérito com o particípio – *teria sofrido* – muda completamente o sentido da enunciação. No (165), as expressões *pretensa* e *desencontradas* correspondem a modalizadores que tecem avaliações sobre a *agressão* e as *declarações* do pai Paulo Oliveira, respectivamente; a expressão *desencontradas* (165), inclusive, é uma crítica do jornal/jornalista ao discurso do pai de Paula e, conseqüentemente, ao evento.

Um pouco mais adiante, quando os resultados das investigações passaram a indicar com mais certeza que o caso corresponde a uma invenção por parte de Paula Oliveira, observamos, nas nomeiações do jornal e das vozes convocadas uma mudança de tom:

FSP-11 (14/02/09):

167 Itamaraty considera **caso constrangedor**

FSP-12 (14/02/09):

168 [...] Sobre os cortes no corpo dela, o legista responsável pelo caso disse que **há fortes indícios de automutilação** [...].

FSP-15 (15/02/09):

169 Estamos todos morrendo de vergonha com a **reviravolta do caso Paula Oliveira**: ninguém viu skinhead nenhum, há possibilidade de automutilação, e a **moça nem sequer** estava grávida.

170 [...] **Um vexame!** O que seria selvageria neonazista está confluindo para uma patologia individual, em que a vítima é também tristemente ré.

JC-20 (19/02/09):

171 [...] setores da mídia suíça afirmaram que a bacharela em direito já teria confessado à polícia que tudo foi uma tudo foi uma **farsa** [...].

JC-22 (19/02/09):

172 [...] Ela disse que desenhou as suásticas com a ajuda do namorado. Foi condenada a 4 meses de detenção por inventar um **crime imaginário** [...].

FSP-23 (22/02/09):

173 [...] Só que na Suíça, diferentemente do Brasil, a lei e a Justiça funcionam e a **pilantragem** foi rapidamente descoberta [...].

FSP-24 (22/02/09):

174 [...] a história de Paula parecia ter todos os elementos de uma **fábula** [...].

175 **Um roteiro com requintes de filme**, como a suástica tatuada na nuca de um dos três agressores e uma gravidez de gêmeas [...].

176 [...] Mas na última quinta-feira a versão desmoronou: era tudo **mentira** [...].

177 Socorrida por um pai ao alcance de amigos influentes, Paula propagou rapidamente sua história, num **espetáculo público** cujas razões, além de um **mórbido exibicionismo**, ainda são um mistério que a Procuradoria de Zurique está tentando desvendar [...].

JC-23 (22/02/09):

178 [...] **a encrenca que** essa jovem advogada pernambucana **se meteu** na Suíça [...].

JC-31 (12/03/10):

179 [...] Afirmou ainda que, passados 396 dias do **polêmico episódio**, Paula quer “tranquilidade” [...].

Assim, entre os dizeres atribuídos ao evento, temos: *caso constrangedor* (167), nomeação feita partir da voz do Itamaraty; *um vexame* (170), nome dado por uma colunista; *farsa* (171), *crime imaginário* (172), *espetáculo público* (177), *mórbido exibicionismo* (177), *polêmico episódio* (179), entre outras, realizadas por meio da voz do jornal; e até *pilantragem* (173) e *encrenca* (178), referências feitas por leitores sobre o evento. É interessante retermos aqui a passagem de *possibilidade de automutilação* (158), por exemplo, para fortes *índices de automutilação* (168) que traz outro posicionamento sobre o caso.

Além dessas novas nomeações, o caso Paula Oliveira também é caracterizado por retomadas de nomes anteriores, embora isso seja feito com menor frequência. Entre as nomeações retomadas e reacentuadas,

encontramos: *caso da advogada Paula Oliveira* (180), atribuída pelo jornalista; *barbárie* (181), nomeação retomada por um colunista; *caso da pernambucana Paula Oliveira* (182), dada pelo JC; *caso da brasileira* (183), nome retomado por um colunista da FSP; dentre outras:

FSP-13 (14/02/09):

180 [...] o presidente Lula mudou o tom do discurso em relação ao **caso da advogada Paula Oliveira**, 26 [...].

JC-11 (14/02/09):

181 Mais da **barbárie**

Já passava da 0h em Brasília quando o senador Marco Maciel recebeu ligação de Zurique, de Paulo Oliveira, pai da advogada pernambucana Paula Oliveira, agredida na Suíça, [...].

JC-21 (19/02/09):

182 A reação da população suíça ao **caso da pernambucana Paula Oliveira** pode ser medida pelo tom de indignação de internautas no site de relacionamentos Facebook ao caso da pernambucana Paula Oliveira [...].

FSP-22 (20/02/09):

183 O **caso da brasileira** que teria sido atacada por skinheads na Suíça trouxe inúmeras lições [...].

JC-24 (24/02/09):

184 [...] O premiê britânico Gordon Brown comprou encrenca com o governo suíço, mas aliviou, sem querer, a barra de Lula, que ameaçou ir à ONU depois do “**ataque xenófobo**” à brasileira Paula Oliveira [...].

Além dessas retomadas e das novas nomeações veiculadas pelos jornais, citadas acima (167 a 179), enfatizamos que a FSP passa a empregar *advogada pernambucana* (156) ao invés de *advogada brasileira*, nomeação comum nos dias anteriores, e acentua a *naturalidade* de Paula Oliveira antes silenciada. Contudo, *pernambucana* é uma palavra que carrega uma ampla memória discursiva negativa atrelada ao estereótipo do nordestino, em geral mal visto pelos brasileiros do sul e sudeste. Ressaltamos ainda

acerca dessa nova nomeação da FSP, já empregada anteriormente pelo JC (16 e 21), que, embora seja a mesma palavra *pernambucana*, cada periódico utiliza-a com valores e propósitos distintos.

Entre as caracterizações atribuídas a Paula Oliveira, encontramos as seguintes nomeações:

JC-9 (14/02/09):

185 [...] Paula é **uma pessoa “equilibrada”** e que não teria motivos para se autoflagelar.

JC-10 (14/02/09):

186 “**Ela tem lúpus** (doença autoimune que pode trazer dificuldades para engravidar) e, por isso, essa foi uma gravidez muito comemorada por nós e por eles (Paula e o noivo Marco Trepp)”, prossegue Jussara, mãe de uma adolescente de 13 anos, meia irmã de Paula [...].

JC-12 (14/02/09):

187 [...] Paula Oliveira é **portadora de uma doença autoimune** [...].

FSP-20 (19/02/09):

188 A pernambucana Paula Oliveira, 26, passou oficialmente ontem **de vítima a suspeita** [...].

FSP-23 (22/02/09):

189 [...] A **farsante** corre, agora, o risco de ir para a cadeia [...].

FSP-24 (22/02/09):

190 De **mártir da xenofobia a protagonista de uma farsa mirabolante**, Paula Oliveira, 26 [...].

JC-25 (26/02/09):

191 [...] a **bacharela em direito pernambucana** Paula Ventura de Oliveira, 26 anos [...].

JC- 28 (17/10/09):

192 [...] a pernambucana Paula Oliveira, 27 anos, **que há oito meses simulou ter sido atacada** por um grupo de neonazistas, perdendo os filhos gêmeos que dizia estar esperando [...].

JC- 29 (21/11/09):

193 Pernambuco que simulou ataque de neonazistas em fevereiro [...].

FSP-26 (12/03/10):

194 Advogada pernambucana, que está desempregada, foi condenada por confundir a Justiça suíça ao simular ataque de skinheads [...].

Em uma perspectiva diacrônica, notamos que as nomeações atribuídas pelos jornais acentuam outros aspectos, os quais não envolvem mais uma nação. Perdendo a sua importância política *a priori*, o caso se resume a uma simples história inventada por uma jovem com lúpus, portadora de *uma doença autoimune* (186 e 187), *que está desempregada* (194), *farsante* (189), esse nome dado por um leitor, e *que simulou um ataque* (193). Essas novas nomeações não mais a caracterizam como uma cidadã *brasileira* e uma pessoa honesta. Além disso, o JC, mais adiante, “descobre” que Paula Oliveira não pode ser nominada como *advogada*, porque não realizou o teste da OAB. Logo, passaram a nominar-lhe exaustivamente como a *bacharela em direito* (206).

É interessante observar ainda que Paula Oliveira passa a ser nominada também em função da sua *sanidade*, senda caracterizada ora como *doente* (186 e 187), ora como uma *pessoa equilibrada* (185), incapaz de ter inventado a história do ataque. E, apesar de os jornais passarem a relatar o caso como *a versão da brasileira/pernambucana*, em outros momentos, eles trazem nomeações que evocam discursos tendenciosos e preconceituosos, criando mais polêmica em torno da sua imagem:

FSP-16 (15/02/09):

195 [...] ela não é clandestina nem tem ficha policial nem antecedentes comprometedores. Para que inventaria a história? [...].

No enunciado anterior (195), o colunista, ao nominar Paula Oliveira pelo fato de ela não ser *clandestina* e *sem passagem pela polícia*, põe em discussão alguns valores que fazem parte do senso comum: se ela tem

um passado limpo, é uma pessoa de bem, correta e que segue as normas sociais, não poderia ter inventado o ataque. O mesmo ocorre no enunciado abaixo (196), o qual retoma o argumento do pai Paulo Oliveira para defender Paula das acusações da polícia (197):

FSP-7 (13/02/09):

196 [...] A postura inicial da polícia suíça foi stalinista, de transformar a vítima em acusado. Os policiais que a conduziram ao hospital a pressionaram para que ela confessasse que inventou tudo. Mas agora viram que **ela está legalmente no país, não veio se prostituir, é uma pessoa de bem** [...], disse ontem Paulo Oliveira à Folha, por telefone.

FSP-16 (15/02/09):

197 Por mais que a maioria se mate de trabalhar, clandestinos ou não, os escândalos provocados por uma minoria de vigaristas contaminam todos, a ponto de ter ouvido, uma vez, de uma brasileira residente em Portugal, que **todas as brasileiras são tratadas como prostitutas** [...].

Nesses trechos, aborda-se a ideia preconceituosa sobre a mulher brasileira que, sendo prostituta, não poderia ser uma pessoa de bem (196); e a imagem enraizada no imaginário do estrangeiro que as brasileiras são mulheres fáceis que, quando no exterior, aceitam se prostituir em busca de melhores condições de vida (197). A partir do levantamento desses discursos, o primeiro pelo pai e o segundo por um colunista, Paula Oliveira é nominada como aquela que não se encaixa nessas opções e, assim, o ataque é verdadeiro.

Além dessas nomeações atribuídas a Paula Oliveira, a maioria delas elaborada em tons polêmicos, os agressores, o SVP em potencial, permanecem com as mesmas nomeações – como *skinheads* (199) e *simpatizantes do nazismo/neonazismo* (200 e 204) – e, em outros momentos, são nominados a partir de expressões mais suaves para caracterizar a ideologia do grupo, como *partido de direita cuja sigla foi escrita* [...] (202) e *UDC* (União Democrática do Centro) (203), esta última aparecendo pela primeira vez:

JC-13 (14/02/09):

198 O SVP, contrário a benefícios imigratórios, sugere que a Suíça deve punir estrangeiros “mentirosos”, suspendendo vistos de trabalho.

FSP-11 (14/02/09):

199 [...] Não combina com a hipótese de ataque rápido e cruel de **skinheads verdadeiros**.

JC-15 (14/02/09):

200 Amigo do advogado Paulo Oliveira, que foi seu auxiliar de primeiro escalão na prefeitura do Recife, o deputado Roberto Magalhães usou a tribuna da Câmara Federal para repudiar **o atentado que simpatizantes do nazismo teriam perpetrado** contra a filha dele, Paula, segunda-feira passada, na Suíça.

JC-18 (16/02/09):

201 [...] A mudança de postura se deu devido à reviravolta no caso, ocorrida com a versão oficial da polícia suíça, que descartou que Paula tenha sofrido aborto no dia da agressão e sugeriu que ela pode ter feito os cortes de estilete – atribuídos aos **radicais** – no próprio corpo [...].

JC-20 (19/02/09):

202 [...] Citando fontes policiais, a revista conservadora Die Weltwoche, ligada ao SVP (**partido de direita cuja sigla foi escrita a estilete no corpo da pernambucana por três skinheads**, na versão de Paula) [...].

FSP-25 (25/04/09):

203 [...] Em seu corpo, havia marcas da sigla SVP (Partido do Povo Suíço) também conhecido como **UDC (União Democrática do Centro)** que defende políticas anti-imigrantes consideradas racistas pela oposição.

JC-30 (17/12/09):

204 O desmentido da notícia da agressão de conotação xenófoba à advogada brasileira Paula Oliveira por **supostos militantes de um partido nacionalista suíço e simpatizantes do neonazismo** [...].

Observamos nesses trechos que os jornalistas fazem o uso frequente da palavra *simpatizantes* ao lado de *nazistas* e *neonazistas* (200 e 204), assim como de expressões menos incisivas – *contrários aos benefícios imigratórios* (198) – para referir-se ao SVP, colocando em dúvida a existência desses agressores – *skinheads verdadeiros* (199). O partido suíço, embora permaneça com a imagem associada ao racismo e ao neonazismo, passa a reivindicar, durante as investigações do evento, que a polícia descubra os agressores, mostrando-se, assim, solícitos com a causa de Paula Oliveira. E, quando a Polícia da Cidade de Zurique relata a inexistência da gravidez e a automutilação cometida pela protagonista do evento, os jornais expõem que o SVP poderia exigir a expulsão dela do país; contudo, o grupo, ligado à intolerância, paradoxalmente toma outra atitude, conduzindo os leitores a confrontar-se com a imagem anterior do Partido:

FSP-17 (15/02/09):

205 O diretório do SVP em Zurique publicou comunicado defendendo que o país avalie a cassação do visto de permanência de Paula, caso fique comprovado que ela mentiu. **Perrin [vice-presidente do SVP] discorda. “Essa moça já tem problemas demais e precisa de ajuda psicológica. Por mim, ela é bem-vinda a continuar no país, mas não sei se vai querer”.**

Assim, atrelada a uma imagem preconceituosa/racista do SVP, o partido passa a ser nominado como um grupo que não é tão “xenófobo” quanto se dizia antes, o que não condiz com algumas das nomeações atribuídas anteriormente – *bandidos* (113) e *facínoras* (113), por exemplo. Depois, quando o partido questiona o comportamento do presidente Lula e do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, exigindo uma reatuação e um pedido de desculpas, revela-se uma contraposição. A partir daí, os jornais passam também a tecer comentários sobre a atitude precipitada desses representantes políticos diante do caso:

FSP-17 (15/02/09):

206 O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve um pedido de desculpas à Suíça, disse ontem Yvan Perrin, vice-presidente do SVP (Partido do Povo Suíço) [...] “Me incomodou muito quando ouvi o presidente Lula, **que não sabe nada do assunto**, criticar a Suíça. Eu ficaria muito feliz se recebesse um pedido de desculpas, mas sei que na política é difícil pedir desculpas.”

Para Perrin, é “preocupante” que Lula tenha feito comentários sobre o **caso “com base em telefonemas e fotos na internet”**. Na quinta, Lula disse que o governo não iria “ficar calado diante de tamanha violência contra uma brasileira no exterior”. Um dia depois, diante dos exames que contradisseram a versão de Paula, ele recuou.

JC-19 (17/02/09):

207 O governo brasileiro não cogita pedir desculpas à Suíça por ter levantado suspeitas de xenofobia no suposto ataque à advogada pernambucana Paula Oliveira, no último dia 9, em Zurique. “Não há razão para pedir nenhuma desculpa. O que dissemos é que queremos que haja uma investigação e que, se houver culpados, que sejam eventualmente punidos”, afirmou ontem o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Esses dois trechos acima, referentes ao lide de uma notícia da FSP e do JC, constroem, de forma distinta, uma polêmica em torno das “desculpas” da nação a Suíça: o primeiro critica o governo a partir do discurso reportado do vice-presidente do SVP, Yvan Perrin; o segundo traz a voz do governo brasileiro para abordar essa questão. O enunciado da FSP “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve um pedido de desculpas à Suíça” (206), atribuído ao SVP, funciona mais como uma ordem que tem de ser seguida pelo representante político. Já o início do JC “O governo brasileiro não cogita pedir desculpas à Suíça” apresenta-se como uma possibilidade que está sendo avaliada pelo presidente da República Lula e pelo ministro das Relações Exteriores Celso Amorim. Desse modo, evidencia-se que cada periódico problematiza a sua maneira o evento, em função dos seus valores e leitores.

Exigindo desculpas dos brasileiros, o SVP e, em maior âmbito, a Suíça, posicionam-se contrários à imagem que o Brasil construiu desse país

européu. De fato, o interessante é que as críticas ao nosso país passam a produzir outro tipo de discussão: comentando também a atitude da imprensa brasileira ao reportar casos sensacionalistas, instaura-se uma guerra midiática. De um lado, a imprensa suíça critica a imprensa brasileira de inventar “fatos” (208 e 209), conforme relato dos próprios jornais, questionando a postura ética desses periódicos no “relato” de um evento (210); de outro, o ministro Celso Amorim confronta o trabalho da mídia na cobertura dos eventos (211), papel que o pai de Paula também critica (212):

FSP-14 (15/02/09):

208 A imprensa suíça deu grande destaque à reviravolta no caso Paula. Alguns jornais publicaram duros ataques. **Um colunista do diário conservador “Neue Zürcher Zeitung”, um dos maiores do país, acusa a imprensa brasileira de inventar fatos “regularmente” e afirma que o Brasil é um dos países mais racistas do mundo.**

JC-16 (15/02/09):

209 [...] **O artigo questiona a seriedade da imprensa brasileira**, quando diz que a mídia no País noticia regularmente **“fatos totalmente inventados”**. Além de concluir que “gravidez inventada” é um artifício comum das brasileiras “para pressionar maridos e companheiros”.

FSP-19 (17/02/09):

210 [...] **Com a mudança no curso das investigações, a mídia e o governo brasileiros viraram alvo de duras críticas.** “Como a imprensa brasileira tirou conclusões antes de saber o outro lado?”, questionou à Folha o repórter Thomas Möckli, do jornal “Der Lanbote”.

JC-27 (30/05/09):

211 [...] **ontem o chanceler avaliou que houve “criatividade” na cobertura do episódio pela imprensa [brasileira]**. Sua observação referiu-se especialmente às versões publicadas anteontem de que o Itamaraty poderia ajudar Paula a deixar a Suíça antes de as investigações serem concluídas e da **possível instauração** de um processo penal. “Eu compreendo que a mídia tenha de ser criativa porque faz parte. Meus filhos trabalham em cinema e são criativos”, alfinetou.

JC-16 (15/02/09):

212 [...] Jussara disse ainda que Oliveira não concederá entrevistas até o fim das investigações. “Deixa dizer o que quiserem”, afirmou. Oliveira reforçou, por intermédio de um amigo, ao Blog de Jamildo, que as notícias não têm fundamento. **“É barriga (jargão jornalístico para notícia equivocada). Não tem nada daquilo [...].**

Assim, o ministro Celso Amorim culpa a imprensa brasileira pela cobertura do caso; da mesma forma, a imprensa suíça, conforme relato dos jornais brasileiros, critica a precipitação do governo em proferir ataques ao SVP e outros órgãos suíços, como a polícia e o instituto de medicina daquele país. Além disso, os discursos reportados entre aspas e a sinalização de alguns dizeres – como *fatos totalmente inventados* (209) e *criatividade* (211) – das vozes convocadas – o jornal suíço *Neue Zürcher Zeitung* e Celso Amorim, respectivamente – são salientadas pelo jornalista como forma de atribuir a eles o dito, chamando a atenção do leitor para os termos aspeados e indicando que elas não passam de avaliações superficiais sobre o caso.

Afora esses discursos, bastante referidos pela FSP e pelo JC, cada um a sua maneira, também foram acentuados outros interdiscursos relacionados diretamente ou não ao caso, como o DR da defesa de Paula Oliveira acerca da sua doença autoimune, uma vez que Paula é narrada, no terceiro foco discursivo, como portadora de lúpus e, por isso, os periódicos trazem algumas explicações sobre a doença (213); a argumentação de um articulista da FSP sobre a constatação da xenofobia (214); a citação de *falsos ataques* (215) e de casos de preconceitos relacionados à presença de estrangeiros na Europa (216), ambos pelos jornalistas do JC para fundamentar a versão da polícia suíça e a de Paula Oliveira, respectivamente, sobre o caso:

FSP-21 (20/02/09):

213 Roger Müller, advogado suíço que assumiu a defesa de Paula Oliveira, disse ontem à BBC Brasil que entre as estratégias que estuda adotar está o fato de a brasileira sofrer de lúpus. O pai de Paula já afirmara que **ela tem a doença, que pode provocar transtornos psiquiátricos.**

FSP-22 (20/02/09):

214 A crise econômica vai fortalecer o nacionalismo, em alguns casos, estimular a xenofobia. É a tese. A versão inicial de Paula era uma arma-dilha, o famoso cqđ, como queríamos demonstrar.

JC-22 (20/02/09):

215 O relato de falsos ataques de neonazistas ou skinheads já levaram a condenações em alguns países da Europa. Os dois episódios de maior repercussão ocorreram em 2007, na cidade alemã de Mittwaida, e em 2004, nos subúrbios de Paris.

JC-26 (15/03/09):

216 [...] A xenofobia existe. Há um endurecimento nas leis em relação à entrada de imigrantes e isso se reflete na população. **Sobretudo nesse contexto de crise, os brasileiros, e na verdade os sul-americanos, são vistos como ameaças, como pessoas que vão tirar os empregos dos europeus.** Tem também questões como marginalidade e prostituição. Tudo isso constrói o consciente coletivo e não é o caso Paula Oliveira que vai negar isso [...].

Ademais, observamos, durante as análises, a presença de algumas palavras-eventos nos textos dos jornais. Essas veicularam memórias interdiscursivas e atribuíram distintos valores ao caso Paula Oliveira. A alusão do caso Battisti e do envio de atletas para Cuba (217), pelo leitor da FSP, reforça a ideia do senso comum sobre a justiça brasileira. A citação do caso Jean Charles de Menezes (218), pelo jornalista, acentua a imagem do preconceito contra o brasileiro no exterior:

FSP-23 (22/02/09):

217 Novamente o Brasil nas manchetes policiais internacionais. Não bastasse o acolhimento de **terroristas assassinos** e a “**devolução**” **sumária para Cuba dos atletas** refugiados, promovidos pelo governo federal, da nossa violência e impunidade cotidiana, temos agora o caso dessa advogada brasileira que armou farsa para reforçar seu orçamento pessoal com uns francos a mais por conta do governo suíço [...].

JC-17 (15/02/09):

- 218 [...] lembrou que, em 2005, **o brasileiro Jean Charles de Menezes** foi morto por policiais ingleses numa estação de metrô de Londres, confundido com um terrorista.
-

Antes de concluirmos as análises desses jornais brasileiros, ressaltamos que o emprego de verbos no futuro do pretérito (219, 222 e 224) e formas passivas (220 e 223), além de expressões modalizadoras, de distanciamento, como *suposta* (221 e 224) e *supostamente* (222), em ambos os jornais, contribuíram para construir o caso Paula Oliveira de forma distanciada nesse terceiro momento:

FSP-11 (14/02/09):

- 219 [...] o Brasil aguarda o “desenrolar das investigações”, não descartando nenhuma hipótese nem mesmo a de que **a brasileira teria mentido** [...].
-

FSP-13 (14/02/09):

- 220 [...] a afirmação da brasileira, **que diz ter sido espancada** por skinheads [...].
-

FSP-12 (14/02/09):

- 221 [...] Se for confirmado que não estava, ou que teria feito um aborto antes da data da **suposta agressão** [...].
-

JC-14 (14/02/09):

- 222 O Ministério das Relações Exteriores se fechou em copas, ontem, após a perícia suíça constatar que a advogada Paula Oliveira, 26, não estava grávida quando **supostamente** três neonazistas a atacaram em Zurique, e que os ferimentos no corpo com as letras do partido de direita SVP **seriam** “autoflagelação” [...].
-

JC-9 (14/02/09):

- 223 Polícia da Suíça contestou oficialmente ontem a versão da advogada pernambucana Paula Ventura de Oliveira, 26 anos, **que afirma ter sido espancada e mutilada** por skinheads [...].
-

JC-19 (17/02/09):

224 A polícia suíça investiga a **suposta agressão** que **Paula teria sofrido** de um trio de neonazistas [...].

No enunciado (222), por exemplo, o uso do modalizador *supostamente* e do verbo no futuro do pretérito *seriam* engloba uma forma de modalização do discurso no condicional, caracterizando o discurso de Paula Oliveira como algo provável e incerto. Essas formas permitem ao enunciatador “isentar-se”⁷⁰ da responsabilidade do que estão escrevendo, porque põe em dúvida o relato, questionando o evento. Além disso, como essas vozes são reportadas em DI – do governo brasileiro, do Ministério das Relações Exteriores e da polícia suíça –, o jornalista direciona-as, condicionando a interpretação dessas declarações aos seus propósitos.

É importante ressaltarmos ainda que, embora tenha ocorrido uma difusão em massa de informações semelhantes acerca do evento, a FSP e o JC, divergindo em alguns aspectos quanto ao acento e à construção discursiva de alguns aspectos do caso Paula Oliveira, em nenhum momento trouxeram vozes para falar sobre uma possível gravidez psicológica. Ao final, seja verdadeira ou não a história de Paula – isso não nos importa aqui – houve muitas lacunas na cobertura desse caso, mas que nos cabe impossível nominar todas. E, antes de passarmos para as considerações finais, faremos um breve quadro do jornal suíço *20 Minuten (on-line)* quanto à construção do evento.

Encontramos entre as nomeações atribuídas a Paula Oliveira:

20M-3 (19/01/09):

225 **Bresilienne tailladée** a zurich

226 [...] la Brésilienne retrouvée tailladée la semaine dernière à Zurich-Stettbach.

70 A palavra “isenção” é colocada entre aspas porque acreditamos que o jornalista, embora utilize de alguns esquemas de transmissão ativa do discurso para reportar discursos à distância ou palavras convencionadas como mais “objetivas” que outras, ele é responsável pelos discursos e pelas vozes que enquadra em seu texto.

20M-3 (19/01/09):

227 La jeune femme de 26 ans [...] affirmant avoir été victime d'une agression⁷¹

20M-5 (16/10/09):

228 **La Brésilienne qui**, en février dernier, **avait inventé une agression raciste** à la gare de Zurich Stettbach [...].⁷²

20M-7 (15/12/09):

229 **Brésilienne automutilée**

230 **La Brésilienne de 27 ans** qui avait défrayé la chronique en février dernier en se **prétendant victime d'une agression** par des néo-nazis à Zurich

231 [...] Quelques jours plus tard, l'indignation cède la place à la stupeur: l'affaire a été inventée par la **victime présumée** [...].

232 Juriste employée en Suisse, **la jeune Brésilienne** [...].⁷³

Dentre essas nomeações, observamos que a maioria delas retoma as características principais referentes ao caso e à protagonista: *bresilienne tailladée* (225), *brésilienne automutilée* (229), *prétendant victime d'une agression* (230) etc. Embora esse jornal tenha narrado o caso à distância, empregando verbos no futuro do pretérito, por exemplo, Paula Oliveira não era nominada de forma tão diferente: *la jeune femme* (85), *la victime* (86), “la jeune Brésilienne travaille en Suisse comme juriste [...]” (87), entre outras. A questão é que, agora, é ainda mais frequente a inserção de expressões duvidosas para se referir à imagem de Paula Oliveira, a partir

71 *Tradução livre nossa: Brasileira cortada* em Zurique (225)

[...] a brasileira encontrada cortada na última semana em Stettbach, Zurique (226).

A jovem de 26 anos [...] que afirma ter sido vítima de uma agressão (227).

72 *Tradução livre nossa: A brasileira que*, em fevereiro, **havia inventado uma agressão racista** na estação de Stettbach, em Zurique [...] (228).

73 *Tradução livre nossa: Brasileira automutilada* (229)

A **brasileira de 27 anos** que chegou às manchetes dos jornais, em fevereiro passado, **alegando ser vítima de uma agressão** por neonazistas em Zurique (230).

[...] Alguns dias mais tarde, a indignação cede lugar ao estupor: o caso foi inventado pela **suposta vítima** [...] (231).

Advogada empregada na Suíça, **a jovem brasileira** [...] (232).

de modalizadores e tempos verbais, como forma de ratificar a invenção do evento:

20M-4 (19/02/09):

- 233 La jeune femme de 26 ans a aussi admis qu'elle n'était pas enceinte après avoir dans un premier temps déclaré qu'elle avait fait une fausse couche en raison de la **prétendue agression** [...].
- 234 La procédure de plainte pour agression déposée par l'**affabulatrice présumée** se poursuit cependant aussi en parallèle [...].⁷⁴
-

Nominando o caso principalmente como *affabulatrice présumée* (234) e caracterizando Paula Oliveira como *victimé présumée* (231), o evento é retomado a partir das vozes do Ministério Público de Zurique, da Polícia da Cidade de Zurique e, em alguns momentos, da consulesa-geral do Brasil na Suíça. Citando que a brasileira se automutilou, o jornal reafirma e reacentua que Paula Oliveira induziu a justiça ao erro, atribuindo essa informação ao Ministério Público de Zurique:

20M-4 (19/02/09):

- 235 Une enquête pénale a été ouverte contre elle mercredi **pour avoir induit la justice en erreur**.⁷⁵
-

20M-5 (16/10/09):

- 236 Selon l'acte d'accusation dressé par le Ministère public de Zurich-Sihl, elle est poursuivie **pour avoir induit la justice en erreur**.⁷⁶
-

74 *Tradução livre nossa*: A jovem de 26 anos também admitiu que não estava grávida após ter, inicialmente, declarado que havia feito um aborto por causa da **suposta agressão** [...] (233).

O procedimento de queixa por agressão, denunciado pela **suposta confabuladora**, prossegue, no entanto, em paralelo [...] (234).

75 *Tradução livre nossa*: Um inquérito criminal foi aberto contra ela quarta-feira **por ter induzido à justiça ao erro** (235).

76 *Tradução livre nossa*: Segundo a acusação feita pelo Ministério Público de Sihl, em Zurique, ela está sendo processada **por ter induzido a justiça ao erro** (236).

20M-6 (03/12/09):

237 Le Ministère public zurichois **l'accuse d'avoir induit la justice en erreur**⁷⁷

20M-8 (16/12/09):

238 Le Ministère estime au contraire que **la jeune femme a induit la justice en erreur**⁷⁸

Mencionando apenas uma única vez que ela sofre de problemas psiquiátricos, a cobertura do jornal suíço relembra, em quase todas as notícias, o destaque que o caso ganhou no Brasil, ao fazer um resumo do evento para contextualizá-lo diante das novas informações das investigações da Polícia da Cidade de Zurique:

20M-5 (16/10/09):

239 **Dans un premier temps, cette affaire avait provoqué de vives réactions au Brésil.** Le président Luiz Inacio Lula da Silva avait parlé d'un acte de violence inacceptable contre une compatriote et le premier collaborateur de l'ambassade de Suisse à Brasilia avait été convoqué au **Ministère brésilien des affaires étrangères.**⁷⁹

77 *Tradução livre nossa:* O Ministério Público de Zurique **a acusa de ter induzido a justiça ao erro** (237)

78 *Tradução livre nossa:* O Ministério estima, ao contrário, que **a jovem induziu a justiça ao erro** (238)

79 *Tradução livre nossa:* **Em um primeiro momento, este caso havia provocado fortes reações no Brasil.** O presidente Luís Inácio Lula da Silva havia falado de um ato de violência inaceitável contra uma compatriota e o primeiro colaborador da embaixada da Suíça em Brasília foi convocado pelo Ministério Brasileiro das Relações Exteriores (239).

20M-9 (11/03/10):

240 Il y a un an, la ressortissante brésilienne avait alarmé la police et les sauveteurs, prétendant avoir été agressée par trois néonazis près de la gare de Zurich-Stettbach. Son corps était tailladé au couteau des lettres «SVP» («UDC» en français).

Elle indiquait aussi avoir reçu des coups de pied au ventre qui auraient mené à une fausse couche de ses jumeaux dans les toilettes de la gare.

L'affaire avait eu un large écho médiatique au Brésil.⁸⁰

Dans um premier temps (239) e *Il y a un an* (240) constituem índices que caracterizam formas de narrativização do evento. No caso do trecho (239), por exemplo, o jornalista realiza uma retomada dos discursos e comportamentos do presidente e ministro das Relações Exteriores, mostrando como o caso ganhou dimensão no Brasil e repercussão política, pois envolve representantes de importância internacional e nacional. E, apesar de criticar a mídia brasileira por não ter “escutado” o lado do SVP e da Suíça sobre o caso, não se menciona ou reporta mais o pai Paulo Oliveira.

Empregando a maioria das citações com modalizadores e DI, o jornalista, durante o relato do caso, emprega expressões e verbos que realçam o erro cometido por Paula Oliveira, como no trecho inserido abaixo, a partir do verbo *reconnu*:

20M-6 (03/12/09):

241 Quelques jours plus tard, la jeune femme a avoué avoir inventé l'agression et **reconnu s'être auto-mutilée** [...].⁸¹

80 *Tradução livre nossa*: Há um ano, a cidadã brasileira alarmou a polícia e o pessoal do serviço de urgências alegando ter sido agredida por três neonazistas, próximo à estação de Stettbach, em Zurique. As letras “SVP” (“UDC” em francês) foram talhadas à faca no seu corpo.

Ela afirmou também ter recebido golpes de pés na barriga que teriam provocado um aborto de gêmeos no banheiro da estação. **O caso havia provocado um grande eco midiático no Brasil** (240).

81 *Tradução livre nossa*: Alguns dias mais tarde, a jovem confessou ter inventado a agressão e **admitiu ter se automutilado** [...] (241).

Desse modo, apesar da reviravolta do caso, o jornal acentua o caso Paula Oliveira desde o início em forma de dúvida, à distância, o que difere do início da abordagem do evento pelos jornais brasileiros FSP e JC. Concluindo por tal momento as nossas análises, separadas por nós em três focos discursivos, passaremos agora a exposição de alguns comentários finais sobre o funcionamento desse evento em função da sua abordagem pela mídia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas considerações finais, convém fazer um panorama geral das análises para responder as questões que nortearam este trabalho, apresentadas na introdução. Dividindo nosso *corpus* em três focos discursivos, conforme três eixos principais de temáticas levantadas, observamos que inicialmente o evento teve uma repercussão de caráter sensacionalista, sendo nominado principalmente como um *ataque* chocante, de grande violência, realizado no exterior contra uma mulher brasileira grávida. Ambos os jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Commercio* narram-no a partir de uma única versão: a do pai Paulo Oliveira, voz que funciona como a “oficial” e legítima para noticiar o ocorrido. A versão do partido suíço SVP não é abordada.

Atribuindo-se importância a quem sofreu a violência, Paula Oliveira é nominada principalmente por esses jornais brasileiros como *uma advogada brasileira de 26 anos* (8), *a advogada, que é branca* (10), *ela mora no país legalmente* (12), *brasileira grávida* (14) e *brasileira agredida* (15). Há, contudo, divergência no paradigma de nomeação entre os dois jornais, porque a FSP nomina Paula Oliveira mais como *brasileira* (5) e o JC, *pernambucana* (16). Pode-se dizer que a escolha está relacionada à imagem do público-alvo de cada jornal: como o primeiro é de grande relevância nacional, de ampla circulação, o uso de *brasileira* envolve um maior número de leitores *brasileiros*; o segundo, cujo público é do estado em que a vítima nasceu e residiu, emprega *pernambucana*. Além disso, como esse evento foi de ampla repercussão, o uso dessa última nomeação corresponde a um acento do JC sobre a naturalidade da protagonista, aspecto que favorece visibilidade a Pernambuco entre os meios de comunicação.

Reportando boa parte dos discursos e das vozes – como a do pai, do Itamaraty e de alguns políticos – favoráveis à versão de Paula Oliveira, os agressores têm basicamente as mesmas denominações: *skinheads* (31), *simpatizantes nazistas* (35), *racistas* (37) e *grupos neonazistas* (39), palavras atreladas à memória da violência perpetrada por Hitler. Entre as denominações atribuídas ao evento, encontramos, por exemplo, *o ataque à brasileira grávida* (56) na FSP e *barbárie* (57), *crime de xenofobia* (58) e *ritual fascista* (59) no JC. No primeiro periódico, o caso é nominado de forma mais reservada, talvez em uma tentativa de não fazer muitos julgamentos de valor sobre o evento ainda em início. Mencionando-se a possível motivação ideológica da agressão, mas não aprofundando esse aspecto, os periódicos brasileiros constroem o acontecimento de forma “espetacular”, pelos detalhes mencionados – “o terceiro [agressor], portando o estilete, fez mais de cem cortes no corpo – braços, pernas, barbiga e pescoço [...]” (21) – e pela preocupação em descrever com minúcias o ambiente da violência – “levada a uma área arborizada e deserta, foi espancada [...]” (69).

O jornal suíço *20 Minuten* (on-line), ao contrário, acentua o comportamento que a polícia de Zurique deu ao caso. Evocando as vozes da consulesa-geral do Brasil na Suíça Victoria Cleaver, do pai de Paula e de alguns veículos de comunicação brasileiros como *O Globo*, o relato do evento é feito à distância, nominando-o como *attaque* (93) e *cas de maltraitance* (94). Apesar de as denominações atribuídas a Paula Oliveira e aos agressores serem, em geral, semelhantes às dos jornais brasileiros – *une jeune femme brésilienne* (86) e *trois néonazis* (88) respectivamente –, o caso é narrado a partir do emprego de algumas vozes em esquemas como o discurso indireto e a modalização do discurso segundo.

No segundo foco discursivo, o “fato” vai ganhando uma maior repercussão política, instaurando discussões sobre a intolerância a estrangeiros e a xenofobia, evocando discursos que trazem à tona valores nacionalistas por parte dos brasileiros. A FSP e o JC convocam vozes de representantes do governo – como a do presidente Lula, a do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, a da consulesa-geral do Brasil na Suíça Victoria Cleaver, a do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, entre

outras – para se posicionar sobre o acontecimento. O evento passa agora a tocar na imagem do brasileiro que vai para o exterior em busca de melhores condições de vida, o qual se submete, muitas vezes, a trabalhar em subempregos. Palavras-evento como *caso de Israel* (98) e *caso Jean Charles* (218), esta última, contudo, citada mais adiante, são retomadas pelos jornais brasileiros para confirmar a existência da intolerância nos países europeus. A culpa do ataque a Paula Oliveira, antes localizada no SVP e na Suíça, vai sendo deslocada para a crise econômica internacional.

Atribuindo mais veracidade ao evento, os periódicos brasileiros citam “fatos”, envolvendo outras pessoas vítimas de violência no exterior, como: “No dia 1º deste mês em Roma, um morador de rua indiano de 35 anos foi queimado [...]” (137). Em relação às nomeações atribuídas ao caso, semelhantes às do primeiro foco discursivo, algumas se tornaram mais fortes – *ataque neonazista* (101), *barbárie inaceitável* (104) e *ato xenofóbico* (105) – enquanto outras foram criadas, como *selvageria* (96), *casos de bestialidade* (99) e *diabo* (100). Quanto a Paula e aos agressores, a primeira continuou sendo nominada como *brasileira* pela FSP e, ora *brasileira*, ora *pernambucana*, esta última ainda mais frequente, pelo JC; os segundos permaneceram como *skinheads* (115) e *jovens neonazistas* (115), sendo ainda nominados de *bandidos suíços com a sigla SVP*, *facínoras* (113) e *frutos do que há de pior na história mais recente da humanidade* (115). Todos esses aspectos conduzem à validação da versão do evento noticiada pelos jornais brasileiros.

O *20 Minuten* (*on-line*), contudo, passa a pôr em dúvida a veracidade do evento, nominando-o a partir de expressões modalizadoras e formas verbais que revelam suposição, como em: “la femme n’était pas enceinte le soir de la prétendue agression, ont constaté les médecins [...]” (141). Evocando vozes que contradizem a versão de Paula Oliveira – a da Polícia da Cidade de Zurique e a do porta-voz do SVP Alain Hauert – o jornal suíço passa a aderir ao lado da polícia, construindo o evento como um fato pouco provável, revelando a insegurança do periódico ao noticiar o caso.

No terceiro foco discursivo, ocorre a reviravolta do evento e, por conseguinte, a versão de Paula Oliveira é refutada. Vale ressaltar que, passando de vítima a “culpada”, ela torna-se, de um lado, símbolo da mulher

brasileira “malandra”, que simulou uma gravidez e forjou um ataque, talvez com interesses matrimoniais e financeiros; de outro, é vista como símbolo de mártir da xenofobia, pois ela representa a intolerância que realmente existe contra o estrangeiro, incluindo o brasileiro na Europa. Outro aspecto interessante é que, quando culpada, a FSP passou a nominar Paula Oliveira também como *pernambucana* (156). Isso mostra que outros valores e estereótipos começaram a ser colocados em questão, principalmente os ligados ao preconceito contra o nordestino.

Em relação às nomeações, o evento passa a ser nominado de forma semelhante em ambos os periódicos brasileiros, como: *vexame* (169), *farsa* (171), *crime imaginário* (172), *pilantragem* (173), *caso da pernambucana Paula Oliveira* (182) etc.; Paula Oliveira é agora vista como *farsante* (189); os agressores, o SVP em potencial, são agora nominados a partir de formulações mais suaves, eufemísticas: “*supostos militantes* de um partido nacionalista suíço e simpatizantes do neonazismo [...]” (204). Essas nomeações, dentre muitas outras, tecem discursos que contradizem a imagem de Paula Oliveira e do evento reportado inicialmente.

Ainda observamos que a FSP e o JC, ao noticiar a reviravolta do caso, aproveitaram-se para fazer críticas ao comportamento do presidente Lula e do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim: de um lado, essas vozes atribuem a culpa à imprensa pelo posicionamento precipitado; de outro, a imprensa polemiza os dizeres desses sujeitos e põe em questão a necessidade de se pedir desculpas à Suíça. Esse fato é bastante retomado pelo jornal *20 Minuten* (*on-line*) que, além de condenar a postura dos políticos do Brasil, comenta negativamente a “ética” da imprensa brasileira ao reportar esses casos com o viés sensacionalista. No fim, instaura-se uma verdadeira guerra midiática entre os periódicos brasileiros e o suíço.

Nominando Paula Oliveira como *victimé présumée* (231) e o caso, *affabulatrice présumée* (234), o *20 Minuten* (*on-line*) retoma o evento a partir das vozes do Ministério Público de Zurique, da polícia suíça e, em alguns momentos, da consulesa-geral do Brasil na Suíça. Esse periódico acentua a automutilação e reafirma frequentemente que Paula Oliveira induziu a justiça ao erro: “une enquête pénale a été ouverte contre elle mercredi pour avoir induit la justice en erreur” (235).

Assim, após a nossa investigação, observamos que os três jornais selecionados – a *Folha de S. Paulo*, o *Jornal do Commercio* e o *20 Minuten (on-line)* – apresentaram semelhanças e diferenças no processo de nomeação e na forma de construir o evento durante as coberturas sobre o caso, em função dos discursos que procuraram acentuar. O “fato” é construído em função de uma temática principal – o ataque, a repercussão política e a simulação/farsa do evento, por isso a divisão em três focos discursivos – e os atores envolvidos nominados a partir de certos paradigmas, escolhidos como parte de um acordo de conveniência do periódico com o público a que se dirige. Entre as principais diferenças no ato de nominar, encontramos: *brasileira* (5) para a FSP, *pernambucana* (16) para o JC, *victime présumée* (231) para o *20 Minuten (on-line)*; o pai Paulo Oliveira como *o assessor parlamentar* (130), para a FSP, *assessor do deputado federal e ex-governador de Pernambuco Roberto Magalhães* (131), para o JC, e *le père de la victime* (80), para o *20 Minuten (on-line)*; *ataque* (55) para a FSP, *ritual fascista* (59) para o JC e *cas de maltraitance* (94) para o *20 Minuten (on-line)*.

Quanto às vozes convocadas, observamos que o JC reportou, durante a cobertura do caso, além de nomes nacionais – como o presidente Lula – e internacionais – como o porta-voz do SVP Alain Hauert –, comuns também na FSP, as vozes de representantes políticos de importância local, como a do deputado federal Roberto Magalhães e a do senador Marco Maciel, acentuando o envolvimento político do estado de Pernambuco no evento. No jornal *20 Minuten (on-line)*, reportam-se principalmente as vozes relacionadas à investigação do caso. Já o acento do jornal do sul recai mais sobre a questão da nacionalidade, isto é, do envolvimento de toda a nação para repudiar o ataque xenófobo. O periódico suíço, por outro lado, acentua principalmente o fato de a imprensa brasileira não ponderar sobre os dois lados no relato do evento e de não ser incomum ao imigrante mentir sobre ataques semelhantes para obter auxílios financeiros no exterior.

Constatamos que ao longo da cobertura do evento, os jornais vão construindo imagens do “fato” e dos atores a ele relacionados. Essas representações são formadas por meio dos nomes que os periódicos e as vozes convocadas por esses veículos atribuem ao evento e aos sujeitos nele envolvidos, como por exemplo, *barbárie* (57) e *crime de xenofobia pelos requintes de*

crueldade (58), nomes atribuídos ao evento por meio da voz do jornalista/jornal; *casos excepcionais* (134), nomeação conferida pela voz da consulesa-geral do Brasil na Suíça Victoria Cleaver; *caso constrangedor* (167), a partir da voz do Itamaraty; *farsa* (171), por meio da declaração de um articulista do jornal; *pilantragem* (173), nome atribuído por meio do discurso de um leitor; entre outras nomeações. Além disso, a inserção de determinados discursos e de certas palavras-evento nos textos – como *caso Jean Charles* (218), *Holocausto* (103), *Inquisição* (106) – contribuem para reforçar os valores comunicados pelos enunciadores acerca do evento. Por isso, com a reviravolta, a maioria das nomeações atribuídas ao evento e à protagonista Paula Oliveira foi modificada, construindo novas imagens e instaurando outras discussões sobre o “fato”.

Não podemos esquecer também de mencionar que as nomeações atribuídas ao outro estão estritamente ligadas à convocação de determinadas vozes – a do presidente Lula, a do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, da consulesa-geral do Brasil na Suíça Victoria Cleaver, dentre outras – legitimadas ou autorizadas pelo jornal para dizer o outro, seja (a) pela constante retomada de cada uma dessas vozes; (b) pelo acento que os periódicos lhes deram por meio de certos esquemas de transmissão do discurso outro – DD, DI e/ou aspas –; (c) pelo emprego de alguns verbos – por exemplo, o uso do verbo *constatar* pela FSP e pelo JC, o qual oferece exatidão e certeza ao fato: “O Ministério das Relações Exteriores se fechou em copas, ontem, após a perícia suíça *constatar* que a advogada Paula Oliveira, 26, não estava grávida” (222).

Em geral, apontamos que as notícias do JC são de caráter mais sensacionalista e descritivo que as da FSP, periódico, inclusive, que traz muitos discursos marcados por meio de aspas, enquanto o JC usa mais o DI, assumindo muitos dos discursos a favor do caso como “seus”. É interessante notar ainda que vários dos títulos elaborados no terceiro foco discursivo correspondem a posicionamentos das diversas vozes sobre o evento. Isso só reforça a visão de que os discursos dos jornalistas e os das vozes legitimadas pelos periódicos sofrem um constante processo de retomada e (re)acentuação.

Por fim, observamos que as imagens dos eventos são modificadas no tempo e espaço, ao longo do momento discursivo, assim como nos

diferentes jornais do sul e do nordeste, por exemplo. Entretanto, muitas das nomeações são retomadas dos discursos em circulação sobre o evento. Dessa forma, vários nomes atribuídos ao evento e aos atores, principalmente à protagonista Paula, se assemelharam em alguns momentos. Isso ocorreu substancialmente na cobertura dos dias 12 e 13 de fevereiro de 2009, realizada pelos jornais brasileiros.

Desse modo, em virtude da importância da noticiabilidade de um evento, a imprensa pode tratá-lo de forma constante, retomando-o, acrescentando temas que possam ter alguma relação; perpetuando discursos passados, já estocados na memória; transformando em acontecimentos alguns enunciados (acontecimentalizando-os) – como a declaração de Lula sobre o caso, alvo de críticas, tornando-se um acontecimento dentro do evento; polemizando com discursos que mais lhe convêm. Ao final, os indivíduos assistem à explosão narcotizante de informações sobre o evento que, abordado em gêneros jornalísticos diversos, torna-se pauta diária entre os sujeitos. Portanto, ao estudar a construção de um evento nos meios de comunicação, tomando por base a perspectiva dialógica de Bakhtin e seu “Círculo”, é possível compreendermos a mídia como uma instituição que não divulga simplesmente os “fatos”; pelo contrário: mediando isso que nominamos de “real”, ela atua na (re)construção desses “fatos”, legitimando instituições, vozes e sujeitos, interferindo na maneira de como observamos o outro e a nós mesmos.

A partir do estudo que realizamos, articulando pesquisas no âmbito sociológico e da comunicação com a teoria/análise do discurso de Bakhtin e seu “Círculo”, verificamos que há questões abertas sobre o que leva uma informação e/ou um “fato” a se tornar um acontecimento a ser veiculado pela mídia, o que vai além dos valores-notícia. Transformando alguns acontecimentos em eventos dignos de serem noticiados, os meios de comunicação funcionam como grandes agenciadores discursivos da atualidade, porque alimentam essa rede interdiscursiva, dialógica. Cabe questionar como ocorre o movimento que permite surgir novos discursos, pois a mídia está sempre recorrendo a discursos e eventos já “desgastados” pelos debates durante a história. Como se dá a validação desses discursos? É possível afirmarmos que, recorrendo a lembranças e retomando imagens

passadas, como se dão os eventos porvir? Uma explosão informacional sobre um evento é suficiente para pautá-lo na vida das pessoas? Que aspectos motivam os sujeitos a construir os fatos sob determinados enfoques discursivos? Apenas o viés da empresa?

Em suma, esperamos que o estudo sobre o ato de nominar e a representação das vozes seja apenas um ponto de partida para a investigação de outros aspectos responsáveis também por construir os “fatos” e torná-los acontecimentos (acontecimentalizá-los).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 40 ANOS de maio de 68. *GI*, São Paulo, 10 maio 2008, atual. 10 maio 2008, às 8h25. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL463636-15530,00-CONHECA+DAS+FRASES+MAIS+MARCANTES+DE+MAIO+DE.html>>. Acesso em: 2 fev. 2010
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Nos riscos da alusão. Tradução de Ana Elizabeth Moreira Vaz e Dóris de Arruda Carneiro da Cunha. *Investigações – Linguística e Teoria Literária*, Recife, n. 2, v. 20, p. 9-46, 2007.
- _____. As não-coincidências do dizer e sua representação metaenunciativa – estudo linguístico e discursivo da modalização autonímica. In: Da mesma autora. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998, p. 13-28.
- _____. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso [1982] In: Da mesma autora. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 11-80.
- BAKHTIN, Mikhail M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, 275p.
- _____. Os gêneros do discurso [1979] In: Do mesmo autor. *Estética da criação verbal*. Introdução e tradução do russo por Paulo Bezerra. Prefácio à edição francesa de Tzvetan Todorov. Tradução do prefácio de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-306.
- _____. O Discurso no romance [1975] In: Do mesmo autor. *Questões de Literatura e de estética: a teoria do romance*. 3. ed. São Paulo: Unesp Hucitec, 1993, p. 71-163.
- _____.; VOLOCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, [1929] 2006, 203p.
- _____.; _____. *Discurso na vida e discurso na arte: sobre poética sociológica*. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza, 1926. Mimeografado.

- BARBÉRIIS, Jeanne-Marie. L'interdiscours comme lieu du dédire: de "cul-de-sac" à "impasse". In: BRES, Jacques; DELAMOTTE-LEGRAND, Régine; MADRAY-LESIGNE, Françoise; SIBLOT, Paul (Ed.). *L'Autre en discours*. Publications de l'Université Paul Valéry — Montpellier 3, 1998, p. 143-163.
- BARBOSA, Pedro Luis N. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 111-124.
- BAUDRILLARD, Jean. *Tela total: mito-ironias da era do virtual e da imagem*. Tradução de Juremir Machado da Silva. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005, 158p.
- BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 9-31.
- BRANCA-ROSOFF, Sonia. Approche discursive de la nomination/dénomination. In: CISLARU, Georgeta; GUÉRIN, Olivia; MORIM, Katia; NÉE, Émilie; PAGNIER, Thierry; VENIARD, Marie (Ed.). *L'acte de nommer: une dynamique entre langue et discours*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2007, p. 13-22.
- BRES, Jacques; DELAMOTTE-LEGRAND, Régine; MADRAY-LESIGNE, Françoise; SIBLOT, Paul (Ed.). *L'Autre en discours*. Publications de l'Université Paul Valéry – Montpellier 3, 1998, 466p.
- CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro da. *Bakhtin e Volochinov e a problemática da representação do discurso do outro*. 2010. No prelo.
- _____. Circulação, (re)acentuação e memória na imprensa. *BAKHTINIANA*, São Paulo, v. 1, n. 2, 2. sem. 2009, p. 23-39.
- _____. Do discurso citado à circulação dos discursos: a reformulação bakhtiniana de uma noção gramatical. *Matraga*. Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, ano 15, n. 22. Rio de Janeiro: Casa Doze, 2008a, p. 129-144.
- _____. O caráter histórico dos gêneros e da representação da enunciação. *Revista do Gelne*, v. 9, n. 1/2, [2007] 2008b, p. 7-20.
- _____. A estilística da enunciação para o estudo da prosa literária no Ensino Médio. In: BUZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia (Org.). *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola, 2006, p. 117-139.
- _____. A distribuição em parágrafos das vozes na narrativa literária. XIV Congresso Internacional de La Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL), Monterrey. *Memorias del XIV Congreso Internacional de La Asociación de Lingüística y Filología de América Latina* (ALFAL), 2005a, p. 6-14.

- _____. Dialogismo em Bakhtin e Iakubinskii. *Investigações*, Recife, 2005b, v. 18, n. 2, p. 91-101.
- _____. O discurso de outrem nos estudos da linguagem pós-bakhtinianos. XI International Bakhtin Conference. *Proceedings of the XI International Bakhtin Conference*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004.
- _____. A pluridiscursividade em contos de Rubem Fonseca. I Congresso e IV Colóquio da Associação Latinoamericana de Analistas do Discurso (ALED), Recife. *Anais do I Congresso e IV Colóquio da Associação Latinoamericana de Analistas do Discurso*. Recife: ALED, [2001] 2003.
- _____. A noção de gênero: dificuldades e evidências. *Leitura: Teoria e Prática*, Campinas – SP, v. 39, 2002a, p. 60-64.
- _____. O funcionamento dialógico em revistas e artigos de opinião. In: DIONISIO, A.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.) *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002b, p. 166-179.
- _____. As noções de autor e leitor no hipertexto. *Hipertexto: demandas teóricas e práticas*, Recife, [2000] 2001.
- _____. Modalidades de transmissão do discurso no face a face conversacional. Encontro nacional da Anpoll, Caxambu. *Anais do IX Encontro Nacional da Anpoll*. João Pessoa: UFPB Editora, [1994] 1995, v. 2, p. 1149-1158.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Versão para eBook – eBooksBrasil.com, 2003, 169p.
- DINES, Alberto; VOGT, Carlos; MELO, José Marques de. (Org.). *A imprensa em questão*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, 181p.
- FALCONE, Karina. *(Des)legitimação: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social*. 2008. 682f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- FARACO, Carlos Alberto. Círculo de Bakhtin. In: Do mesmo autor. *Linguagem e diálogo – as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2006, p. 13-43.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006, 87p.
- _____. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de.; FIORIN, José Luiz (Org.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Mikhail Bakhtin*. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 29-36.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009, 79p.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991, 156p.

- GREGOLIN, Maria do Rosário. A mídia e a espetacularização da cultura. In: Da mesma autora (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 9-17.
- _____. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: Da mesma autora (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 95-110.
- GUARESCHI, Pedrinho A. Ideologia. In: Do mesmo autor. *Sociologia crítica: alternativas de mudança*. 31. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1993, p. 19-24.
- _____. O aparelho ideológico da comunicação. In: Do mesmo autor. *Sociologia crítica: alternativas de mudança*. 31. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1993, p. 136-141.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, 102p.
- HORIKAWA, Alice Yoko; MAGALHÃES, Maria Cecília Camargo. A constituição enunciativa do mundo social. *Eccos Revista Científica*, v. 3, n. 2. São Paulo: Centro Universitário Nove de Julho, dez. 2001, p. 17-35.
- HOUAISS. Mídia. *Instituto Antônio Houaiss – Uol*, [1548] 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=m%EDdia&stype=k>>. Acesso em: 3 abr. 2010.
- LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006a, 78p.
- LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006b, 94p.
- MADRAY-LESIGNE, Françoise. Aveugle et/ou non-voyant? Nom de l'autre/ autre du nom. In: BRES, Jacques; DELAMOTTE-LEGRAND, Régine; MADRAY-LESIGNE, Françoise; SIBLOT, Paul (Ed.). *L'Autre en discours*. Publications de l'Université Paul Valéry – Montpellier 3, 1998, p. 45-68.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, 238p.
- MAIORES jornais do Brasil. *ANJ*, 2010. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em: 17 abr. 2010.
- MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The Agenda-Setting Function of Mass Media. *The Public Opinion Quarterly*, v. 36, n. 2. Published by Oxford University Press, 1972, p. 176-187. Disponível em: <http://www.unc.edu/~fbaum/teaching/PLSC541_Fall06/McCombs%20and%20Shaw%20POQ%201972.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2009.
- MERTON, Robert K.; LAZARSFELD, Paul F. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social [1969] In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 109-131.

- MOIRAND, Sophie. Des façons de nommer 'les jeunes' dans la presse quotidienne nationale. *Adolescence*, revue trimestrielle de psychanalyse, psychopathologie et sciences humaines, v. 27, n. 70, 2009 [2009a], p. 907-919.
- . Le choc des discours dans la presse française: la crise des banlieues de novembre 2006 et de la crise des universités de mars 2007. *Communication d'ouverture sur invitation au Premier colloque international de la FATFA* (Federation of Associations of Teachers of French in Australia), Adelaide, Australie, juillet 2006, publiée dans les actes du colloque, Université d'Adelaide, Australie, 2009 [2009b].
- . Retour sur une approche dialogique d'analyse du discours. *Les approches dialogiques et polyphoniques en langue et en discours*, collection Recherches linguistiques, Université de Metz, Ceted (actes du colloque Metz/Luxembourg), 2008a, p. 8-10.
- . Un modèle dialogique de l'explication. In: HUDELLOT, C.; SALAZAR, Orvig A.; VENEZIANO, E. (Ed.). *L'explication: enjeux cognitifs et communicationnels*. Louvain: Peeters Publisher, 2008b, p. 77-88.
- . Comprendre la construction discursive des événements sociaux dans la presse imprimée et la presse en ligne. *Colloque Formación y Investigación en lenguas extranjeras y traducción*, Buenos Aires, Argentine, 23-28 mai 2007 [2007a], 20p.
- . Discours, mémoires et contextes: à propos du fonctionnement de l'allusion dans la presse. *CORELA*, numéros spéciaux, *Cognition, discours, contexte* [En ligne], 2007 [2007b]. Disponible em: <<http://edel.univ-poitiers.fr/corela/document.php?id=1636#texte>>. Acesso em: 6 maio 2010.
- . De l'aire de la page à l'hyperstructure et à l'écran: comment lire et analyser la presse quotidienne française. *CAUCE*, Revista internacional de Filología y su Didáctica, n. 26. Universidad de Sevilla, Espagne, 2006, p. 295-320.
- . De la médiation à la médiatisation des faits scientifiques et techniques: où en est l'analyse du discours? Colloque *Sciences, Médias et Société*, Lyon, ENS-LSH, 15-17 juin 2004. Disponible em: <http://sciences-medias.ens-lyon.fr/article.php3?id_article=59>. Acesso em: 17 abr. 2010.
- . Quelles catégories descriptives pour la mise au jour de genres du discours? *Les genres de l'oral*, 2003. Disponible em: <<https://hal-univ-paris3.archives-ouvertes.fr/hal-01507281/document>>. Acesso em: 23 abr. 2010.
- . Du traitement différent de l'intertexte selon les genres convoqués dans les événements scientifiques à caractère politique. *SEMEN 13 – Genres de la presse écrite et analyse du discours*, [2000] 2001, p. 97-117.

- _____. Les indices dialogiques de contextualisation dans la presse ordinaire. *Cahiers de praxématique* [En ligne], 33, 1999, p. 145-184.
- MOITA LOPES, L. P. Socioconstrucionismo: discurso e identidades sociais. In: Do mesmo autor. *Discursos de identidades: como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003, p. 13-38.
- NEVEU, Érik. *Sociologia do Jornalismo*. Tradução de Daniela Dariano. São Paulo: Edições Loyola, 2006, 215p.
- PORTAL da Imprensa. *Uol*, últimas notícias, 3 fev. 2010. Disponível em: <http://portalimprensa.uol.com.br/portal/ultimas_noticias/2010/02/03/imprensa33560.shtml>. Acesso em: 18 fev. 2010.
- SABRIA, Richard. Dis-moi comment tu m'appelles et je te dirai qui tu es. In: BRES, Jacques; DELAMOTTE-LEGRAND, Régine; MADRAY-LESIGNE, Françoise; SIBLOT, Paul (Ed.). *L'Autre en discours*. Publications de l'Université Paul Valéry – Montpellier 3, 1998, p. 69-84.
- SIBLOT, Paul. Nomination et point de vue: la composante déictique des catégorisations lexicales. In: CISLARU, Georgeta; GUÉRIN, Olivia; MORIM, Katia; NÉE, Émilie; PAGNIER, Thierry; VENIARD, Marie (Ed.). *L'acte de nommer: une dynamique entre langue et discours*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2007, p. 25-38.
- _____. De l'un à l'autre. Dialectique et dialogisme de la *nomination identitaire*. In: BRES, Jacques; DELAMOTTE-LEGRAND, Régine; MADRAY-LESIGNE, Françoise; SIBLOT, Paul (Ed.). *L'Autre en discours*. Publications de l'Université Paul Valéry – Montpellier 3, 1998, p. 27-43.
- SILVA, Juremir Machado da. Introdução. Jean Baudrillard ou o niilismo irônico. In: BAUDRILLARD, Jean. *Tela total: mito-ironias da era do virtual e da imagem*. Tradução de Juremir Machado da Silva. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005, p. 7-10.
- SILVA, Patrícia Alves do Rego. *As marcas de enunciação no texto jornalístico policial*, 2007. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno07-02.html>>. Acesso em: 15 fev. 2009.
- SOUZA, Geraldo Tadeu. *Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo Bakhtin/Volochinov/Medvedev*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002, 149p.
- STEUCKARDT, Agnès. Enemis de la *patrie*: les désignants de l'autre dans le discours révolutionnaire. In: BRES, Jacques; DELAMOTTE-LEGRAND, Régine; MADRAY-LESIGNE, Françoise; SIBLOT, Paul. (Ed.). *L'Autre en discours*. Publications de l'Université Paul Valéry – Montpellier 3, 1998, p. 105-125.

- TRAQUINA, Nelson. A redescoberta do poder do jornalismo: análise da evolução da pesquisa sobre o conceito de agendamento (agenda-setting). In: Do mesmo autor. *O estudo do jornalismo no século XX*. 1. ed. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2001, p. 13-47.
- VOLOCHINOV, V. N. Estrutura do Enunciado. *Revista Literatunja Učëba*, v. 3, Tradução de Ana Vaz para fins didáticos, 1930, p. 65-87.

APÊNDICE A

Lista de textos da FSP que compõem o *corpus* restrito

Referência	Editoria	Gênero Discursivo	Título	Data de Publicação
<i>FSP-1</i>	Cotidiano	Notícia	Brasileira é atacada na Suíça por skinheads e perde bebês	12/02/09
<i>FSP-2</i>	Cotidiano	Notícia	Ataque ocorre em meio a debate sobre imigrantes	12/02/09
<i>FSP-3</i>	Opinião	Artigo (Coluna de Clóvis Rossi)	O galope da selvageria	13/02/09
<i>FSP-4</i>	Opinião	Artigo (Coluna de Eliane Cantanhêde)	A Paula somos nós	13/02/09
<i>FSP-5</i>	Cotidiano	Notícia	Para chanceler, há evidências de xenofobia	13/02/09
<i>FSP-6</i>	Cotidiano	Entrevista com Marco Trepp	Ela está com muito medo de tudo, diz noivo	13/02/09
<i>FSP-7</i>	Cotidiano	Notícia	Polícia se desculpou por insinuar armação, diz pai	13/02/09

Referência	Editoria	Gênero Discursivo	Título	Data de Publicação
<i>FSP-8</i>	Cotidiano	Notícia	Órgão europeu alertou, em 2004, sobre racismo na Suíça	13/02/09
<i>FSP-9</i>	Cotidiano	Notícia	Para jornalistas suíços, país foi injustiçado	14/02/09
<i>FSP-10</i>	Cotidiano	Notícia	Perícia nega gravidez e sugere automutilação	14/02/09
<i>FSP-11</i>	Cotidiano	Notícia	Itamaraty considera caso constrangedor	14/02/09
<i>FSP-12</i>	Cotidiano	Entrevista	Não tenho motivos para duvidar dela, diz pai	14/02/09
<i>FSP-13</i>	Cotidiano	Notícia	Lula muda discurso e diz que não quer se aprofundar no caso	14/02/09
<i>FSP-14</i>	Cotidiano	Notícia	Em qualquer circunstância, minha filha é vítima, diz pai	15/02/09
<i>FSP-15</i>	Opinião	Artigo (Coluna de Eliane Cantanhedê)	Farsa e realidade	15/02/09
<i>FSP-16</i>	Opinião	Artigo (Coluna de Clóvis Rossi)	Embaraço, nosso e deles	15/02/09
<i>FSP-17</i>	Cotidiano	Notícia	Lula deve pedir desculpas à Suíça, diz SVP	15/02/09
<i>FSP-18</i>	Cotidiano	Notícia	Polícia diz não ter evidências que confirmem versão da brasileira	16/02/09

Referência	Editoria	Gênero Discursivo	Título	Data de Publicação
<i>FSP-19</i>	Cotidiano	Notícia	Brasileiros que moram no país temem efeitos da repercussão do caso Paula	17/02/09
<i>FSP-20</i>	Cotidiano	Notícia	Suíça proíbe brasileira de deixar o país	19/02/09
<i>FSP-21</i>	Cotidiano	Notícia	Advogado diz que estuda citar doença como defesa; médicos dizem ser raro	20/02/09
<i>FSP-22</i>	Opinião	Artigo (Fernando Gabeira)	Cortar a própria carne	20/02/09
<i>FSP-23</i>	Opinião	Painel do Leitor	Carta intitulada “Suíça”	22/02/09
<i>FSP-24</i>	Folha Corrida	Notícia	Motivos de Paula Oliveira serão investigados	22/02/09
<i>FSP-25</i>	Cotidiano	Notícia	Avaliação psiquiátrica pode durar meses, diz Procuradoria	25/04/09
<i>FSP-26</i>	Cotidiano	Notícia	Brasileira que fingiu ser agredida na Suíça terá de deixar o país	12/03/10

APÊNDICE B

Lista de textos do JC que compõem o *corpus* restrito

Ref.	Editoria	Gênero Discursivo	Título	Data de Publicação
<i>JC-1</i>	Internacional	Notícia	Pernambucana atacada por neonazistas na Suíça	12/02/09
<i>JC-2</i>	Internacional	Notícia	Xenofobia foge ao controle de países europeus	12/02/09
<i>JC-3</i>	Internacional	Notícia	Indignado, Lula exige respeito	13/02/09
<i>JC-4</i>	Opinião	Editorial	A violência é também suíça	13/02/09
<i>JC-5</i>	Política	Nota	Dilma virá para a folia do Galo da Madrugada	13/02/09
<i>JC-6</i>	Internacional	Notícia	No Recife, solidariedade à família	13/02/09
<i>JC-7</i>	Internacional	Notícia	Polícia da Suíça faz apelo por testemunhas	13/02/09

Ref.	Editoria	Gênero Discursivo	Título	Data de Publicação
<i>JC-8</i>	Brasil	(Seção do) Artigo (Coluna de Cláudio Humberto)	Suíço suspeito	14/02/09
<i>JC-9</i>	Internacional	Notícia	Polícia nega gravidez e sugere que pernambucana se mutilou	14/02/09
<i>JC-10</i>	Internacional	Notícia	Parentes contestam versão de autoridades suíças	14/02/09
<i>JC-11</i>	Caderno C	Coluna dia-a-dia	Mais da barbárie	14/02/09
<i>JC-12</i>	Internacional	Notícia	Muitas perguntas ainda sem resposta	14/02/09
<i>JC-13</i>	Brasil	(Seção do) Artigo (Coluna de Cláudio Humberto)	Lenha	14/02/09
<i>JC-14</i>	Brasil	(Seção do) Artigo (Coluna de Cláudio Humberto)	Suíça	14/02/09
<i>JC-15</i>	Política	Artigo (Coluna pinga-fogo)	Solidariedade a Paula Oliveira	14/02/09
<i>JC-16</i>	Internacional	Notícia	Pai diz não ter prova de gravidez	15/02/09
<i>JC-17</i>	Internacional	Notícia	Cautela após o caso Paula Oliveira	15/02/09
<i>JC-18</i>	Internacional	Notícia	Família e amigos irmão adotar lei do silêncio	16/02/09
<i>JC-19</i>	Internacional	Notícia	Brasil descarta pedido de desculpa	17/02/09

Ref.	Editoria	Gênero Discursivo	Título	Data de Publicação
<i>JC-20</i>	Internacional	Notícia	Recifense é indiciada. Imprensa afirma que ela confessou farsa	19/02/09
<i>JC-21</i>	Internacional	Notícia	No Facebook, pedidos de deportação	19/02/09
<i>JC-22</i>	Internacional	Notícia	Autores de falsos relatos condenados em outros países	20/02/09
<i>JC-23</i>	Opinião	Painel do Leitor	Carta intitulada “Exemplo”	22/02/09
<i>JC-24</i>	Brasil	(Seção do) Artigo (Coluna de Cláudio Humberto)	Lula escapa	24/02/09
<i>JC-25</i>	Internacional	Notícia	Advogado monta estratégia de defesa	26/02/09
<i>JC-26</i>	Internacional	Notícia	Cautela após o caso Paula Oliveira	15/03/09
<i>JC-27</i>	Internacional	Notícia	Pernambucana está em hospital psiquiátrico	30/05/09
<i>JC-28</i>	Internacional	Notícia	Pernambucana que simulou ataque é indiciada na Suíça	17/10/09
<i>JC-29</i>	Internacional	Notícia	Paula Oliveira com a nova gripe	21/11/09
<i>JC-30</i>	Internacional	Notícia	Constrangimento com a diplomacia brasileira	17/12/09
<i>JC-31</i>	Internacional	Notícia	Pernambucana retorna um ano após polêmica na Suíça	12/03/10

APÊNDICE C

Lista de textos do 20M que compõem o *corpus* restrito

Referência	Editoria	Gênero Discursivo	Título	Data de Publicação
20M-1	Atualidades	Notícia	Les lettres UDC gravées au couteau sur le corps	12/02/09
20M-2	Atualidades	Notícia	La thèse de l'auto-mutiliation privilégiée	13/02/09
20M-3	Atualidades	Notícia	Enquête pénale ouverte contre l'affabulatrice présumée	18/02/09
20M-4	Atualidades	Notícia	Elle a tout inventé	19/02/09
20M-5	Atualidades	Notícia	La Brésilienne affabulatrice traduite en justice	16/10/09
20M-6	Atualidades	Notícia	La Brésilienne qui s'était mutilée sera jugée le 16 décembre	03/12/09
20M-7	Atualidades	Notícia	La mythomane présumée devant la justice zurichoise	15/12/09

20M-8	Atualidades	Notícia	La jeune femme nie avoir inventé son agression	16/12/09
20M-9	Atualidades	Notícia	La Brésilienne automutilée doit quitter la Suisse	11/03/10

Título A construção discursiva dos eventos pela mídia
A nomenclatura e a representação dos discursos
Autoria Rafaela Queiroz Ferreira Cordeiro
Projeto Gráfico Vitor Gregory Bezerra Lins e Bruna Andrade
Capa Bruna Andrade
Revisão de Texto da Autora

Formato digital
Tipografia Minion Pro, Caecilia LT Std

Editoração eletrônica TIC Editora UFPE

Discursos constroem versões públicas, pontos de vista. Práticas discursivas organizam nosso saber sobre o mundo e o nosso agir em sociedade. É também pela força do discurso que versões tornam-se *fatos*. Por efeitos de objetividade, verdades são estabelecidas a partir de estratégias do dizer. Nesse processo complexo de dizer o mundo, o domínio jornalístico é um dos mais poderosos, e por isso uma questão central para estudiosos do discurso. Em *A construção discursiva dos eventos pela mídia: a nomeação e a representação dos discursos*, a autora faz um estudo original sobre processos de nomeação e de representação de vozes, a partir de consistentes reflexões teórico-analíticas. Um estudo sobre o discurso que nos instiga a reflexões sobre ética e democracia no Jornalismo.

Porto, 22 de abril de 2015.

Karina Falcone

Professora da Universidade Federal de Pernambuco
e Pesquisadora da Capes

ISBN 978-85-415-0882-7



9 7 8 8 5 4 1 5 0 8 8 2 7